UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LEONARDO MAMEDE DE LACERDA

O Lixo do Capital:

**Uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto
reposição crítica das categorias modernas**

SÃO PAULO

2014

LEONARDO MAMEDE DE LACERDA

O LIXO DO CAPITAL:

**Uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto
reposição crítica das categorias modernas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Mestre na área
de Geografia Humana.

Orientador: Anselmo Alfredo

SÃO PAULO

2014

Ficha de aprovação

Autor: Leonardo Mamede de Lacerda

E-mail: leonardomamede@usp.br

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: O Lixo do Capital: Uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____

Resumo

Visando contribuir para o debate sobre a naturalização e autonomização dos processos sociais, esta dissertação tenta problematizar a reciclagem de materiais, principalmente, de latinhas de alumínio sob a perspectiva da crise de reprodução do capital. A crítica à consciência naturalizante, socialmente necessária à reposição dos pressupostos da produção mercantil, é uma carência que esta pesquisa tenta evidenciar. Nesse sentido, o intuito do texto é tentar revelar como a consciência moderna, portanto, fetichista, se relaciona com teorias e práticas que envolvem a *reciclagem*, consubstanciada pela assim chamada *consciência ambiental* e, fundamentalmente, pela afirmação positiva da categoria *trabalho*, escondendo sua crise e, por isso, repondo-o em níveis cada vez mais profundos da vida cotidiana. Assim, a análise da *reciclagem* nos ajudaria refletir sobre como uma atividade desempenhada por quase todos os níveis da sociedade, que muitas vezes é reconhecida como uma prática incriticável e que é capaz de repor, de forma intensivamente crítica, as categorias do capital. Para tanto, tentou-se analisar os elementos críticos da realização do capital financeiro no âmbito de uma grande empresa de reciclagem de alumínio e nas relações internas em uma cooperativa de catadores, ambos em Pindamonhangaba-SP, mas não só. Os dados levantados e as análises tentam contribuir, por fim, para o questionamento de uma dada razão que se apresenta como alternativa para a crise do trabalho: o empreendedorismo. Desse modo, esta pesquisa buscou, também, analisar a institucionalização da forma social empreendedora, que esconde a lógica de ficcionalização das relações sociais, ficção esta que põe em prática uma suposta reciclagem do capital produtivo.

Palavras-chave: Naturalização e autonomização das relações sociais, reciclagem, reposição categorial, trabalho e crise.

Abstract

In the intent of contributing to the discussion regarding naturalization and autonomization of social processes, this dissertation attempts to analyze recycling, especially recycling of aluminum cans, from the perspective of the capital reproduction crisis. The criticism of the naturalization consciousness socially necessary to allow the replenishment of the mercantile production, is an insufficiency this research aims to emphasize. In this sense, the goal of this paper is to attempt disclosing how modern consciousness, therefore fetishist, relates to theories and practices involving recycling, consolidated by the so called environmental awareness, and ultimately for the positive affirmation of the work category, hiding it's crisis, and as a result, replacing it, in ever deeper levels of quotidian life. This way, the analysis of the recycling would help us to reflect on how an activity performed by almost every level of society, and that many times is viewed as a practice above criticism, and that is able to replenish, in an important way, categories of Capital. To do so, we tried to analyze the critical elements of attaining financial capital within a large recycler of aluminum and the internal relations in a cooperative of waste pickers, both in Pindamonhangaba-SP, but not only. The data collected and analyzes try to contribute, ultimately, to the questioning of a given reason that presents itself as an alternative to the crisis of work: entrepreneurship. This way, this research also attempted to analyze the institutionalization of the social entrepreneurship form, that masks the logic of the fictionalization of social relations, fiction that enables an alleged recycling of the productive capital.

Key words: Naturalization and the autonomization of social relations, recycling, categorical reproduction, work and crisis.

Agradecimentos

Ao Guilherme, Ives, Zene e Christian, meus pensamentos volta e meia estão em vocês, os papos de churrasco, em geral, me ajudam muito. Meu sincero carinho ao senhor Ninrod. À dona Marlene, que me constituiu nas tensões com o machismo e tem sido um “porto-seguro” enquanto mãe.

Ao Rodrigo (Gauchinho), parceiro, mesmo à distância.

Cata, que me acompanha há um bom tempo e tem me ajudado a pensar a “lógica” de maneira menos contundente, obrigado pelo carinho e companheirismos. Dona Cristina Souza, suas gentilezas jamais serão esquecidas, agradeço por ter convivido com a senhora durante um longo tempo. Ao Renato Torres e nossas conversas desafiadoras.

Aos amigos de graduação da UEL, que fazem parte do meu processo de formação. À professora Alice Assari, saudades das tensões e do apoio dado no grupo PET-Geografia.

Ana Maris, iniciamos numa estranha concorrência e constituímos uma amizade. Os momentos de leitura de textos do Kurz, do Marx foram importantes, mas, também, da leitura dos nossos textos para a “qualificação” derivaram reflexões que levo em meus pensamentos quase como um aprendizado. Ainda que haja certa autonomização dos momentos de nossas vidas, os encontros preenchem, de alguma maneira, as brechas. As cervejas, as divagações...um grande abraço ao Fabio Lyra.

Carol, Daniel, Fabião, Renato Fujicava, companheiros que sinto grande prazer em tê-los em meus pensamentos! O pensamento na teoria, na prática, a instabilidade da forma, o concreto, o lógico, um bom pano pra manga...

Ana Cristina Mota e à Amélia Damiani minha gratidão pelas suas contribuições em minha qualificação.

Aos amigos Silvia Leal, Nikita, Ciço, Cintia, Marquinho, vocês sempre são boas inspirações.

Felipe e Paula, obrigado pelas palavras de força nos momentos mais problemáticos de meu isolamento em Pinda. Acredito na força inspiradora que vocês trazem a partir do espírito de amor que ambos tentam disseminar.

Ao Anselmo Alfredo, que desde as caronas ao metrô Butantã até as conversas em grupo, me fez pensar sobre a negatividade nas relações sociais, pela sua confiança nessa pesquisa. Ao incentivo para me manter nos grupos. Ao modo polêmico que nos tira de certo conforto e, simultaneamente, traz o acolhimento de um amigo. Força, sempre!

À todos que contribuem, seja pelos pensamentos ou pelas práticas, com minha caminhada. Agradeço as orações, as críticas, os abraços, os apertos de mão e os beijos, que no contato físico e espiritual me trazem o conforto carinhoso.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LISTA DE ABREVIATURAS

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas

ABAL – Associação brasileira de alumínio

ABRALATAS – Associação brasileira dos fabricantes de latas d alta reciclabilidade

CEMPRE – Compromisso empresarial para reciclagem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de materiais recicláveis

ONG – Organização não governamental

PEV – Pontos de entrega voluntária

Sumário

Introdução.....	02
E, por que a reciclagem?.....	04
Justificativas sobre as latinhas de alumínio.....	07
1 O Lixo do Capital: os resíduos sólidos sob a crítica da forma mercadoria.....	09
2 Naturalização dos processos sociais: A forma matéria e abstração social.....	28
2.1 Crítica ao pensamento sustentável.....	35
3 Reciclagem crítica e crítica da reciclagem: a indústria enquanto momento da reposição crítica do capital.....	58
3.1 Reciclagem crítica do capitalismo	64
3.2 A ilusão é real?	68
3.3 O <i>ser</i> Estado na <i>Reciclagem</i> do capital	90
4 Reciclagem categorial e a emergência dos catadores na crise do trabalho	101
Considerações finais	147
Referências	155
Apêndices	162

Introdução

A presente pesquisa tem o intento de apresentar uma contribuição à crítica às formas de naturalização dos processos sociais que constituem a sociedade moderna, a qual Karl Marx também chamou de sociedade de produtores de mercadorias (1985, p.50) e que Robert Kurz insistiu na crítica ao movimento tautológico dessa sociedade como “um fim em si mesmo” do trabalho abstrato. Tais formas sugerem uma miríade de mediações que em nosso texto exporemos uma parte, que na forma de naturalização ora aparece como consenso, ora se apresenta como crítica. A forma que nos referimos é a *ambiental*, a qual, em geral, deriva da consciência naturalizante e socialmente necessária à reposição dos pressupostos da produção mercantil (trabalho, capital, valorização, etc). Para poder refletir sobre tal consciência, partiremos de um fenômeno específico da modernização (e para se tentar esboçar a crítica só poderia ser um fenômeno moderno) que é a assim chamada *Reciclagem*. Nesse sentido, se faz premente realizar a relação entre abstrato e matéria, relação a qual ousaremos nos remeter ao longo da pesquisa, mas, principalmente, nos dois primeiros capítulos.

É possível também que, em um esforço de interpretação, o leitor estabeleça algum nexos entre outros fenômenos sociais e a forma pela qual expusemos o problema da naturalização aqui. Se assim se proceder, pensamos que, de alguma maneira, conseguimos contribuir para a reflexão da relação entre forma da aparência e a substância social. Isso porque, como já mencionamos anteriormente, há na constituição da sociedade uma enorme “coleção” de nexos que o nosso texto não abordará, mas que será possível estabelecer alguma relação com a crítica à reprodução tautológica do capital como um todo.

Além disso, nossa pesquisa, é importante frisar, não se compromete com qualquer alusão à defesa ambiental propalada por diversos seguimentos da sociedade. Embora haja alguns pontos em convergência, e isso pode ser um dos caminhos para o diálogo, pensamos que seja problemático partir do pressuposto de noções meramente “biofísicas”, “sócio-ambientais” e subjetivistas como um argumento para se empreender a crítica ao “consumismo desenfreado” como coisa em si. Não sem motivos, a noção de ecologia - que vem sendo atribuída à Marx como uma herança do pensamento ecologista de clássicos de várias áreas do conhecimento, especialmente do evolucionismo - terá uma atenção ao longo da

exposição no primeiro capítulo da pesquisa, de modo que evidenciemos não a absoluta impertinência do termo, mas que em si mesmo e na relação com uma suposta “ecologia de Marx” tal noção demonstraria a quase absoluta negligência no que se refere ao problema da forma mercadoria e o fetichismo desta, que inclui a abstração tempo de trabalho.

A tônica de nossa pesquisa não foi fazer um levantamento, um histórico ou um inventário sobre a reciclagem (no mundo, no Brasil ou em qualquer outro lugar) ou realizar um relatório sobre uma determinada empresa desse ramo. O intuito é, fundamentalmente, verificar e analisar a forma pela qual se desenvolvem noções de equilíbrio/desequilíbrio, a autonomização de uma consciência supostamente trans-histórica que é a *ecológica* e o ponto de partida da reciclagem como um pressuposto inquestionável da sociedade moderna. Um dos pressupostos para nossa análise é de que a “crise ambiental” como um “arcabouço” para a crítica ao capital não é suficiente e, no limite, dificulta, ocultando a relação entre abstrato e matéria que está na base da sociabilidade capitalista; inclusive, a necessidade de assegurar à sociedade um *status* de normalidade ou naturalidade nos remeterá às discussões sobre a reprodução crítica do capital e a sua necessidade interna de revelar tal crise de modo inverso, como aparente e real desenvolvimento econômico e social. Para tanto, tentaremos trazer para o debate: o problema do *fetichismo da mercadoria*, do *capital fictício* e da *crise do trabalho*. Problemáticas estudadas inicialmente por Marx e posteriormente desenvolvidas por autores ligados ao pensamento deste autor, porém, normalmente ignoradas (por inúmeros motivos) no âmbito da discussão acadêmica (e para além dela) sobre a crítica da sociedade capitalista.

A absoluta negligência em relação ao fetichismo da mercadoria nos debates sobre a “crise ambiental”, principalmente fora dos “grupos marxistas”, reflete não a superação da teoria crítica marxiana, mas o total desconforto diante dos fenômenos sociais determinados pela relação capital. Ignorar a forma mercadoria e seu fetichismo não é um ato isolado, uma falha do pensamento individual. Trata-se, porém, do *modus operandi* das relações sociais na sociedade produtora de mercadorias. Nesse sentido, o intuito desse texto, ao mesmo tempo, é tentar revelar como a consciência moderna, portanto, fetichista, se relaciona com teorias e práticas que envolvem a reciclagem, consubstanciada pela assim chamada “consciência ambiental” e, fundamentalmente, pela afirmação positiva da categoria

trabalho, escondendo sua crise e por isso mesmo repondo-o em níveis cada vez mais profundos da vida cotidiana enquanto natureza. Nesse sentido, a análise da reciclagem nos ajudaria refletir sobre como uma atividade desempenhada por quase todos os níveis da sociedade que muitas vezes é reconhecida como uma prática incriticável e é capaz de repor de forma intensivamente crítica as categorias do capital.

E, por que a *reciclagem*?

Parece-nos normal ou natural que reciclemos os “materiais” que usamos cotidianamente e que iremos rejeitar, ou seja, jogar no lixo. É comum nas conversas em inúmeras situações do dia-a-dia que, quando aparecem os assuntos sobre *lixo e/ou reciclagem*, seja debatido do ponto de vista consensual, ou seja, não há que se questionar o fenômeno da reciclagem, apenas “ampliar a quantidade de material reinserida no processo de produção, aliviando ou minimizando os impactos da humanidade sobre a natureza”. Deste modo, fazer uma crítica da reciclagem parece um contrassenso, um absurdo. Pois bem, aqui nos deparamos com uma das “dificuldades” e ao mesmo tempo umas das motivações que tivemos ao longo dos estudos e análises sobre tal fenômeno. Parece que fazer a crítica à reciclagem seria como lutar contra a “natureza humana”. Mas como Marx assinalou: “a reflexão sobre as formas de vida humana e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real” (1985, p.73), desenvolvimento este que aparece como natural.

Cabe ressaltar que o objeto de estudo não é a reciclagem em si, mas sim o capital, portanto, a crítica da reciclagem é uma contribuição à crítica do capital. Assim, colocado nos termos da crítica à forma universal, isto é, a forma mercadoria, a crítica da reciclagem não deve, em hipótese alguma, se autonomizar à crítica ao capital e suas formas de aparição. Nesse sentido, é importante chamar atenção para as supostas formas de abordagem que tentam contemplar esse processo em sua totalidade, remetendo-se ora aos “agentes da sociedade” – poder público (Estado), capital produtivo (indústrias), sociedade civil “organizada” (ONGs) e ora às ideologias que permeiam o processo de reprodução social – sustentabilidade, ecologia, cidadania, empreendedorismo etc.

A noção de reciclagem aparece como um “tema transversal”, ou seja, que envolve e penetra nos inúmeros “poros” da sociedade, fazendo uma analogia com a física.

O tema se caracteriza ainda por sua **transversalidade**, pois a reciclagem está diretamente relacionada às políticas públicas de resíduos sólidos e de saneamento ambiental, o que envolve desta maneira políticas urbanas, de saúde, de meio ambiente, de geração de emprego e renda, de ciência e tecnologia e industriais. De outro modo, a questão da reciclagem também traz em si a problemática da sociedade orientada para o consumo, colocando em questão o próprio modelo de desenvolvimento. (LIMA, 2007, p.14, grifo nosso)

Tal transversalidade poderia ser relacionada ao movimento contraditoriamente lógico e concreto da realização do processo de constituição da reciclagem. No entanto, a qualidade de transversal tem seu momento objetivo que busca “resolver”¹ por si mesma a contradição inerente ao processo de reprodução crítica do capital, principalmente via planejamento, agrupando diversos elementos que compõem a realidade. Como argumentou Robert Kurz:

Daí faz parte, por um lado, a administração de pessoas nos âmbitos da gestão empresarial e da administração pública, que hoje, após a extinção da capacidade de desenvolvimento capitalista interno, está se tornando uma **administração de crise permanente** e em processo de agravamento. Por outro lado, também as formas de “contrapraxis” imanente, a saber, as formas das lutas de interesses em torno de necessidades vitais que sempre voltam a ser questionadas capitalistamente, as quais desde logo nada mais são que uma componente imanente desse tratamento da contradição. Na medida em que greves, movimentos sociais, protestos e lutas pela manutenção de gratificações sociais ou contra a interrupção de possibilidades de reprodução (fábricas, hospitais), projectos alternativos de todos os tipos, acções de resistência contra a administração de crise etc. precisam de fazer parte do campo de imanência capitalista (pois de outro modo nem poderiam existir), faz-se prevalecer as necessidades vitais forçosamente *nas formas capitalistas* (na forma da mercadoria e do dinheiro, assim como também na relação de dissociação sexual). (2007, grifo nosso)

A crítica categorial empreendida por Kurz nos ajuda a pensar alguns momentos que entendemos como fundamentais no processo de universalização da forma mercadoria e, em nossa problematização: a *reciclagem*. Como veremos ao longo do texto, a assim denominada *reciclagem* não é um fenômeno contemporâneo, mas que aparece como necessidade do capital em reduzir custos,

¹ “[...] o agir pré-formado pela matriz *a priori* nunca é a mera realização de uma mecânica interna do “sujeito automático” e dos momentos dele dissociados, mas sempre também o “tratamento” das contradições internas a ele associadas.” (KURZ, 2007)

de modo a reinserir os “excrementos da produção” (MARX). Cabe assinalar que a própria *naturalização da necessidade de redução de custos* pode ser um dos momentos que são apagados dos processos analíticos mais críticos, já que se supõe que essa redução de custo esteja simplesmente ligada aos objetivos de maximização dos lucros das empresas, determinada pela vontade dos empresários, limitando as análises críticas ao processo de exploração do trabalho dos catadores de recicláveis e ao enriquecimento das indústrias. No entanto, segue como nosso pressuposto que a redução de custos tem uma necessária relação com o desenvolvimento das forças produtivas determinado pela concorrência capitalista, mas não simplesmente como uma luta por superlucros, mas enquanto processo de reposição categorial determinado pela simultaneidade imposta pelo capital financeiro mundial que carece de uma rotação cada vez mais intensa.

A *reciclagem* aparece como processo autônomo para os indivíduos sociais e aí está uma das possíveis contribuições de nossa pesquisa: um fenômeno que aparece como necessário do ponto de vista da “conservação/preservação humanidade” deve ser problematizado, pois a prática já se constitui como sujeito autômato. Nesse sentido, pensando a passagem do século XX para o XXI que marca uma série de debates sobre mudanças na produção, e, significativamente, no consumo é que vem a tona os discursos sobre os chamados problemas ambientais no âmbito da comunicação em massa, que passa pela escolarização e por outros meios de formação da consciência, chamada, *ecológica*. Portanto, a questão fundamental sobre a reciclagem é que ela surge como elemento importante na preservação da natureza e, simultaneamente, fetichiza processos que não tem qualquer relação com uma suposta externalidade do capital, dando, assim, uma nova roupagem para Economia Política atual, vestindo-a de verde.

O momento da materialidade “concreta” da reciclagem pode, em nosso argumento, ser posto em primeiro plano, junto com a abstratidade que a determina, pois não estamos rejeitando esse processo como mera “ideologia”, pensamento que paira sobre nossas ações, mas partimos do pressuposto de que a realidade tem como movimento a contradição entre as formas de aparência e a determinação contraditória e abstrata do capital. Por isso, a reciclagem pode ser

nosso objeto de análise, pois sintetiza momentos fundamentais da reprodução capitalista mundial².

Justificativas sobre as latinhas de alumínio

Dois momentos importantes no percurso da pesquisa marcaram a definição da Reciclagem de “latinhas” de alumínio como um dos “objetos” a ser estudado: o primeiro foi a visita ao “Arsenal da Esperança³”, realizada na disciplina de pós-graduação e coordenada pelo professor Heinz Dieter Heidemann⁴, em que pudemos observar, além de outros momentos da concretude do real, a negatividade da “sociedade de trabalho” (KURZ, 1996), isto posto na contradição com o próprio trabalho. Foi-nos relatado que, no interior dessa casa de acolhimento, que uma das moedas de troca era a “latinha de alumínio”, que poderia ser trocada por objetos de interesse dos acolhidos que eram, geralmente, donativos (roupas, calçados, entre outros). Assim, nas palavras de um dos coordenadores do local: “as latinhas proporcionam as trocas no interior da Casa e evitam que o interesse apenas pelo dinheiro atrapalhe as relações entre os acolhidos, além de estimular a coleta de um material reciclável muito valorizado”.

² Adiantamos que o processo de circulação do capital mundial se particulariza nas realidades nacionais mobilizando para o trabalho milhares de pessoas mundo afora. No Brasil as realidades municipais estão em sua totalidade, de alguma forma, relacionadas com os planos de coleta seletiva, seja positiva ou negativamente; do ponto de vista positivo, podemos pensar nos municípios que estão se enquadrando na lei de resíduos sólidos, por outro lado, estão os municípios que não “conseguem” se adequar e, por isso, poderão sofrer sanções no futuro já que estão descumprindo a lei. Em países mais modernizados, a reciclagem depende de outras mediações que não são idênticas aos dos países da periferia capitalista, no entanto, isso não impede que a reciclagem se universalize como fenômeno global da circulação do capital em crise. A empresa Novelis, que monopoliza a reciclagem de latas de alumínio no mundo e a produção de laminados para novas latas, possui centros de reciclagem em quase todos os continentes, contará com uma nova linha de reciclagem na Alemanha, a maior do mundo.

³ “O Arsenal da Esperança é uma ‘Casa que Acolhe’ [situada na área central da cidade de São Paulo, no bairro do Brás], fundada por Ernesto Olivero e dom Luciano Mendes de Almeida, em 1 de fevereiro de 1996. Todos os dias, [...] oferece acolhida a 1150 homens que se encontram em dificuldades, devido, na maioria das vezes, à falta de trabalho, casa, alimentação, saúde e família. Quem ingressa nesta casa recebe uma acolhida digna e, sobretudo, a oportunidade de transformar a sua própria condição de vida.” (fonte: <http://www.arsenaldaesperanca.org.br>, acesso:30/01/13)

⁴ A disciplina realizou-se no segundo semestre do ano de 2011 com o título “Migrações no Processo da Modernização e sua Crise Contemporânea: Mobilização do Trabalho no Brasil da Colônia à metropolização crítica” e contou com a colaboração do grupo Crítica ao Valor-Dissociação ao qual presto meus agradecimentos pelos preciosos diálogos.

O segundo momento foi a nossa mudança de residência para Pindamonhangaba-SP, cidade que tem o título de “capital da reciclagem de alumínio”. Em função, também, dessa mudança, pudemos ter uma melhor clareza daquilo que poderíamos estudar e que estivesse atrelada ao nosso cotidiano. Não obstante isso, percebemos que as dificuldades nessa cidade, como seria em qualquer outra, foram significativas no desenvolvimento dessa pesquisa, pois não houve uma satisfatória disposição das pessoas que tentamos entrar em contato na empresa que é um dos focos de nosso estudo. Isso, porém, torna-se, ao mesmo tempo, um entrave e uma motivação. Nas poucas conversas que tivemos com cinco funcionários da empresa, somente um deles nos proporcionou um diálogo menos truncado, o restante, sempre demonstrando certo receio, pediu que enviássemos (via e-mail) as nossas questões para que pudesse analisá-las e, na medida em que as informações fossem passíveis de serem publicadas, enviaria as respostas ou agendaria uma conversa. Tentamos durante três meses obter alguma resposta mais coerente com nossas questões, mas até o momento na finalização da pesquisa em campo não nos foi encaminhado nenhum parecer da empresa.

Esses dois acontecimentos, de certa forma, determinaram a escolha desse “material físico” como momento a ser analisado na pesquisa. Mas isso, de forma nenhuma, nos fez parar de observar e refletir sobre a reciclagem de outros materiais e as determinações que põem tais processos. Embora haja diferenças significativas⁵ entre a reciclagem de plásticos, de garrafas PET, de metais ferrosos, entre outros materiais e a de alumínio, a corrida pela separação e coleta e destinação desses materiais tem pontos de convergência que é importante de se notar. Uma dessas convergências está no fato de que todas as indústrias de reciclagem dependem, fundamentalmente, dos catadores e/ou da coleta seletiva, que podem realizar sua atividade tanto organizados em cooperativas quanto de forma *avulsa* ou, ainda, realizada por empresas privadas, como será visto no último capítulo, sobre o trabalho dos catadores.

⁵ Diferenças que, em geral, estão relacionadas ao preço dos materiais, que, por sua vez, relacionam-se à demanda pelas diferentes matérias-primas que a indústria objetivamente vai incorporar. Além disso, a estruturação de cada indústria de reciclagem referente aos diferentes materiais nunca é a mesma, pois, como observamos numa pequena indústria de reciclagem de plástico a sua estrutura tanto física quanto organizacional é bem menos complexa que a indústria de reciclagem de alumínio.

1. O LIXO DO CAPITAL: os resíduos sólidos sob a crítica da forma mercadoria⁶

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1974, p.122)

Nesse capítulo é de extrema importância que tentemos nos aprofundar no conhecimento do pensamento moderno sobre as formas objetivas as quais estamos postos. Na medida em que nos aproximamos mais do nosso objeto de estudo – a *reciclagem* como momento da reprodução do capital, ao mesmo tempo que uma forma de consciência – o enigma da forma mercadoria se apresentava com tal dificuldade que, mesmo na construção dessa exposição, tal análise possa, em alguns momentos, parecer contraditória. Se assim for o caso, já adiantamos que a leitura das primeiras páginas d'O Capital, de Marx, seja de extrema importância para o leitor estabelecer um primeiro diálogo. No entanto, pensamos ainda que não seja o suficiente, já que com os atuais níveis de produtividade do trabalho torna-se necessária a leitura e reflexão sobre autores que desdobram as análises de Marx⁷.

O mundo de hoje possui diferenças aparentemente significativas em relação, por exemplo, aos tempos de Darwin e Marx. Parece consenso para alguns cientistas, militantes e outros indivíduos que uma dessas diferenças é o acúmulo de lixo, principalmente, nos grandes centros urbanos e nos chamados lixões. Nos

⁶ A ausência de algumas leituras e reflexões – referentes à crise de valorização, a reprodução crítica e noção de contradição entre abstração e matéria – em nosso primeiro trabalho de aproximação do trabalho dos catadores e da reciclagem (LACERDA, 2009) resultou numa análise limitada do real e, por maior o esforço crítico que fizéssemos à reprodução capitalista, a forma objetiva da mercadoria fetichizou quase que absolutamente nossa exposição. Isso não quer dizer que a atual pesquisa esteja isenta de insuficiências, mas o esforço em tensionar, ao menos nas análises, com a objetividade da forma valor tem sido uma constante.

⁷ Conferir Marx (1985) Capítulo I *A Mercadoria* páginas 45 à 78, Kurz (1995, 1996), Alfredo (2008, 2010).

noticiários, nas revistas, nas páginas na internet, nas escolas⁸, no “trabalho”, no lazer e em casa é comum que nos deparemos com tal discussão: “o lixo como um grave problema do mundo moderno⁹”. Os “dilemas” são vários: o que fazer com tanto lixo, como reduzir a sua geração, quem são os responsáveis. Um discurso em prol da preservação dos recursos naturais, da manutenção dos ecossistemas, também paira sobre a geração “desenfreada” de lixo.

Se fôssemos parafrasear Marx, em seu primeiro e famoso parágrafo de sua obra mais importante sobre o fetichismo, “O Capital” (1985, p.45), diríamos: A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece, também, hoje, como uma *extraordinária*¹⁰ *coleção de lixo*, porém, nossa investigação se inicia com a análise do lixo a partir da forma mercadoria. Cabe ressaltar que fazer a crítica da forma como se concebe o “lixo” não está, em hipótese alguma, relacionado, primeiro à forma positiva de ver o lixo como possível material reciclável¹¹ e depois, muito menos na visão de que há muito espaço para se depositar o lixo, portanto, não há com o que se preocupar. A forma exteriorizante de se conceber o “problema do lixo” e da reciclagem será uma permanente questão que se apresentará ao longo de nossa pesquisa. Para tanto, passemos, então, ao imbróglio da forma valor.

Marx ao comentar que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (1985, p.45), está demonstrando que algo, para ser mercadoria, carece de um corpo material que lhe dá certa qualidade de uso, ou valor de uso. Qualquer objeto material que seja consumido será, possivelmente, descartado e, na qualidade de lixo, qualquer que seja sua fonte, ele é apenas um resíduo sólido que

⁸ Numa recente conversa sobre a questão do lixo, Catarina, professora de língua portuguesa de alunos do sexto ano (antiga quinta série) do ensino fundamental, comentou que havia aplicado uma atividade em sala de aula que continha um texto falando sobre ecologia. Ela nos informou que em uma das questões dissertativas que havia na atividade perguntava sobre a contribuição dos alunos para “agressão” à natureza, cerca de um terço dos estudantes escreveram que agredem a natureza jogando lixo em locais inadequados. Observação importante: o texto não mencionava absolutamente nada sobre o lixo. (informação verbal)

⁹ Disponível no site do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao09062009031109.pdf>. Acesso em: 22/07/2013.

¹⁰ Aludimos aqui o vídeo documentário de 2011, “Lixo extraordinário”, dirigido por Lucy Walker, que embora esteja no âmbito de um posicionamento positivo em relação ao lixo, o vídeo expõe uma das fatalidades lógicas do capital a reinserção de matéria-prima com baixos custos a partir de uma atividade degradante em vários sentidos: a catação de recicláveis.

¹¹ Como faz Calderoni (2003) em seu texto cujo título por si já nos revela tal positividade: *Os bilhões perdidos no lixo*.

ocupará algum espaço físico em algum lugar: um lixão, um aterro sanitário, ruas, casas, terrenos vazios, rios, mares e oceanos¹².

Do ponto de vista da externalidade desses resíduos, o lixo seria um dos principais problemas do moderno, mas o próprio moderno é um problema dele mesmo na medida em que a “monstruosa coleção de mercadorias”, como fim em si mesmo, é fundada na produção de valor, e que, portanto, elevar o acúmulo de lixo é algo inerente a essa sociedade, onde a monstruosidade da coleção de mercadorias, para o próprio Marx, é forma de aparência, mas não só. Poderíamos contar e recontar aqui histórias escabrosas sobre “o problema do lixo”, do ponto de vista da degradação ambiental e humana, mas não deixando de lado essa estrita materialidade, todavia, tentando analisá-la negativamente, a nosso ver, o acúmulo de lixo pelo mundo não explica a contradição que põe os limites do capital, mas pode revelar algumas de suas contradições identitárias, pois o lixo torna-se custo não superável da reprodução. A sua forma produtiva (empresas de coleta de lixo, recicladoras, cooperativas) também está no limite da não exploração do trabalho, implicando na miséria do catador enquanto personificação de um suposto trabalho produtivo.

O outro duplo da forma mercadoria observada por Marx é o valor de troca, que é a forma de manifestação de valor de cada mercadoria. Entretanto, como valores mercantis, as mercadorias são trocadas por um equivalente geral mais desenvolvido, o dinheiro. Porém, este não revela o valor das mercadorias, ao contrário ele representa o valor e, aqui, representar não significa ser o dinheiro o próprio valor¹³.

Na medida em que as mercadorias se chocam na troca, em se tratando de uma *troca simples*, é *natural* na consciência moderna, que o valor de uma dada mercadoria *A* se expresse na forma física de uma dada mercadoria *B*. Por exemplo, um par de sapatos trocado por uma blusa de moletom revela que o valor do sapato

¹² Em matéria do ano de 2008 a revista Isto É, publicou uma reportagem que revela o descobrimento de uma “extraordinária” concentração de lixo boiando no Norte do Pacífico, a área calculada pelos especialistas seria de duas vezes o tamanho dos Estados Unidos, a autora da reportagem escreve: “[...] a fiscalização é teórica e ineficaz, por isso formam-se lixões como o do Pacífico, por isso a humanidade, feito suicida, emporcalha aquilo que é a principal condição biológica para a sua sobrevivência - a água.” Edição 1997 - 13 DE FEVEREIRO/2008. Nesse tipo de discurso já observamos claramente o atributo moral das reivindicações ambientalistas.

¹³ Assim como alguns subordinados (funcionários), na estrita personificação do capital, representam seus patrões, eles só dizem o ser, mas não o são, mesmos os chamados capitalistas só o são na medida em que são personas do capital, já que o “sujeito é o capital” (MARX).

está sendo expresso no corpo ou valor de uso do moletom. Assim Marx nos explica: “Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma de valor da mercadoria *A* ou o corpo da mercadoria *B* o espelho do valor da mercadoria *A*.” (MARX, 1985, p.57)

No exemplo em que Marx utiliza em “O Capital”, o linho e o casaco, o linho representa do lado esquerdo da equação, a forma relativa, e o casaco representa no lado direito da equação, a forma equivalente:

$$X \text{ linho} = y \text{ casaco}$$

Entretanto, a forma equivalente, na exposição do autor se torna complexa. Trocar uma dada mercadoria por outra, em sociedades não-capitalistas, era algo ocasional. Na forma moderna, o desenvolvimento da troca se deu com a constituição da forma mercadoria, “[...] o desenvolvimento da forma mercadoria coincide como desenvolvimento da forma valor” (Idem, p.64). Portanto, com a ampliação das trocas, por meio da divisão do trabalho, a forma mercadoria careceria de algo que “facilitasse” tal desenvolvimento, pois, ainda assim, o problema da forma equivalente não foi resolvido.

Se qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, existe algo que as põem em um mesmo “padrão” de equiparação. Dizer que 70 latinhas de alumínio podem ser trocadas por uma blusa de moletom não quer dizer que a relação está posta absolutamente entre formas físicas, como demonstrou a relação encontrada na visita que fizemos ao Arsenal da Esperança¹⁴, em que os atendidos pela casa de acolhimento trocam latinhas de alumínio por donativos (sapatos, roupas, entre outros). O suposto não-interesse pelo papel moeda (o dinheiro), ainda que na consciência dos responsáveis daquele lugar seja uma realidade, é a forma de mascarar com a *troca de objetos* algo que está pressuposto que é a relação capital.

A troca simples, a partir de Marx, é, portanto, ilusão de reprodução ampliada do capital. Define-se o equívoco de considerar a troca simples como algo em separado do sentido de acumulação posto como elemento central da lógica da mercadoria. A sua ausência é, em verdade, a forma negativa da troca ampliada se pôr, de modo que, em assim sendo, expressasse como ilusão (aparência) do capital enquanto conceito mesmo. (ALFREDO, 2008a, p.37)

¹⁴ Já fizemos uma breve introdução sobre essa visita nesse texto no item “Justificativas sobre as latinhas de alumínio” da Introdução.

A aparente troca de objetos que possibilita, também, a sociabilidade dos indivíduos daquele local, apresenta diferenças ao que ocorre entre os empresários de outros países, porém estes não fazem questão nenhuma de ocultar a relação posta pelo dinheiro quando propõem: “cash for cans” ou na expressão mais objetiva “think cans, think cash (pense em latas, pense em dinheiro)”¹⁵. Entretanto, embora a objetualidade do dinheiro (papel moeda) não seja uma generalidade no interior do Arsenal da Esperança, a lógica que se expressa pela troca de objetos está fundamentada na troca de valores e que, portanto, se realiza de forma particular a universalidade abstrata do tempo de trabalho. Por mais frugal que possa parecer essa troca de latinhas de alumínio por valores uso, aparentemente negando a lógica do dinheiro, tal prática não deixa de repor os pressupostos da sociedade moderna: trabalho, troca, valor. Nesse sentido, a crise de valorização, imposta pelo desenvolvimento das forças produtivas, estaria determinando o lixo enquanto essa matéria que carece ser reinserida no processo de circulação geral do dinheiro.

A valorização (ou a não-valorização como veremos ao longo desse texto) é algo que está pressuposta na relação e suas formas de aparição, mais ou menos desenvolvidas, só elucidam a necessidade de se analisar a forma mercadoria e a “aparência objetiva das características sociais do trabalho.” (MARX, 1985, p.72)

Em sendo assim, o trabalho, aquilo que há de comum a todas as mercadorias, é algo, ao mesmo tempo, simples de se verificar e enigmático na medida em que não se observa o duplo caráter do “trabalho encarnado no corpo das mercadorias” (MARX, 1985). Para alguns autores, entre eles Gonçalves (2006)¹⁶, o caráter físico do lixo é que revela o trabalho morto, além disso, o caráter precário do trabalho de “catadores de lixo” se revelaria, em certa medida, apenas como trabalho concreto. O duplo caráter do trabalho tão bem exposto por Marx

¹⁵ Nada tão adequado ao *modus operandi* do fetichismo da mercadoria, a objetividade dos materiais associada diretamente à objetificação imposta pelo dinheiro; colada nessa relação, está a mediação fetichista entre *segunda natureza* (latinhas de alumínio) e *primeira natureza* (sendo aquela que “fornece” os recursos necessários à confecção desses objetos). Assim, além de possibilitar a reposição categorial em termos contraditoriamente lógicos tal relação incorpora, necessariamente, a concepção de *preservação da natureza*. No terceiro capítulo verificaremos essa “proposta” no contexto das empresas para estimular a coleta de latinhas.

¹⁶ São interessantes alguns dos questionamentos desse autor, que tem estudado a forma precária de trabalho dos catadores, sobre trabalho vivo e trabalho morto, exploração do trabalho, reinserção de materiais no ciclo produtivo. Entretanto, percebemos que a análise do autor é limitada pelo caráter físico tanto dos materiais quanto do próprio trabalho dos catadores, o que conseqüentemente, complica suas reflexões, que se desdobram em buscas de alternativas para a situação desses trabalhadores.

(1985) há de ser assinalado. O trabalho concreto, aquele que produz valores de uso, formas físicas ou representativas do valor, é o “dispêndio de cérebro, nervos e músculos” (MARX, 1985), entretanto “o caráter místico da mercadoria não provém [...] de seu valor de uso [ou] [...] tampouco, do conteúdo das determinações de valor” (Idem, p.70), ou seja, do trabalho concreto. Nesse sentido, o outro duplo do trabalho, que abstrai o caráter específico, portanto sua concretude física, para se tornar um trabalho humano, é o abstrato. Tal generalidade substancializa o valor das mercadorias, pois:

Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos da mercadorias, **não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade** de seu valor” [já que] podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. (Idem, p.54, grifo nosso)

Marx evidencia, entretanto, que é na abstração do trabalho concreto que se torna possível a efetividade do valor. Este é pressuposto para o trabalho concreto já que é essa generalidade de todos os trabalhos concretos que dá sentido à sociedade moderna. Tal generalidade é algo que vai além da concretude física dos trabalhos e dos objetos, por isso Marx tenta expor o *modo de ser metafísico da sociedade produtora de mercadorias*: “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas.” (MARX, 1985, p.70)

Portanto, já adiantamos que as múltiplas análises da sociedade sob um “olhar” sobre os objetos não nos ajuda em quase nada no desvelamento do caráter negativo, portanto, contraditório do capital, a não ser se localizado enquanto a forma fetichista da consciência moderna. Assim, na medida em que nos fixamos no caráter físico do trabalho, as manhas teológicas da forma mercadorias ganham, literalmente, vida própria¹⁷, já que na visão de alguns autores que dialogamos “o catador ressuscita o valor do lixo.”

O trabalho abstrato, sendo mensurado pelo tempo do trabalho social contido nas mercadorias é aquilo que é *apagado* nas relações de troca. Por isso que Marx em seu exemplo do linho e do casaco expõe:

¹⁷ Daí resulta teorias e práticas que se vinculam à estrita materialidade do mundo, em que o processo de autonomização possibilita a reposição das categorias sociais. O tema central dessa pesquisa, cabe ressaltar, tem por determinação a forma crítica da reprodução social do valor que faz da reciclagem um momento da reprodução do valor sem que o mesmo se realize de forma a resolver a contradição entre valorização e desvalorização posta pelo desenvolvimento geral das forças produtivas.

Vê-se, tudo que nos disse antes a análise do valor das mercadorias, diz-nos o linho logo que entra em relação com outra mercadoria, o casaco. Só que ele revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, **a linguagem das mercadorias**. Para dizer que seu próprio valor foi gerado pelo próprio trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que ele lhe equivale, portanto, é valor, compõem-se do mesmo trabalho que o linho. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entretelado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor, iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro. (MARX, 1985, p.57, grifo nosso)

Tal passagem, de tamanha complexidade, possibilita o entendimento de que na troca simples entre mercadorias, a qualidade metafísica da relação de valor já está oculta sob o véu da equiparação de todos os trabalhos por meio da forma física (valor de uso das mercadorias), havendo aqui um sentido significativo de *naturalização*, na medida em que o processo social se mostra pelas condições naturais da mercadoria¹⁸. É um pressuposto para a universalização da troca de mercadorias que o trabalho abstrato funcione como forma de igualdade¹⁹ e o que veicula tal igualdade é o dinheiro, enquanto forma desenvolvida da forma equivalente. Portanto, a forma equivalente, sendo aquela que representa o valor, desenvolve-se como dinheiro (equivalente geral), nesta medida, o dinheiro, como igualação da realidade social põe em sua *materialidade natural* este mesmo processo.

A abstração – trabalho abstrato, tempo de trabalho enquanto uma média social – carece do corpo *natural*/físico das mercadorias, constituído pelo trabalho concreto. Não é por mera causalidade que Marx denomina o valor de uso das mercadorias como *corpo natural*, pois é justamente essa naturalidade com que se expressa na relação sujeito-objeto que oculta a constituição do valor, a *substância do capital*. Para os olhos do pesquisador vidrado na mera objetualidade do real, falar de abstrações como o *valor* parece algo de outro mundo, por isso, Marx chamou a atenção para a nebulosidade e as manhas teológicas dessa sociedade.

¹⁸ Abordaremos o *processo de naturalização* no capítulo seguinte, mas cabe ressaltar que tal processo é inseparável da constituição do fetichismo na medida em que a forma de consciência é inseparável, a não ser pelo fetiche, da objetividade do real, sendo que a própria objetividade se faz como forma de consciência, nas concepções de “objeto.”

¹⁹ Há uma importante discussão sobre cidadania/civilidade, dinheiro e crise do trabalho, que o professor Anselmo Alfredo faz no texto “Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil na crise da modernização” (2011).

Ao dizer que: “O valor de uso torna-se manifestação de seu contrário, o valor” (Idem, p.59) e que “[...] o trabalho concreto se [converte] na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (Idem, p.61), Marx expressa que a materialidade do trabalho esconde a metafísica a qual estamos sujeitos nas relações sociais de produção e reprodução do capital. Envolto dessa fantasmagoria, as práticas e as teorias se sustentam nelas.

Portanto, os homens relacionam entre si seus produtos de trabalho como valores não porque consideram essas coisas como meros envoltórios materiais de trabalho humano da mesma espécie. Ao contrário. Ao equiparar seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem. (MARX, 1985, Vol.1, p.72)

A generalidade da forma mercadoria não foi suplantada, ao contrário, a cada passo da reprodução (fictícia) do capital, mais intensa se torna a generalidade do trabalho. Assim, nas palavras de Lukács: a análise da forma mercadoria é premente

quando o problema da mercadoria não aparece como um problema isolado, tampouco como problema central da economia enquanto ciência particular, **mas como problema central e estrutural da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais.** (2012, p.193, grifo nosso)

Lukács nos lembra bem dessa importante generalidade da forma mercadoria, pois se em sua época já se fazia necessária a análise do problema da mercadoria, no momento da exacerbação da desvalorização do capital, tal análise se evidencia ainda mais. Nesse sentido, a estrutura da sociedade capitalista como um todo se torna veículo de uma abstração chamada valor, “pois é somente como categoria universal de todo o ser social que a mercadoria pode ser compreendida em sua essência autêntica.” (LUKÁCS, 2012,p,198)

Não obstante, muito se observa o modo coisificado de atuar da forma mercadoria, ou seja, o apagamento de sua contradição imanente. No caso do lixo, a quase absoluta *percepção ambiental* desse material oculta a constituição das relações de reprodução (crítica) que é posta pela forma valor. Para Rosalina Burgos (2008, p.60) o lixo é a matéria que perdeu seu valor de uso e seu valor de troca, e é quando convertido em reciclável que se põe como matéria morta ressuscitada.

O catador ressuscita parte do trabalho pretérito contido naqueles materiais, ou seja, restaura no objeto descartado como lixo um valor pelo qual troca por pagamento em dinheiro.

Obviamente **não o valor de uso original** (garrafas plásticas, latas de alumínio para envase de bebidas [...]), **mas aquele que reside nas propriedades físico-químicas dos materiais** [...]. (BURGOS, p, 60, grifo nosso)

O trabalho (concreto) do catador aparece em sua estrita fisicalidade como aquele que traz de volta o “trabalho morto” contido no lixo do “mundo sombrio dos rejeitos humanos”. Ainda que a autora, em nossa análise, avance em alguns pontos no que se refere à crítica da “nova racionalidade” posta pela noção de *sustentabilidade*, ela limita-se à materialidade do lixo e do trabalho não observando o impulso do trabalho “como fim em si mesmo” do capital (KURZ, 1996), ou seja, como posto e pressuposto da lógica do valor. Separar valor de uso e valor pode ter sido a forma teórica que Marx utilizou para expressar a contradição entre abstração e matéria. Mesmo a condição de trabalhadores precarizados dos catadores, para autora, viria da “rejeição” histórica e cultural dessas pessoas do mercado formal²⁰. Nesse sentido, ainda que não rejeitemos a condição material do real²¹, ao contrário, pensamos negativamente tal materialidade, “a mudança da qualidade do lixo em material reciclável” a nosso ver se encarna no trabalho do catador, mas não se reduz a tal materialidade.

Que a sociedade burguesa constituída se funda sobre a produção mercantil, eis o óbvio; mas não é igualmente óbvio que, inseridas as relações mercantis no âmbito de uma sociedade onde **a universalização total da forma mercadoria vai muito mais além de sua materialidade palpável** [...].(NETTO, 1981, p.84, grifo nosso)

O lixo, nesse sentido, uma coisa tão trivial quanto à própria materialidade objetual do mundo, esconde seu caráter de ser uma *forma de pensamento* e como tal constitui relações não materiais ou metafísicas, principalmente no âmbito das perspectivas *ambientalistas*. Para José Paulo Netto: “Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua produção.” (Idem, p.82, grifos do autor)

²⁰ Esse ponto será melhor analisado no último capítulo.

²¹ Agradecemos as contribuições da amiga Ana Sylvia Maris Ribeiro, nas inúmeras discussões, principalmente, referentes às absolutizações do caráter metafísico da forma mercadoria, posto que o polo material, físico, é parte inseparável do real na constituição do sujeito moderno. “Não se deve esquecer, contudo, que o imediatismo e mediação são momentos de um processo dialético [...]” (LUKÁCS, 2012, p.318).

O fetichismo da mercadoria constitui-se, também, como *naturalização*, porque tudo que está sob a generalização da forma mercadoria aparece como que da *natureza* da mercadoria e não do processo social que produziu essa metafísica: **“o caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso.”** (MARX, 1985, p.70, grifo nosso) Mas seu valor de uso contribui para mistificação de tal relação²².

A crítica ao valor de uso e à sua ontologia deve, portanto, ser posta na medida em que o *centro de gravidade* seja fenomenicamente a materialidade física do real, isso revela o problema do inquestionável modo de ser dos valores de uso no mundo.

A recuperação de materiais a partir do lixo é uma **atividade milenar. Desde os tempos antigos os destituídos sociais vêm sobrevivendo graças à recuperação das sobras da sociedade**, sendo, contudo, retratados como marginais e vagabundos. Ou seja, aos indivíduos que trabalham com o lixo sempre foi imputada uma imagem social extremamente negativa. (DIAS, 2002, grifo nosso)

Nessa autora (DIAS, 2007, 2011), como em outros escritos mais aprisionados²³ à forma de pensamento positiva da sociedade moderna, a exclusão é uma categoria fundamental de análise em que a externalidade do lixo aparece como uma forma ontológica, bem como a condição de vagabundos dos indivíduos supostamente excluídos. Vejamos o que Marx nos conta sobre a vagabundagem no momento em que a forma de consciência do capital se constitui e suas categorias fundantes carecem ser impostas pela violência extra-econômica em seu importante texto sobre “A assim chamada acumulação primitiva²⁴”:

²² “A ideia do caráter duplo da mercadoria enquanto valor e valor de uso revela ser parte de uma análise crítica que vai para além de uma rejeição romântica do abstracto (valor) em nome do concreto (valor de uso). Ao invés disso, essa análise é a de uma “substância” que flui sem ser idêntica a nenhuma das várias formas fenoménicas [*forms of appearance*] que adquire ao longo do seu fluxo [*flow*]. O capital, como é óbvio, passa da forma do dinheiro para a forma de bens para a forma do dinheiro para a forma de bens [D-M-D-M-D..., NM]. Flui através de todas essas formas, sem ser idêntico a nenhuma delas.” **O Trabalho e a Lógica da Abstracção** (Moishe Postone entrevistado por Timothy Brennan) Disponível em: <<http://o-beco-pt.blogspot.com.br/2012/03/moishe-postone.html>>, Acesso em: 14/07/2012.

²³ Aqui não queremos dizer, absolutamente, que há algum indivíduo fora da forma universal, mas que alguns, estão tão limitados pela positividade do capital que só vêm como forma de crítica a crítica positiva de inserção dos catadores como “agentes ambientais”, “empreendedores”, cidadãos. Aqui, evidencia-se a necessidade premente de se reafirmar e, exaltar, a sociedade de trabalho, pois na medida em que o capital, necessariamente, elimina gradativamente sua substância (o trabalho), para os teóricos aprisionados pela ontologia do trabalho, resta a afirmação deste a fim de lutar pelo reconhecimento dos indivíduos enquanto cidadãos mediados pelo dinheiro.

²⁴ *O Capital*, Livro I, Vol. II, 1988.

[...] os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida **não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição**. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. (p.265) [...] **Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro polo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho**. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, **reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes**. (p.267)

Destacam-se alguns pontos nessa passagem muito elucidativa sobre o momento em que “a matriz a priori da constituição fetichista” (KURZ, 2007), ainda que pressuposta, careceria de momentos da concretude para se efetivar e efetivar o processo de valorização. Primeiro, que o enquadramento à disciplina do trabalho foi violentamente imposto; segundo, ainda que haja as condições para o trabalho, se não houver a violência extra-econômica, bem como a formação dessa categoria do capital, do ponto de vista subjetivo (tradição, costume e educação), não há formação de capital; e uma terceira observação é a de que o imbróglio da constituição das categorias do capital merece ser cuidadosamente analisado sob o aspecto do reconhecimento das “exigências mudas” da reprodução social como fetichismo de “leis naturais evidentes”.

Portanto, além de nos remetermos a outros momentos fundamentais da totalidade social, a reflexão de Marx demonstra que a vagabundagem, de forma estrutural, ocorre na sociedade de trabalho, portanto, capitalista. E não como algo ocasional dos períodos pré-capitalistas. Mas voltemos à nossa reflexão sobre a relação que põe o lixo enquanto objeto que se relaciona conosco como se tivesse vida própria, ou melhor, como algo que teve vida própria, morreu a será ressuscitado pelo catador.

Segundo Burgos, o catador faz a separação do reciclável daquilo que efetivamente será o lixo (2008, p.108), sugerindo que está na intencionalidade desse trabalhador se a recuperação ocorrerá ou não.

Mas a própria autora também expõe que a determinação da reciclagem é da indústria. Aí vem a questão: o que efetivamente será lixo é determinado pelo trabalho concreto do catador e pelas propriedades físicas do material ou pela demanda de capital constante circulante da indústria? No decurso dessa pesquisa

tentaremos expor um possível contraponto a essas questões, que parecem ter uma circularidade autônoma em relação ao movimento do capital²⁵, dualidade que pode ocultar a substância fictícia, ou a dessubstancialização do capital.

Para Arlete M. Rodrigues,

O agravamento (ou o conhecimento) da problemática ambiental, relacionado à ausência de espaços para o depósito de lixo e a durabilidade dos materiais da sociedade do descartável, acabou incorporando-o às preocupações quotidianas. **O “monstro”, no caso do lixo**, ficou mais ‘perto’, tornando-se uma necessidade encontrar soluções para o seu acúmulo. Tornou-se uma necessidade pensar em formas de “acabar” com o lixo através da incineração, reaproveitamento ou reciclagem. (1998, p.122, grifo nosso)

Se para essa autora o “monstro lixo” agrava-se com o advento da chamada *sociedade de consumo*²⁶, para Calderoni (2003), o próprio problema pode se tornar a solução, já que para ele o lixo – “material sólido que seu proprietário não atribui mais valor e deseja descartá-lo” – pode ser visto a partir de sua viabilidade econômica, no seu reaproveitamento, somando-se às demais questões sociais e ambientais. A questão que move a tese desse autor é: “onde estão os bilhões perdidos pela não reciclagem do lixo?” (idem, p.173) Tal pensamento preso no horizonte da Economia Política, preocupa-se com cálculos que evidenciam a “imensa” viabilidade econômica da reciclagem²⁷. Assim, o modo pelo qual esse “problema” aparece é a forma pela qual se darão as “soluções” a ele, ou seja, para um problema objetivo se terá uma solução objetiva, por meio do planejamento. Para os planejadores tal pensamento se qualifica, pela sua objetividade e funcionalidade. A isso introduzimos a questão: onde está a “fantasmagoria” do capital, negligenciada pela leitura objetificada sobre o lixo?

²⁵ Não obstante os autores que dialogamos (Rodrigues, 1998; Gonçalves 2006; Burgos, 2008) que tem em seu percurso de exposição uma análise marxista, o movimento do capital em sua face fictícia, bem como o fetichismo da mercadoria, não aparecem, o que possivelmente limita suas análises sobre a reposição categorial do capital, já que para eles a lucratividade das empresas é um pressuposto da reciclagem. Em nossa exposição tentaremos verificar e expor que o movimento de reposição categorial (valorização, trabalho) não ocorre de forma positiva dado a dependência dos capitais ditos produtivos em relação ao capital dinenário.

²⁶ A reciclagem, por ter relação direta com a produção de mercadorias, e por ser a atividade que “reinsere” no processo de industrialização as embalagens, está vinculada ao que muitos denominam sociedade de consumo. Nesse sentido, sabemos da importância de estabelecer um nexos com o chamado consumismo bem como o debate sobre as necessidades sociais, porém nos faltaram maiores referências e tempo para tal discussão.

²⁷ Em Georg Lukács (2012) encontramos uma discussão fundamental sobre a racionalização capitalista baseada em cálculos. Conferir, também, Kurz (2007).

Preliminarmente expomos uma passagem de Marx que elucida que sob caráter objetivo do real se esconde a metafísica social:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente, no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como **características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas** [...] a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, **não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com relações materiais que daí se originam**. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (1985, p.71, grifos nossos)

Quando Marx chama a atenção para o caráter não físico do capital, posto na relação entre a abstração e a materialidade física, ele evidencia que toda elaboração teórica e prática sobre a realidade que não se dê conta disso está necessariamente, não só objetiva como subjetivamente, repondo positivamente o processo social. Se for a partir de dadas relações sociais que se origina o mistério da forma mercadoria, consideramos que a forma de pensamento que se estabelece na constituição dessa lógica é algo, não meramente ideológico, mas atuante no desenvolvimento categorial do capital, e seu limite absoluto vem sendo evidenciado:

[...] pode dizer-se que com a revolução microeletrônica, cujo potencial está longe do esgotamento, a partir de inícios dos anos 80, juntamente com a expansão fordista estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global. Isto significa que hoje já não existe o mecanismo histórico de compensação, que sustentou a expansão simultânea do trabalho improdutivo em termos capitalistas. Na verdade, a base da reprodução capitalista já alcançou o seu limite absoluto, ainda que o seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal. (KURZ, 1995)

Embora tal limite signifique a enorme dificuldade com que os capitais se reproduzem, não significa que eles não se reproduzam, ainda que criticamente. Por isso a importância da leitura sobre o fetichismo, uma vez que a reposição categorial (trabalho e valorização), a nosso ver, é o fundamento desfundamentado da modernização. A ilusão de uma dada racionalidade (ALFREDO, 2008) é o que poderia explicar a manutenção de tal sociabilidade. A nosso ver, algumas observações concretas podem estar evidenciando o colapso no plano fenomênico, o lixo mesmo, enquanto relação social, poderia ser um exemplo, isso com os devidos

cuidados para não se limitar a sua materialidade física. A sobrevivência de milhões de pessoas em nível mundial dos restos do consumo da sociedade e a necessidade do capital em repor suas categorias por meio dessa atividade degradada, poderiam nos dizer algo sobre o colapso do sistema produtor de mercadorias, pois a reposição formal ainda que estivesse sujeitando milhões de pessoas por meio da reinserção de materiais no processo de transformação de mercadorias, ao mesmo tempo essa atividade já aparece enquanto carente de se desenvolver produtivamente, pois o trabalho realizado por catadores não repõe os custos imediatos na produção de novos materiais. Assim, como será desenvolvido no terceiro capítulo, o ramo da reciclagem já não se “justifica” produtivamente, repondo-se, simultaneamente, a partir das determinações do capital financeiro.

A passagem do lixo para mercadoria reciclável se apresenta como algo estritamente vinculado à sua natureza sensível e seus “atributos” de valor de troca aparecem como trabalho cristalizado “ressuscitado” pelo trabalho vivo do catador. Nas palavras de Gonçalves: “O trabalho vivo [do catador] dispensado buscando o trabalho morto descartado para **continuar a dar vida ao sistema** que os execra” (2006, p.290, grifo nosso). Assim, o morto-vivo capital somos também nós, enquanto sociedade, na medida em que constituímos a totalidade concreta seja como forma de pensamento ou como estrita objetividade, repondo, ou nas palavras do autor, dando vida ao sistema.

Rodrigues ressalta o caráter de mercadoria do lixo como um atributo da relação deste com os indivíduos:

O lixo tornou-se uma *mercadoria*. Era *resto* de um valor de uso e adquiriu um *novo* valor de troca. Mercadoria *sui generis*, pois é descartável para uns, que não se preocupam com o valor de troca (os moradores em geral), enquanto para outros o valor de troca é um atributo. (p. 122, 1998, grifos da autora)

Mas estaria na relação das pessoas com o *objeto lixo* o segredo dessa transmutação de rejeito para mercadoria? Para Burgos (2008, p.124), “[...] o termo reciclagem denota justamente mudança na forma de conceber e gerenciar os resíduos.”

Para os autores que dialogamos, nos quais encontramos certa pertinência na análise (pois levantam a questão da reciclagem como algo determinado), quem vai determinar o que será convertido em reciclável é a indústria, ou seja, o setor

produtivo. Para Legaspe, a reciclagem “surte da necessidade industrial de se abastecer de matéria-prima barata [...]” (1996, p.128).

Burgos concordando com Legaspe (1996) afirma:

[...] a *sociedade como um todo* [...] vem sendo mobilizada pelos interesses dos setores produtivos que absorvem os materiais recicláveis, **pressionando governos, sociedade civil e cidadãos comuns às práticas** consonantes com ajustes necessários ao funcionamento aperfeiçoado da reciclagem. (2008, p.131, grifo nosso)

Ainda que haja tal interesse desses setores já antecipados pelos autores como “produtivos”, pensamos que tal subjetivação não pode ser tomada como consenso de que a centralidade do processo encontra-se nas decisões da indústria. Para nos ajudar a pensar a personificação do processo social, Marx expõe com certa clareza a “dominação sem sujeito” (KURZ, 1993):

Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de *pessoas* à medida que são **personificações de categorias econômicas**, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesse. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista que enfoca o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode se tornar **o indivíduo** responsável por relações das quais ele é, socialmente, **uma criatura**, por mais que queira colocar-se subjetivamente acima delas. (MARX, 1985, p.13, grifos do autor e grifos nossos)

É fundamentalmente pelo fato de os indivíduos serem *personas* no desenvolvimento dos processos sociais é que se apresentam nas relações sociais imediatas como sujeitos, quando de fato são *sujeitados* pelo capital. Sobre isso, Lukács também chamou atenção: “na medida em que a indústria estabelece ‘metas’ – no sentido decisivo, ou melhor, histórico e dialético do termo –, é apenas objeto e não sujeito das leis naturais sociais.” (Lukács, 2012, p.279)

Mas, nessa pesquisa, tentamos não observar isso de maneira positiva, pois os indivíduos, mesmo que *sujeitados*, são os únicos capazes de atuar enquanto indivíduos pensantes, portanto, possibilitados pela razão de refletir sobre as contradições do real.

Ainda que os catadores, execrados pelo sistema, tenham um papel importante na *cadeia da reciclagem*, (GONÇALVES, 2006), sua constituição enquanto cidadãos passa necessariamente pela circulação do equivalente geral, ou

seja, mesmo sem dinheiro sua reprodução requer certa institucionalidade²⁸ para que o capital se realize, mesmo com a negatividade de um trabalho que não repõe a força de trabalho. Portanto, a ideia é compreender qual é a determinação que os põem nessa condição de “sujeitos-dinheiro sem dinheiro” (KURZ, 1996) na mais absoluta precariedade. Reflexão que tentaremos possibilitar ao longo do texto.

Apesar dos esforços em verificar a condição de vida dos catadores, pensamos que não seja o caminho mais adequado para se refletir sobre a reciclagem em sua totalidade. Burgos nos traz importantes contribuições, mas se envereda por esse caminho:

Portanto, se há mudança na qualidade do lixo que se transforma em material reciclável, isto decorre do **ato exato e primeiro que corresponde a catação ou coleta seletiva, realizada pelo catador que garimpa e resgata o valor de troca do resíduo.** (2008, p.129, grifo nosso)

Concordamos que o trabalho do catador seja genericamente precário²⁹ de um ponto de vista físico devido a sua aparência imediata, e que sua importância como elo entre o lixo e o reciclável num “circuito” *aparentemente* autônomo seja fundamental, mas o caso é reconhecer o catador, precarizado, devido ao desenvolvimento das forças produtivas gerais da sociedade, e ele sendo uma forma desta. Mas só enquanto imediatez “este caos [...], porém, é de coisas, mas não de coisas que se relacionam com a natureza, ao mundo extra-humano.” (NETTO, 1981, p.83)

Georg Lukács enfatiza como a mercadoria, enquanto coisa, se apresenta para as pessoas:

Objetivamente, quando surge um mundo de **coisas acabadas** e de relações entre coisas (o mundo das mercadorias e de sua circulação no mercado), cujas leis, embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhes opõem como poderes intransponíveis, que se exercem a partir de si mesmos. **O indivíduo pode, portanto, utilizar seu conhecimento sobre essas leis a seu favor**, sem que lhe seja dado, mesmo nesse caso, uma influência transformadora sobre o processo real por meio de sua atividade. (Lukács, 2012, p.199)

²⁸ Certa institucionalidade porque a maior parte dos catadores atua individualmente, menos de 10% está vinculado a algum empreendimento coletivo. Conferir no último capítulo dessa dissertação.

²⁹ Qual trabalho não é precário? Se sujeitar ao tempo abstrato, o impulso à simultaneidade em que se põe a produção e a realização do capital, por mais que estejamos no chão de uma fábrica, num laboratório de pesquisa ou em um lixão, somos sujeitados pela forma, pela lógica contraditória do capital. Sabemos que a condição de catador é de extrema precariedade, porém não podemos naturalizar o tempo social, já que estamos submetidos a ele.

Mesmo o *lixo* – na visão dos estudiosos citados anteriormente – se convertendo em mercadoria e não sendo tomado, aparentemente, como coisa acabada, a sua objetividade impera sobre a mediação abstrata que o põem como matéria-prima. É certo que na cabeça dos empresários e consortes – defensores da reciclagem como alternativa socioeconômica e ambiental ao descarte de coisas úteis – a lógica dessas coisas, do *lixo*, apresenta-nos como que da natureza dessa sociedade, portanto, como algo a ser analisado enquanto problema ambiental. Entretanto, a crítica não pode se limitar a fazer uma constatação da exploração do trabalho precário dos catadores e a simultânea e suposta lucratividade³⁰ dos empresários. A tal forma de pensamento podemos atribuir ao que vimos tentando argumentar desde o início desse capítulo que é a objetividade da forma equivalente, ora em sua aparência na troca objetos, ora em sua forma geral como dinheiro. Nesse sentido, o resgate do valor de troca, realizado pelos catadores, a que se refere Burgos (2008) estaria na justa efetividade da forma mercadoria enquanto coisa e não enquanto relação abstrata, pois cinde valor de uso e valor de troca da constituição do fetiche da forma mercadoria.

O dinheiro ao atuar como equivalente geral esconde seu fundamento como representante do valor, além disso, ofusca os olhos de seus possuidores já que, objetivamente, com ele os indivíduos são capazes de atuarem “livremente” na sociedade, mais ou menos, de acordo com a quantidade que possuírem. Paulani também nos ajuda a compreender melhor a forma dinheiro:

Como Marx deixa claro, a exteriorização da antítese constitutiva da mercadoria entre valor de uso e valor resulta numa equação em que temos efetivamente o valor de uso do lado esquerdo e o valor do lado direito. Assim, aplicando a distinção anteriormente feita entre os dois tipos de formas sociais, entre mercadoria e dinheiro, a forma verdadeiramente social é o dinheiro, pois ele é o valor que se autonomizou do valor de uso, ou seja, é uma mercadoria que **funciona apenas como valor**. E isso é assim, porque justamente o dinheiro é o equivalente geral e, nessa mercadoria especial, a determinação abstrata prevalece e se absolutiza. (2011, p.55, grifo nosso)

³⁰ Isso devido ao fato de não se deduzir a lucratividade dessas empresas, já adiantamos que uma pequena empresa de reciclagem de plástico, que visitamos em 2012, encontrava-se em dificuldades de realizar suas mercadorias, com dívidas referentes a empréstimos em bancos e com capacidade produtiva ociosa. Aprofundaremos esse argumento no Capítulo 3.

Nesse sentido, o dinheiro não é meramente coisa física (papel, metal, cartões de débito ou de crédito) com a qual trocamos mercadorias, mas representação do valor, tempo de trabalho, pressuposto e fundamento do capital. Entretanto, é importante notar que o movimento lógico de autonomização do dinheiro se efetiva contraditoriamente. Marx analisa passagens que nos dão certa dimensão dessa autonomização, no entanto, o capital move-se conforme as particularidades do contexto. Isso significa dizer que a consciência fetichista sobre o dinheiro repõe formas aparentemente arcaicas de troca e subjetivações híbridas de se conceber a riqueza. Uma das catadoras que conversamos (Sra. Cris³¹), da cooperativa que visitamos em Pindamonhangaba-SP, comentou que quando sai junto com o motorista do caminhão da cooperativa para recolher algum material e vê nas ruas outros amontoados de lixo reciclável ela fala para o motorista: “olha quanto dinheiro ali!” e continua:

Para nós o lixo é ouro, né? Vale dinheiro, e olha que a gente vicia nisso, viu. Sê olha assim, você passa na rua e vê aquele monte de reciclagem e dá vontade de parar e catar tudo. O motorista que vai comigo, eu falo pra ele, ‘Zé vamo parar e catar’ (risos) e ele diz: ‘já deve ter dono’. Eu falo: ‘é dinheiro, ó quanto dinheiro jogado ali’.
(Sra. Cris)

A Sra. Cris completou: “hoje em dia não tem material [lixo] reciclável sem dono”. Ela dizer que seus olhos brilham quando vê materiais pela rua e que ao mesmo tempo eles se sentem “agentes ambientais” ao coletar um material que seria rejeitado causando impactos na natureza, mostra o caráter complexo dessa consciência ecológica/fisiocrata. Ao perguntarmos sobre se há incômodo em chamá-los de catadores de lixo ela respondeu:

Incomoda muito ser chamado de catador de lixo, não somos catador de lixo, né? A minha família também fala: ‘você fica naquele lixão lá.’ Mas eu falo: ‘não é lixo que a gente cata, a gente não é catador de lixo, eu brinco, **agora tem uma palavrinha bem mais legal ‘agentes ambientais’**. A gente sempre sofre preconceito e isso incomoda muito. A gente coleta o material que você joga para entupir bueiro, ir pro rio, dar enchente. (Sra. Cris, grifo nosso)

A lógica do dinheiro disfarça-se de uma ideologia que se pauta fundamentalmente na materialidade do lixo, ou melhor, dos recicláveis. A necessidade de (re)conceituar o rejeito doméstico, principalmente, pode estar

³¹ Esta foi nossa principal interlocutora da cooperativa que visitamos no ano de 2013 em Pindamonhangaba-SP.

resguardando um momento mais abstrato do que parece. A relação direta entre dinheiro e lixo torna-se interessante e ao mesmo tempo problemática, pois associá-los sem qualquer mediação, colando a materialidade no preço da matéria-prima, também não revela o caráter místico da forma mercadoria, fundamentalmente no processo de dessubstancialização do valor. Além disso, na crise do trabalho, parece que a catadora também antecipa, de certo modo, as catástrofes, quase que um desejo, como forma de justificar o seu próprio trabalho

Nesse sentido, para o momento em que se universaliza a lógica da reciclagem, a verdade do dinheiro se faz atuando enquanto mercadoria:

A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação a sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor. (ALFREDO, 2008, p.71)

Genericamente falando, os capitais que atuam na reciclagem o fazem sob os auspícios do capital fictício, portanto, daí partirá nossa análise da reposição categorial do capital, principalmente no capítulo sobre a reciclagem crítica e a crítica da reciclagem. Por ora, tentaremos examinar o processo de naturalização dos processos sociais e seu vínculo com a perspectiva ambiental/materialista.

2. Naturalização dos processos sociais: A forma matéria e abstração social

A primeira peculiaridade que chama a atenção quando se observa a forma equivalente é esta: o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor. (MARX, 1985, p.59)

Parece *natural* que, tanto nas conversas quanto nas práticas cotidianas das pessoas, a materialidade física dos objetos apareça como algo inquestionável. Nos grupos de convivência (na família, no emprego, com os amigos) costumamos observar as diferentes maneiras de se expressar a absoluta tangibilidade desses objetos. Assim como todas as coisas consumidas são apreendidas em sua objetualidade, o descarte das sobras das mesmas também aparece como algo estritamente físico. Nesse sentido, este capítulo terá o intuito de expor algumas das “certezas” que, possivelmente, fundamentam as práticas no âmbito de uma consciência considerada ecologicamente correta e como tais “certezas” estão diretamente relacionadas à concepção de física das coisas. E qual a importância de se discutir a contradição entre a materialidade física e o processo social metafísico? Um dos intuitos é trazer para o debate ecologista (ambientalista) e geográfico o diálogo com a crítica marxiana, e, acima de tudo, não discutir a teoria em si, mas expor o nexo entre a teoria e a prática e como àquela se assenta e repõe a sociabilidade moderna sob o contemporâneo modo “eco-sustentável”.

Seria uma tarefa árdua debruçarmos sobre um tema tão amplo e caro ao pensamento moderno como a concepção de mundo físico-materialista em que os indivíduos são constituídos. Assim, para não nos perdermos em um discurso meramente teórico, propusemo-nos a analisar mais de perto algumas formas de socialização postas pela consciência física fundadas no fetichismo da mercadoria³².

Mencionamos no primeiro parágrafo desse capítulo que a materialidade física das coisas aparece como “certezas” das quais derivam inúmeras formas de consciência. A tais “certezas” chamaríamos, de acordo com Marx (1985); Lukács

³² No capítulo anterior tentamos expor os principais aspectos da análise da forma mercadoria discutidas por Karl Marx no livro I de O Capital. Nesse capítulo, mencionaremos alguns desses aspectos, por isso, de antemão, deixamos claro que alguns momentos da reflexão parecerão repetitivos.

(2012); Kurz (2007) e Alfredo (2010a), de “naturalização dos processos sociais”. Tal denominação não surge como mera conceituação formal, mas como crítica à redução dos processos sociais a metáforas naturalistas, naturalizantes que constituem o corpo das mercadorias e, assim, como momento do real. Se, portanto, se trata de uma crítica, então, é importante ressaltar a contradição que a põe.

Para os autores citados acima, a autonomização das categorias da sociedade capitalista é determinada pelas contradições desse modo de produção. O caráter objetivo do trabalho, de criar coisas úteis, como uma externalidade, foi enfatizado por Lukács, afirmando que “[...] o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e **que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas**” (2012, p.199, grifo nosso). O fundamento social, o trabalho abstrato, aparece, nesse sentido, como trabalho útil, concreto, que embora tenha o “poder” de construir coisas, ele se limita às leis “que lhes são estranhas”, tomadas como leis tais quais as da *natureza*, pois que o desconhecimento das mesmas leva ao não deciframento da condição social destas.

Tais leis, “[...] embora se tornem gradualmente conhecidas pelos homens, mesmo nesse caso se lhe opõem como poderes intransponíveis, **que se exercem a partir de si mesmos**”. (Idem) Nesse sentido, assim como, aparentemente, a lógica da Natureza existe independente de que nós a pensemos, a lógica do capital é análoga a tal forma de existência do Natural e, em sendo assim, torna-se, no processo de autonomização do trabalho, um poder intransponível.

No entanto, não é só no processo concreto de trabalho que se constitui a formação da consciência fetichista de materialidade estrita. A partir da generalização da forma mercadoria é imprescindível que haja uma consciência necessária à naturalização dos processos abstratos ou sociais. A autonomização das categorias sociais, assim, é um processo social cuja lógica dos fenômenos autonomizados se expressam como que independente de qualquer outro processo, portanto, isolados em si mesmos. Esse movimento, assim, se constitui como imanência ao capital, em que as diversas instâncias da vida moderna são conformadas por processos mais ou menos autonomizados, levando os indivíduos à compreensão, muitas vezes, que os fenômenos sociais ocorrem isoladamente, sem nexos lógicos e contraditórios com a totalidade concreta do capital, ou seja, indeterminados.

Para Alfredo:

A natureza (orgânico) posta como o além-lá é o impensado, existente de per si e assim, o indelével, intocável pela consciência que é prescindível para explicitar aquilo que, nesta forma, prescinde da mesma. É tão somente a necessária prescindibilidade da consciência na compreensão do natural (orgânico) que faz da natureza a própria natureza. (ALFREDO, 2010a, p.58)

Tal prescindibilidade é o que podemos nos remeter ao caráter do holocausto social, da indiferenciação do outro, em que a forma mercadoria nos põe enquanto objetos-sujeitos que, na tentativa de inverter tal relação temos que prescindir de tudo que o que nos é posto enquanto externo, o outro. A *natureza*, nesse sentido, também aparece como algo superior: a consciência das consciências; e que, portanto, é personificada e naturalizada a necessidade do equilíbrio, posto pela relação entre a forma relativa e forma equivalente (MARX). Assim, aquilo que é tido como externo, por conseguinte, sem pensamento, toma corpo e forma na perspectiva “eternizante” do capital, tendo lógica e conteúdos próprios, independente da sociedade. Daí decorre teorias e práticas vinculadas à apreensão do movimento social como caótico, cuja necessidade do equilíbrio impõe a violência econômica e não-econômica como forma necessária para salvaguardar a *forma natural*. Basta refletirmos sobre as remoções de pessoas, economicamente miseráveis, de áreas de proteção ambiental pela violência do Estado, além daqueles despejos não considerados violentos, mas que economicamente não assegura condições mínimas de sobrevivência à elas. Cabe ressaltar, como é uma das temáticas dessa pesquisa, a *reciclagem* aparece como algo natural e pouco problematizada do ponto de vista da reprodução das categorias capitalistas.

Em muitas das conversas informais ou mesmo com alguns dos interlocutores da pesquisa é praticamente genérico o discurso sobre o processo de reciclagem como um ciclo fechado em si mesmo. Em trabalhos acadêmicos o termo “circuito ou cadeia da reciclagem” também aparece como que um processo autônomo, ligado com o “todo” da sociedade apenas por elementos econômicos³³ e ecológicos.

A pergunta que vem em nossas cabeças então é: o que seria tal autonomização e que relação teria com a naturalização dos processos sociais? Para chegar a esses e outros questionamentos que apareceram no decorrer de nossa exposição, foi preciso percorrer o caminho do capítulo anterior, observando que em

³³ Econômicos em um sentido estrito, limitado à superfície da sociedade, ou seja, como fator de economia de materiais, de energia e de geração de renda.

uma sociedade posta por relações metafísicas o seu contrário, a materialidade física, vela aquilo que fundamenta a sociabilidade moderna.

O trabalho (abstrato), por exemplo, é uma das categorias fundamentais, senão a mais fundamental, da moderna sociedade burguesa (Marx, 1985). Entretanto, ao aparecer para os atores sociais como algo da “natureza humana”, ou seja, intrínseco a qualquer indivíduo e em qualquer sociedade, tal categoria social já sofreu um processo tal de autonomização que ele (o trabalho) parece inquestionável. Aquilo que aparece como *natural*, com lei e lógica próprias deve ser analisado não como algo isolado e indeterminado, mas que se constitui segundo as categorias sociais, já que mesmo o nascer e o pôr do Sol, fenômenos considerados *naturais*, só são observáveis por que há um pensamento que possibilita tal observação. Nesse sentido, qualquer pensamento vem a ser determinado por relações que os indivíduos estabelecem entre si, no interior de uma determinada forma social, não agindo plenamente isolados. Pensar que age isoladamente e que as coisas acontecem *naturalmente* é parte da constituição do sujeito moderno, ou seja, o extremo seria isso tudo já ser forma social.

Marx, desde os prefácios do Livro I de “O Capital” chama a atenção para o caráter fenomênico da naturalização das relações sociais do modo de produção capitalista. Não o contrário, ou seja, as formas sociais como fixas, em si, ou naturais. Isso não é de pouca importância para a nossa análise neste capítulo³⁴, que pretende entrar na “questão do ecologismo de Marx”, afim de não tomar qualquer noção de Natureza como verdadeira e absoluta, mas como um movimento do pensamento moderno que identifica as coisas ou fenômenos fora de si como processos independentes, portanto naturais. Pretendemos expor que a própria noção de Natureza se configura a partir de uma relação do pensamento com a coisa pensada em que o próprio pensamento carece ser pensado como objeto³⁵.

O caráter físico/material da forma mercadoria, nesse aspecto, é quem esconde e ao mesmo tempo veicula toda a abstração que é o valor (tempo de trabalho social), como metafísico, social (MARX, 1985). Assim, ao observar o caráter útil, físico, palpável das mercadorias³⁶, como independente, autônomo e positivo, toda a análise sobre a reciclagem recai no fetiche entre valor de uso e

³⁴ E no percurso de toda nossa exposição.

³⁵ Fundamentais foram as contribuições de Anselmo Alfredo, nas conversas de carona e no grupo de estudos d’O Capital, para tais formulações.

³⁶ Como necessidade imposta.

valor, que Marx (no primeiro capítulo do Livro I d'O Capital) inequivocamente analisou. Portanto, a crítica ao fetichismo da mercadoria pode ser suficiente para observar que a abordagem objetiva e objetificada, ou seja, imediata, dos assim chamados “problemas socioambientais” – que caracterizam a reciclagem sob os pontos de vista da *inclusão social* (geração de renda à possibilidade da economia solidária), da *consciência ecológica*, ou mesmo aqueles que fazem a crítica da precariedade do “trabalho no lixo”³⁷ e criticam o movimento de acumulação e expansão de alguns ramos da indústria de recicláveis – são próprios do pensamento referente da sociedade moderna, que se desdobra na lógica autonomizada do *pensamento ambientalista* e da *ontologia do trabalho*³⁸, por exemplo.

É importante observar também que, assim como os fisiocratas ligados à Economia Política, a qual Marx já desenvolvera uma crítica contundente e consistente, os atuais epígonos da Ecologia querem fazer um apelo um tanto quanto anacrônico no que se refere ao materialismo (seja dialético ou não). No caso dos marxistas, Foster³⁹ (2011, p.20) desponha na superfície da crítica como um sério candidato ao *posto de fisiocrata da ecologia política*, pois, para ele “[...] Marx jamais abandonou o compromisso geral com uma **concepção materialista de natureza**, isto é, com **o materialismo como categoria ontológica [!]** quanto epistemológica.” É problemática, para não dizer desatinada, tal afirmação que corresponde a todo o pensamento de um teórico contemporâneo. É sintomática essa regressão ao materialismo físico, como elucida Alfredo: “o movimento e a fixidez físicas dos elementos do moderno e da modernização, tão somente são forma de eludir o valor

³⁷ Ver Gonçalves (2006). Ainda que a abordagem do autor tenha o intuito de fazer a crítica do capitalismo, o mesmo não leva até as últimas consequências o caráter contraditoriamente fundante do trabalho como categoria moderna e do fetichismo que vela a contradição entre abstração e a materialidade física das mercadorias. Sua preocupação em dar instrumentos aos movimentos de luta organizada contra exploração do “trabalho no lixo” (cooperativas de catadores) pode estar sendo determinada por aquilo que Lukács (2012, p.369) chamou de “dialética das formas imediatas de produção”. Assim, a exploração “brutal” do trabalho dos catadores de recicláveis, embora seja uma realidade, por seu caráter imediatamente “chocante”, não revela a agonia do capital pela reinserção de capital circulante a fim de reduzir custos e minimizar a perda de tempo de trabalho nas mercadorias. Aliás, a extrema exploração do trabalho pode ser fundada na crise de valorização do valor que exige o aprofundamento da exploração como forma de reduzir os custos da reprodução crítica.

³⁸ Cf. Antunes (2003).

³⁹ De um modo ecologista, aparentemente, mais sofisticado de pensar o real, John Bellamy Foster, em seu livro “A ecologia de Marx: materialismo e natureza”, desenvolve os argumentos de uma “visão ecológica revolucionária” presente em Marx, desde sua tese de doutoramento até sua obra mais madura, “O Capital”, o que para a perspectiva deste trabalho sugere um disparate na medida em que para afirmar sua teoria ecologista o autor necessita, com um “passe de mágica”, ignorar os fetichismos que advém da forma mercadoria, principalmente o *valor de uso*.

e sua necessária análise crítica, permitindo incorporar a materialidade como ilusão de não abstração.” (2008, p.30) Tal ilusão necessária à reprodução social capitalista se põe como incontestável para o respeitado ecologista, pois ele observa o “materialismo como categoria ontológica”. Ora, se o materialismo é uma categoria que se nos apresenta no interior da sociedade moderna, ele só pode estar se referindo a um momento da contradição a qual nos propomos a fazer um breve reflexão: o abstrato e a matéria na consciência *ambiental* sob a forma da *reciclagem*.

O pensamento de Marx assenta-se, entre outros elementos, na crítica à coisificação e naturalização dos processos sociais, estes determinados por uma lógica não física, ou seja, metafísica⁴⁰ ou social. Tal pensamento, moderno, não ocorre por uma simples falha de algum “mecanismo social”, mas porque é próprio do real, enquanto modernização, e carece de uma forma de consciência que desloque as contradições identitárias do capital para o âmbito de uma noção físico-positiva⁴¹, que configura noções não contraditórias, ocultando o caráter negativo de tais contradições, ou seja, coisificando-a:

Coisificação, ou consciência coisificada, não se pode confundir aqui com consciência sobre os objetos. Tal noção advém da lógica hegeliana, em que a contradição ou dupla determinação é observada unicamente através de um de seus pólos, tomando por coisa aquilo que é relação identitária pelo negativo. Se isto, no capital, passa pela consciência da mercadoria como objeto, e não como contradição entre valor-de-uso e valor-de-troca, o próprio objeto, enquanto materialidade, é uma forma de consciência, mas não objeto mesmo que, então, é mercadoria. Isto é, faz parte do modo de ser da mercadoria a consciência que dela se toma como objeto e não como identidade pela contradição, que a desobjetificaria. (ALFREDO, 2010, p.39)

⁴⁰ A contribuição do pensamento metafísico não está na especulação sobre aquilo que se encontra para além da física, mas em considerar que a contradição entre valor de uso e valor é destituída pela coisificação que vai coincidir com a noção de concretude das coisas. Portanto, o trabalho social, constitui-se como coisa não física, que não aparece aos olhos dos indivíduos, justamente porque abstrai a condição material do processo de trabalho tornando-se uma média genérica, porém, fundamenta toda atividade social capitalista. A coisificação não se limita ao entendimento dos processos sociais como objetos ou coisas, mas tal concepção é fundamentalmente a destituição da contradição por dois polos, ou seja, a redução da contradição a sua estrita positividade. (ALFREDO, 2010a)

⁴¹ Claus Peter Ortlieb faz uma interessante análise das “ciências matemáticas da natureza”, criticando-as enquanto “[...] uma visão de natureza que é válida universalmente”. Para ele, “o conceito de ‘conhecimento objetivo’ adquire assim um significado distinto do habitual em nosso uso linguístico, que é o de um conhecimento ahistórico, independente das formas de sociedade e válido em igual medida para todos os seres humanos” (sem paginação, 1998).

Nesse sentido, essa forma de consciência, não sendo uma “falha” lógica, constitui momento integrante do modo de ser do capital enquanto forma social, por isso, quando observamos, pensamos e agimos “naturalmente”, ou seja, quando vemos o mundo como coisas de uso, estamos no domínio de relações físicas do capital, que emergem justamente para fetichizar o caráter contraditório que está posto na relação sujeito-objeto. Como afirmou Marx, “as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua **forma natural com que estamos habituados** (1985, p.53, grifo nosso). No entanto, “elas aparecem, por isso, como mercadoria ou **possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor.**” (Idem, p.53, grifo nosso)

A noção de *natureza* em Marx de O Capital não é aquela que reside no pensar absolutamente a materialidade física e na objetificação do real. Ao contrário, Marx expõe que as mercadorias possuem um corpo, o valor de uso, este considerado como a *forma natural*. *Natural* não, simplesmente, porque vem de algo de fora do sujeito, mas como produto do processo de naturalização daquilo que a cisão *sujeito-objeto*, posta pelo capital, põe como objeto. Tal naturalização pode ser entendida como algo que é “dado pela tradição” (Marx), portanto, representando um pensamento não passível de crítica. Logo, a pertinência da crítica à concepção de *natureza naturalizada* seria pertinente por alguns aspectos, e estamos chamando a atenção aqui para o fato de que se problematize a categoria *natureza* como algo ontológico, desdobramento da naturalização do valor de uso que pode estar veiculando as *necessidades sociais* como algo autônomo.

Concordamos com Alfredo (2010) que observa em Marx a crítica à forma de pensamento moderna, ou seja, à forma valor como pensamento estruturante da vida social capitalista. A investigação central de Marx é o *valor*, este como síntese da contradição valorização/desvalorização, mas este é um assunto que trataremos posteriormente, embora deixemos explícito que tal desvalorização está presente desde as primeiras páginas d’O Capital⁴².

⁴² “Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor.” (MARX, 1985, p.49) Ainda que Marx não desenvolva nessas páginas iniciais d’O Capital como se constitui tal desvalorização, ele aponta o sentido da contradição capital que é o desenvolver das forças produtivas e a simultaneidade da desvalorização das mercadorias, portanto, do capital. Ver Marx (1988) Volume III, “A lei da queda geral da taxa de lucro”; Anselmo Alfredo (2010a); Ernest Mandel (1982).

O pensamento de Marx no primeiro capítulo d' "O Capital" marca sua forma de exposição do objeto pensado (capital) por meio da contradição *sujeito-objeto* ao longo de toda essa obra. Ele demonstra sua análise com exemplos próprios da Física para esclarecer que sua apreciação vai além dela, da física das coisas. Dessa forma, "a primeira peculiaridade que chama a atenção quando se observa a forma equivalente é esta: o valor de uso [o corpo físico natural das mercadorias] torna-se manifestação de seu contrário, do valor." (1985, p.59) É nesse sentido que entendemos a materialidade dos objetos como qualidades físicas e "corpos" necessários para abstração valor.

Mas a análise torna-se mais problemática quando se trata do momento expressivo da desvalorização do capital, porém, por ser mais problemática é que se torna mais necessária a crítica. Não é porque Marx escreveu suas reflexões sobre o capital há mais de 150 anos que nesse início do século XXI tornou-se obsoleto seu pensamento. Pelo contrário, nas leituras em que nos propusemos a fazer nessa pesquisa, a maior parte nem se quer menciona a análise sobre fetichismo e suas derivações, talvez porque, como diria um professor da Sociologia da UEL, "é um caminho espinhoso e muito abstrato". Por ser suficientemente abstrato é que tal pensamento, hoje, mais do que nunca, torna-se relevante, dado o nível de abstração a qual estamos postos pela forma dinheiro. E não o contrário, resgatando um suposto materialismo naturalista de Marx que, além de vulgarizar seu pensamento, o insere num grupo de teóricos que prescindem da análise da forma valor⁴³.

2.1 Crítica ao pensamento sustentável

Se levássemos em consideração o momento pelo qual se definem "novas" políticas em torno de todo planeta, observamos que o *pensamento naturalizante*, independente de seu apelido, vem ganhando corpo junto à Economia Política de diversos Estados, agora não somente disfarçado de desenvolvimento

⁴³ Ainda que a mera crítica à teoria possa ser um fetichismo na medida em que não considera elementos da constituição histórica do pensamento, pensamos que a vulgarização da teoria marxiana tem um fundamento não só lógico, mas histórico, pois pode ser reveladora do colapso da modernização, que procura reconstruir pela crítica afirmativa o fetichismo de valor de uso que o próprio capital já se incumbiu de negar. Não estamos tentando fazer, simplesmente, uma defesa da teoria marxiana, mas de expor como sua capacidade negativa é ocultada por teóricos tão respeitados como John Bellamy Foster.

socioeconômico, mas com designações que ganham a *coloração verde*⁴⁴. Entretanto, o pensamento moderno não se renova em relação à crítica à forma mercadoria, pelo contrário, retoma a base fundante do ideário naturalizante que domina as ciências parcelares e a política como um todo. Este retorno pode representar o *desespero* inerente ao moderno e frente à modernização e não algo diferente, externo a ele.

A exacerbação da capacidade produtiva do capital – principalmente a chamada revolução microeletrônica – revela que o processo social é o redobrar do fetiche da mercadoria em que, de acordo com Alfredo (2010a), a *Natureza* ganha estatuto de ciência, daí decorre a concepção de equilíbrio. Uma forma de manutenção dos termos da Economia Política Clássica. O equilíbrio se personifica na *natureza*, sendo aquilo que existe independente do sujeito, constituindo, assim, uma das formas de pensamento da Economia Política da passagem do século XX para XXI.

Rosalina Burgos nos expõe com grande pertinência o imbróglio da sustentabilidade e a reciclagem como a suposta panaceia para grande parte dos problemas socioambientais:

“[...] no repertório que norteia as ações do desenvolvimento sustentável está posta a necessidade premente da reciclagem (em todos os níveis, da inovação tecnológica aos processos de trabalho, de sobra gerando trabalho e renda), frente à iminência catastrófica da falta de recursos naturais para futuras gerações – de capitalistas... (2008, p.106)

A insistência na *forma reciclagem* não surge, portanto, ao acaso, ou como uma simples iniciativa do espírito bondoso do empreendedorismo burguês, assim completa a autora:

É o que expõem em seus congressos, cujos discursos encontram ressonância num consenso nunca ensurdecador... Toda a sociedade: Estado, iniciativa privada, Terceiro Setor, Universidades e todo o ‘restante’ da sociedade (onde se encontra a figura indispensável para todo bom negócio, ou seja, o consumidor, o cliente, seu ‘público alvo’) **deseja a sustentabilidade**. E todos querem mostrar que estão aprendendo a lição de que **é preciso**

⁴⁴ No Brasil, por exemplo, surge um novo partido liderado pela ex-senadora e ex-ministra do meio ambiente Marina Silva, que vai se chamar Rede Sustentabilidade, ou, apenas Rede. "O nome é uma coisa muito importante porque é isto que vai constituir o nosso significado", comentou a ex-senadora. Fonte: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/02/novo-partido-de-marina-silva-vai-se-chamar-rede-sustentabilidade.html>. Acesso em: 21/02/2013.

‘amar a natureza’: a *primeira* natureza a ser poupada pelo sacrifício de transfiguração da *segunda* natureza, ou seja, os recicláveis como nova matéria-prima. Segunda natureza até então condenada à morte, descartada como lixo, e que agora **ressurge como *standard* de salvação do planeta**. (BURGOS, 2008, p.106, itálico da autora, grifo nosso)

É notável a contribuição que Burgos nos traz nesse sentido, pois revela não só a insatisfação perante aos discursos propalados pela sustentabilidade, mas uma das relações que a Economia Política estabelece com os novos patamares de produtividade na virada do século XX para o XXI. Assim, a complexa trama que envolve Estado, capitalistas e sociedade civil é exposta pela autora como fundamentais para estruturação da indústria da reciclagem⁴⁵.

Os termos da crise posta pelo desenvolvimento das forças produtivas aparecem, também, como a *crise ambiental*, o consumismo, enfim, uma miríade de supostas “contradições” que, a princípio, são discutidas no âmbito da materialidade física das coisas e não a partir de sua constituição como relação entre sujeito-objeto. Dá-se, assim, como pressuposto de que tal concepção materialista seja inquestionável.

O autor do livro cujo título é sugestivo “Introdução à crítica da ecologia política”, Jean-Pierre Dupuy⁴⁶, parecia poder de fato introduzir tal crítica em seu texto, mas somente esbarra nas formas fenomênicas que a crise de produtividade do trabalho põe. Assim ele expõe um de seus argumentos: “[...] são essencialmente bens que têm tanto mais utilidade social quanto mais desigualmente repartidos forem; bens cujo **valor de uso diminui** quando cresce o número daqueles que os possuem ou consomem” (DUPUY, 1980, p.17). É notável em grande parte dos autores (de esquerda ou não) a preocupação com os valores de uso, porém, quando se poderia pensar a determinação dos valores das mercadorias, mais uma vez a crítica parece se resolver na materialidade física das coisas. Dessa forma, o modo descritivo de operar a exposição não revela que o desenvolver das forças produtivas põe uma crise de reprodução que só se faz mediante um pensamento que não vê essa crise, pois ela se apresenta como expansão positiva, desenvolvimento, que constitui este pensamento como forma de ser deste

⁴⁵ Cf. as páginas 107 a 121 (BURGOS, 2008).

⁴⁶ O autor neste livro não consegue desvincular seu pensamento da materialidade física do real, negligenciando os processos que dão a configuração fundamental à crise de valorização do valor. Ver Dupuy (1980).

contraditório desenvolvimento das forças produtivas. Para o autor (DUPUY, 1980), o que diminui são os valores de uso das mercadorias e não seus valores, dada a produtividade do trabalho. Isso é sintomático entre essa nova geração de fisiocratas, pois a oportunidade de se criticar o modo de ser das ciências naturais e a sua permanência no âmbito das ciências consideradas humanas se esvai diante da “imensa coleção de mercadorias” (MARX).

Pensar a crise de valorização nos remete aos termos da “lei da queda tendencial da taxa de lucro” (MARX, 1988). Entretanto, aos olhos impressionados ante as “maravilhas do mundo moderno”, tal retorno à Marx parece um retrocesso. Assim, entender que a concorrência posta entre os capitais e o desenvolvimento da produtividade do trabalho a que esta acarreta é o modo pelo qual podemos pensar a “inundação de mercadorias” em países de capitalismo colonial como o Brasil, dessa forma, “a miragem do oásis da coleção de mercadorias” repercute como o enorme poder de expansão do capital. Normalmente, discute-se o consumo de tais mercadorias e não a crise de valorização do capital. Na seguinte passagem, Foster explicita sua interpretação dos escritos de Marx e de Engels:

A posição deles – que se tornou mais clara com a evolução dos seus escritos - era antes a de estimular **uma relação sustentável entre os seres humanos e a natureza** através da organização de produção de modos que levassem em consideração a relação metabólica entre os seres humanos e a terra. (2011, p.195 grifo nosso)

O autor não poupa esforços em considerar que Marx priorizou uma concepção materialista da natureza que estivesse vinculada à mera tangibilidade das coisas. Assim, ele faz a seguinte ressalva no que se refere a sua análise na nota 1 do capítulo 5 “O metabolismo entre a natureza e a sociedade”:

A análise que se segue **não trata, a não ser tangencialmente [!], da relação entre a análise do valor econômico de Marx no Capital e a sua concepção de natureza [...]**. A preocupação aqui é com a análise ecológica mais direta no Capital [...]. (FOSTER, 2011, p.381, grifo nosso)

Foster reduz a teoria do valor de Marx a um economicismo, por isso, não vê que, desde as páginas iniciais d’O *Capital*, Marx prioriza a forma valor, seus desdobramentos e o fetiche da mercadoria, porque nesta forma o pensamento naturalizante é parte constituinte sem o que não se tem valor. Cabe destacar que não problematizamos a construção teórica de Foster a fim de defender um Marx

não-ecologista, mas de evidenciar que a prática teórica extremamente redutora desse autor (e de outros que se atrelam ao marxismo ecológico) pode revelar a carência que a *forma teoria* tem das conjecturas que vislumbrem o equilíbrio das categorias do moderno, sem questioná-las enquanto uma ontologia.

A crítica de Marx aos fisiocratas demonstra que o seu diálogo com tal forma de pensamento não pode ser posto como uma inserção de Marx como economista político, ao contrário, como crítico dessa concepção que via a possibilidade de equilíbrio do capital⁴⁷, assim como as “novas concepções” sobre *sustentabilidade*. Logo, transformar a obra de Marx numa apologia à *sustentabilidade* não é apenas reduzir seu pensamento a um materialismo fisicalista, mas é a tentativa de inseri-lo em um debate que naturaliza o pensamento, portanto, as categorias sociais, fetichizando as formas de desenvolvimento das contradições e contradizendo os pressupostos da crítica marxiana do e ao capital. Foster faz isso como ninguém:

A crise da fertilidade do solo na agricultura europeia e norte-americana e os grandes avanços da ciência do solo na época do próprio Marx é que, todavia, **iriam permitir que Marx transformasse essa abordagem histórica à questão da melhoria agrícola numa crítica ecológica da agricultura capitalista [!]**. (2011, p.208, grifo nosso)

Em outros debates, que não tocam nem uma vírgula na crise de valorização do valor, é possível observar a mesma preocupação que Foster no que se refere à agricultura, basta nos remetermos ao Seminário promovido pela revista Carta Capital⁴⁸, *apologéta* da sustentabilidade em bases capitalistas. Nesse seminário, os palestrantes discutiram, entre outros assuntos, “temas sustentáveis”, a prática ecológica de um criador de gado em Paragominas – PA, que preserva 80% das matas em sua propriedade e corrige a baixa fertilidade do solo com insumos químicos, mas pretende estudar “práticas verdes” que ajudam a fixar nutrientes no solo a partir da *permacultura*⁴⁹. Então, Foster não precisa recorrer a um suposto

⁴⁷ As reflexões no grupo de leitura do livro *Teorías sobre la plusvalía* (MARX,1969) contribuíram significativamente para perspectiva da crítica aos fisiocratas da sustentabilidade. Agradecemos à Ana Maris Ribeiro e à Ana Cristina Mota pelos momentos de reflexão em grupo no ano de 2012.

⁴⁸ Tal seminário que acompanhamos ocorreu no dia 21 de novembro de 2011, na cidade de São Paulo, e teve como temática “A questão ambiental: o grande desafio do século XXI”.

⁴⁹ “Poderíamos definir Permacultura, literalmente, como Cultura Permanente. Esse conceito foi desenvolvido nos anos 70 por dois australianos: David Holmgren e Bill Mollison, e foi resultado da criação e desenvolvimento de pequenos sistemas produtivos organicamente integrados (a casa, o entorno, as pessoas...) proporcionando responder as necessidades básicas de uma maneira harmoniosa.” Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica, retirado de: <<http://www.ipemabrasil.org.br/permacultura.htm>>. Acesso em: 22/11/2011.

ecologismo de Marx, basta apenas analisar as propostas ecologistas “mais atualizadas” sobre a degradação do meio ambiente.

Não bastasse Foster não criticar o fetiche da forma mercadoria, ele sugere uma leitura d’O Capital, como um todo, que evidencie o ciclo metabólico entre homem e natureza, mostrando como Marx planejou uma sociedade em que o desequilíbrio ecológico não existisse:

No volume 3 do Capital, **Marx insistiu categoricamente [!]** em que o ‘excremento produzido pelo metabolismo natural do homem’, com os dejetos da produção e consumo industrial, precisavam ser devolvidos ao solo, **como parte de um ciclo metabólico completo** (FOSTER, 2011, p.229-230, grifo nosso).

Ora, certamente faltou a esse reconhecido eco-marxista a noção de contradição dialética em que na moderna sociedade produtora de mercadorias o “ciclo” fundamental é entre o capital e as contradições que dele advém. Marx mencionou de fato a reutilização dos excrementos tanto da produção quanto do consumo, mas não como necessidade de preservar a *natureza em si*, mas que “o encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para utilização dos resíduos” (MARX, 1988, p.76)⁵⁰. A reinserção dos resíduos no processo produtivo, segundo Marx, advém da crise de valorização do valor, apontada pela queda da taxa de lucro, em que a redução nos custos de produção pode significar um ganho momentâneo para o capitalista individual, já que, com o desenvolvimento de novas maquinarias, promovido pela concorrência entre os capitalistas, tal ganho significa a necessidade de novos investimentos em capital constante.

Marx, ao contrário do esforço de Foster (2011) em imputar-lhe um materialismo estrito, não desenvolve “O Capital” pensando o desequilíbrio das relações do “homem e o meio”, mas ele expõe como as contradições do capital são postas e repostas pelo próprio capital e não como que uma oposição a algo externo a ele – a *natureza*. Por conseguinte, o desequilíbrio é do capital para com ele mesmo:

O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica o papel que o dinheiro, não apenas como meio de circulação, mas também como capital monetário, desempenha nela e cria certas condições, peculiares a esse modo

⁵⁰ Agradeço ao “Grupo de leitura de O Capital de Marx” do LABUR da FFLCH-USP pelas valiosas reflexões acerca da reutilização dos resíduos da produção e do consumo, capítulo que analisamos no percurso do ano de 2011.

de produção, da conversão normal, portanto do curso normal da reprodução, seja em escala simples, seja em ampliada, as quais se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crises, **uma vez que o próprio equilíbrio** – em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção – **é uma coincidência**. (MARX, Livro II Vol. III, 1988, p.344, grifo nosso)

Portanto, esse é o sentido da produção capitalista, da “conversão normal” ou *natural* é que se desenvolvem suas “anormalidades”, mas não como um erro da forma geral ou universal do capital, e sim como qualidades “peculiares a esse modo de produção”.

Vale destacar, inclusive, que, como o intuito dessa pesquisa é fazer uma crítica à *forma reciclagem*⁵¹ como momento da crise do capital, a reinserção dos resíduos como a mera materialidade física da produção social é um momento do pensamento que carece ser problematizado, por isso é que o *pensamento ecológico-ambiental* se enquadra no decurso de nossa exposição, pois nele o discurso da reciclagem se nos apresenta enquanto uma positividade.

No discurso geográfico não é diferente, a autora do livro “Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana”, Arlete M. Rodrigues, sob uma análise marxista no que se refere à reciclagem como analogia entre sociedade e natureza, afirma:

Um processo, portanto, de **aprender com a própria natureza** e que é conhecido desde o período do neolítico, é hoje denominado de agricultura alternativa. Na verdade é alternativa ao modo de produzir dominante que tenta aumentar a fertilidade e a produtividade com a utilização de adubos e fertilizantes químicos. (1998, p.134)

Assim como abordamos a exposição de Foster (2011), é possível nos remeter à análise da autora, pois, primeiro, a utilização de adubos orgânicos só seria efetivamente realizada se os custos dessa utilização fossem menores e compensassem para o produtor; segundo, “aprender com a própria natureza”, a

⁵¹ A noção de reciclagem pode ser entendida como forma, ou seja, do ponto de vista de sua lógica, mas não como coisa em si. Ela aparece como uma forma, portanto, resguarda uma relação sujeito-objeto que carece ser analisada. Durante nossa pesquisa – que envolveu as discussões bibliográficas e as conversas – a reinserção de materiais no processo de produção de mercadorias surge como lógica própria, uma “cadeia”, um “circuito” ou, como o próprio termo revela, um “ciclo”. Sendo assim, ao abordarmos a reciclagem como uma forma é uma primeira tentativa de expô-la como um desdobramento do fetichismo da mercadoria.

nosso ver é, novamente, atribuir ao *natural* uma racionalidade que falta ao social, já que “isto é o que parece, porque sob este pressuposto ela [a natureza] continua positiva, é o ser-em-si-lá.” (ALFREDO, 2010a, p. 60).

Embora Rodrigues (1998) traga uma importante contribuição no que diz respeito à precarização da vida cotidiana na metrópole paulistana, principalmente nas camadas mais populares, sua crítica focada na visão ambiental do espaço, coisifica o processo social quando parte do princípio de que “[...] em todas as questões onde os problemas ambientais estão presentes a categoria espaço é categoria fundamental de análise.” (1998, p.193) Cabem aqui algumas considerações sobre sua conclusão: é possível notar a afirmação da categoria espaço como necessidade científica, portanto, de defesa do parcelamento do conhecimento e, simultaneamente, sua análise parte de uma concepção espacial enquadrada pela fisicalidade do processo social. Assim ela expõe no início de seu texto:

Se a metáfora temporal é predominante no período moderno, a questão ambiental traz a tona, de forma nova, a metáfora espacial. Retoma importância a produção do espaço, que não se esgota evidentemente na questão da natureza. Ressalta, contudo, na análise da produção e consumo do espaço a importância da natureza. A importância das Geografias: Físicas e Humanas que parecia ter perdido sua importância em períodos anteriores. (idem, p.05)

A autora chama a atenção para a relação espaço-tempo, mantendo-se em uma temática fundamental para a crítica à modernização, além disso, tentar expor que sua concepção de natureza é aquela que entende a indivisibilidade da natureza enquanto processo social. Porém, sua compreensão reforça a ideia de que o espaço seria constituído basicamente pela concretude em que a natureza seria esta concretude socialmente construída: “Embora o homem tenha ‘instintos naturais’ e a própria vida seja ‘natural’ a natureza tem sido considerada exterior ao homem e a sociedade.” (Idem, p.12) A autora tenta tecer uma crítica a noção de natureza enquanto recurso⁵², portanto, mera materialidade, contudo, não resiste à atração do valor de uso e se apropria da noção de matéria sem criticá-la:

Os resultados são amargos: a industrialização e o acesso aos produtos industrializados é um luxo exclusivo de pequena parcela da população mundial. [...] São excluídos das ‘benesses’ mas incluídos nos problemas e considerados grandes poluidores. Assim, a

⁵² Esbarrando na crítica a materialidade imediata, talvez?

produção apresenta-se eivada de contradições que não são novas, mas ganham nova visibilidade, relacionadas à compressão do tempo-espaco deste fim de milênio. (RODRIGUES, 1998, p.188)

Os resultados são amargos porque os valores de uso não são distribuídos de forma igualitária, sendo essa a forma básica da contradição para a autora.

Para se aproximar da vida cotidiana, Rodrigues, também, vai se remeter ao lixo doméstico, ponto que, aparentemente, nos aproxima da pesquisa da autora. Entretanto, em seu texto ela menciona o aspecto físico do lixo enquanto um problema básico do capitalismo contemporâneo. Ela afirma o lixo enquanto materialidade estrita, para se enveredar no plano da concretude. De acordo com nossa exposição, o lixo não ganha essa dimensão simplesmente pelo fato de se tornar um problema ambiental, ecológico ou geográfico, mas que sua inserção desde os excrementos da produção até os do consumo passa necessariamente pela relação contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e a desvalorização do capital. Dessa forma, os custos deverão ser diminuídos não pela mera busca individual do capitalista pelo lucro, mas em nossa análise, o suposto ganho empresarial, visto como número, sensível aos olhos humanos e os altos investimentos em capital constante, tangível as nossas mãos, estariam obscurecendo a dinâmica da reprodução fictícia do capital.

Apesar da exposição sobre o processo de reprodução fictícia estar mais aprofundada nos capítulos posteriores, cabe salientar que a perspectiva de abstração dessa pesquisa não se reduz à algo genérico, sem relação com o cotidiano, por exemplo, como a crítica que Rodrigues (1998) faz ao abstrato para se prender à concretude. Abstração e matéria são pares que se contradizem, portanto, ambos são parte da mesma realidade e poderiam ser analisados sem que se afirmasse esse ou aquele polo. Em nosso entendimento, a abstração *trabalho* permeia todo processo social moderno e cabe criticá-lo sem afirmar o trabalho concreto, já que este é o par de uma categoria do capital. Nesse sentido, o diálogo com a geógrafa marxista veio para contribuir no sentido de como, embora intencionalmente milite a favor das classes populares, ela não consegue sair dos limites dessa análise, em plena mudança de século, a perspectiva da sociedade do trabalho.

Também no campo da ciência geográfica um dos autores contemporâneos e representante da assim chamada Geografia Crítica, Ruy Moreira, desenvolve sua

argumentação, atualmente, sob o prisma do desenvolvimento positivo das forças produtivas, do ponto de vista da relação entre bioespaço/bioenergia. Ele reconhece uma suposta contradição do capital no âmbito da crise socioambiental:

A face negativa desse modelo fica transparente com o advento, na passagem da primeira para a segunda revolução industrial e a era dos sintéticos que vem com ela, do emprego da química nos processamentos produtivos, engendrando uma crise socioambiental de escala mundial que cedo se globaliza. (MOREIRA, 2007, p.48)

Justamente por ter, aparentemente, abandonado suas análises sobre a teoria do valor de Marx, parece que o autor se esquece da tão importante “queda tendencial da taxa de lucro⁵³”. Esta sim é a face negativa do mundo moderno, principalmente, nas reflexões de Marx em “O Capital”. Para Moreira a bioenergia vai ser:

[...] definida como uma alteração parcial porque restrita a níveis mais de superfície da base material e longe de tocar em sua essência mais íntima –, a reestruturação define-se como a realização do ajuste entre as relações de produção e o avanço das forças produtivas que o modo de produção requer. (p.46)

Tal reestruturação, para ele, consiste nas passagens de um modelo de produção baseado na concepção de natureza físico-inorgânica (1º Revolução Industrial), para o físico-químico (2º Revolução Industrial) e, por último, para o modelo bioenergético, assentado sobre o desenvolvimento científico e produtivo da 3ª Revolução Industrial que tende a utilizar a disposição de luz solar como base material para alavancar a produção. A tal positividade é que nos referimos anteriormente e, ao que parece, determinada pela velada relação entre forma relativa e forma equivalente, onde esta, que “empresta o corpo ao valor” (MARX, 1985), esconde a essência que é contradição entre as duas formas. A forma equivalente, nesse caso, está representada pelo movimento material do desenvolvimento das forças produtivas, por exemplo: “processos fotossintéticos”:

Se o petróleo é escasso já a partir de sua restrita localização e repartição geográfica, a biomassa em tese pode ser encontrada em todo lugar (basta que haja fotossíntese e água suficientes), não só

⁵³ Em seu texto de 1982, Moreira faz menção à “lei da queda tendencial da taxa de lucro” e aponta o movimento de desvalorização do capital (comparar Moreira, 1982 e 2007). Entretanto, para ele, o Estado, aparece como o interventor atenuando a desvalorização e permitindo que o capital monopolista se realize positivamente. Não aparece nesse momento de seus escritos a possibilidade do descolamento do dinheiro de sua base produtiva, simultaneamente à determinação do capital creditício (KURZ, 1995), a expansão geográfica (concentração-dispersão) é a que vai “resolver” as dificuldades do capital.

nas áreas tropicais onde é maior sua presença. (MOREIRA, 2007, p.44)

Não trouxemos essa discussão simplesmente para desqualificar as análises do autor, mas para que compreendamos que, mesmo sendo tradicionalmente um autor crítico do capitalismo, ele assenta sua base argumentativa em uma literal solidez das forças produtivas. Entendemos que a biotecnologia tem papel fundamental no advento das “novas” formas de produção de materialidade, mas o motor de tal desenvolvimento foi e continua sendo a concorrência cega entre os capitais, hoje alimentada pelo capital fictício que se reproduz sobre bases nada sólidas (KURZ, 1995).

Moreira, em um texto mais antigo, desenvolve uma crítica ao capital monopolista que, sob a determinação da “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, segundo ele, consegue se reproduzir ampliadamente, ainda que afirme a dificuldade de se manter tal reprodução em níveis de lucratividade.

Como a elevação da taxa orgânica se torna uma constante no desenvolvimento do capitalismo, **a incidência da “lei tendencial” ocupará permanentemente o tempo dos capitalistas** e seus intelectuais orgânicos (p.208, grifo nosso)

Embora haja pontos de convergência⁵⁴ com a leitura do autor, principalmente no que diz respeito à lei cega da concorrência, Moreira afirma que a expansão da exploração dos grandes monopólios sobre a *natureza* e sobre o trabalho se intensifica para atenuar a “desvalorização” do capital, resultado da “sobreacumulação”. Em nossa perspectiva, nesta pesquisa, a maior exploração das matérias-primas já não atenua a “lei tendencial”, pelo contrário, ela (a expansão) simula a reprodução ampliada e a valorização do valor⁵⁵. Não obstante o autor estar se remetendo a um período de relativo avanço das empresas no Brasil (final da década de 1970 e início da de 1980), Robert Kurz (1996), em sua obra “O colapso da modernização” expõe a negatividade do capital para com ele mesmo de forma lúcida e pouco inebriada com o gigantismo desse capital monopolista no mesmo período, tanto nos países do capitalismo central, quanto da periferia. Kurz mostra

⁵⁴ “**Nem sempre** podendo transferir para o mercado a compensação, em face dos preços dos concorrentes, o capitalista apela para a elevação da produtividade do trabalho, investindo em capital constante.” (MOREIRA, 1982, p.207, grifo nosso) O autor vacila entre a opção dos capitalistas de transferir seu prejuízo e “a coação muda” da concorrência, ou seja, parece que há certa volição do capitalista nesse sentido.

⁵⁵ Sobre esse debate, o terceiro capítulo dessa pesquisa aborda com mais profundidade.

que, embora haja relativo aumento da taxa de mais-valia, houve uma simultânea queda na massa, o que resulta numa desvalorização do capital.

Para Moreira (1982, p.210) a monstruosidade do capital se mostra como uma máquina infalível de lucrar:

Peça de uma **engrenagem monstruosa**, cada filial é membro de uma “eminente família” monopolista que engloba complexos industriais, financeiros, comerciais, científicos, tecnológicos, ideológicos, políticos e militares. Cada família é uma potência mundial [...].(grifo nosso)

Diante de tal grandiosidade, o autor, como muitos críticos que não veem a desvalorização como uma constante, compara as empresas monopolistas a Estados nação, do ponto de vista de seu faturamento: “Só a Exxon, a Ford e a General Motors atingiram em 1975 um faturamento conjunto de 118 bilhões de dólares, volume superior aos orçamentos somados da Argentina e do Brasil no mesmo ano.” (Idem)

No que se refere a General Motors sua renda parece estar vinculada, também, ao capital creditício presente, no Brasil, por exemplo, desde a década de 1930, mas principalmente após 1970⁵⁶. Pelo menos desde a década de 1980 a empresa tem operado entre altos e baixos em sua rentabilidade mundial, e em 2009 ela entra em concordata revelando sua situação de endividamento⁵⁷.

Moreira continua: “a medicação somente serve ao agravamento do mal clínico. As chamadas ‘questão ecológica’ e ‘questão demográfica’ nascem já sob pesada carga ideológica: servem para esconder a questão real e sua causa.” (1982, p.212) A “questão real” para o autor é a expansão do capital monopolista. E sobre a natureza ele prossegue: “de início barata relativamente ao trabalho e às máquinas, a natureza torna-se progressivamente mais cara.” (Idem, p.212-213)

Embora, esse geógrafo tenha tocado no fundamento do capital, e por isso é que estabelecemos um diálogo mais aproximado ao seu argumento, as questões

⁵⁶ “Ao longo da década de 70, além da Financiadora que oferecia crédito para a aquisição de veículos tanto no atacado (às concessionárias) quanto no varejo (consumidor final), foram criados a Distribuidora GM que realizava a captação de recursos financeiros no mercado e o Consórcio Nacional Chevrolet.” Fonte: <<http://homebank.bancogmac.com.br/homebank/historico.jsp#hbTop>>, acesso em: 10/02/2013.

⁵⁷ “Em pedido de concordata, GM diz ter US\$ 173 bi em dívida”. Fonte: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,em-pedido-de-concordata-gm-diz-ter-us-173-bi-em-divida,380344,0.htm>>, acesso: 10/10/2012.

que ele põe⁵⁸ nos remetem a uma discussão deixada de fora: o *fetichismo da mercadoria*⁵⁹.

Voltando a nossa questão sobre a materialidade e a problematização da *concepção de natureza*, é importante salientar que revelar as matizes econômicas do capital é sinalizar para a sua pretensa *vontade* de explorar os recursos limitados do planeta. Para a consciência aprisionada no fetichismo da mercadoria – comum à todos nós –, é *natural* que as empresas façam empréstimos e dele dependam fundamentalmente⁶⁰. Entretanto, para o movimento do capital em seu conjunto, essa dependência revela uma generalidade que se põe como determinante, a *ficcionalização da reprodução capitalista*. Nesse sentido, o capital financeiro vai se instalar em todos os poros da sociedade, impondo ao capital como um todo a necessidade de afirmar a concretude física do trabalho, portanto, da mercadoria. Porém, como, em geral, as empresas tendem a operar sobre as bases da não produção de valor, o imbróglio da reprodução do capital não se elucida. Ao contrário, diante da impossibilidade da valorização, o crédito vai constituir o fetiche limitante nos dias de hoje. Assim, a perspectiva do colapso da modernização pode contribuir para a análise mais aproximada da totalidade concreta, já que a reprodução da vida cotidiana vai sendo cada vez mais tomada pela ficcionalização do real, em que o “problema do lixo”, os recicláveis, enfim, a chamada “questão ambiental”, vão ganhando estatuto de verdade, na qual a mediação será o crédito, como antecipação do trabalho, do empreendedorismo individual, por exemplo,⁶¹ indicando a racionalidade irracional do capital em universalizar o fetiche do dinheiro, expondo, muitas vezes, que a cidadania capitalista depende da possibilidade que o capital terá em se realizar nas suas diversas figurações.

⁵⁸ “Como pôde o conhecimento da natureza ter-se tornado uma arma contra seu próprio perscrutador? O fato de a natureza sob o capital ser capital; de o processo de socialização da natureza ser processo de acumulação de capital” (Idem, p. 206) e acrescentamos: da crise de acumulação do capital.

⁵⁹ É importante salientar que se remeter ao fetichismo da mercadoria não significa absolutizar essa análise, mas problematizar as formas sociais se estruturam e carecem de uma estruturação que passa pela consciência dos indivíduos.

⁶⁰ Notamos ao longo das várias conversas com nossos interlocutores dessa pesquisa que a naturalização do crédito é uma questão permanente, pois a dependência do capital produtivo dos empréstimos aparece como natural e que, portanto, partindo desse pressuposto, basta que as empresas “comproven sua liquidez” para garantir o futuro pagamento dos financiamentos. Essa, por exemplo, foi a perspectiva revelada por um gerente de financiamento da Caixa Econômica Federal, que mostra a convergência, quase que universal, em todos os níveis da sociedade, que o endividamento passa a sustentar a reprodução social.

⁶¹ Não será possível aprofundarmos na problematização do “empreendedorismo individual ou coletivo”, um breve encaminhamento será feito no último capítulo dessa pesquisa.

A concepção de *natureza* como algo ontológico aparece em grande parte dos autores, por isso a necessidade de se problematizar tal noção. Só pensamos as relações “homem-meio” em outras sociedades por meio de categorias próprias do moderno. Nesse sentido, não é nada *natural* que *naturalizemos a natureza*!

Ao pensar a *natureza* e a *matéria* - como quer os atuais porta-vozes do pensamento ambientalista, seja da tendência de “esquerda ou direita”, e na visão marxista-ecológica a qual Foster (2011) vem se desponsando como o epígono – sob o signo do fetiche da forma equivalente ou do valor de uso, diluem-se e escondem-se as contradições que fundamentam a acumulação e a crise de acumulação do capital. Vejamos o que este autor nos diz sobre a *matéria*: “Neste ponto Marx adotou uma postura ontológica que hoje seria considerada ‘realista’, **ênfatizando a existência do mundo exterior, físico, independente do pensamento**” (Idem, p.20, grifo nosso). Foster ainda afirma que: “qualquer tentativa de divorciar o materialismo do terreno da natureza e da ciência físico-natural era então rejeitada [por Marx] *ab initio*” (2011, p.21). A tentativa de Foster é estabelecer uma conexão entre o pensamento marxiano com a concepção naturalista de natureza. Porém, Marx deixou evidente que o pensamento fisicalista é o desdobramento da contradição inerente à forma mercadoria.

Alfredo enfatiza que:

Na consciência fetichizada do indivíduo moderno, o objeto, ao se identificar com a materialidade objetual do processo social coisifica o pensamento e, assim, não permite a compreensão disto como forma de pensamento. (2010a, p.56)

Compreendendo a materialidade de forma “evolucionista contingencial” Foster (2011) foge do problema do aprisionamento do pensamento moderno à materialidade física da vida social, e vê o mesmo segundo os preceitos da mera positividade quando seu objeto de crítica é: a não inclusão do “mundo físico” em relação à “vida (os organismos)”; pois para ele, **“uma abordagem dialética nos força a reconhecer que os organismos em geral não se adaptam simplesmente ao seu meio ambiente, mas afetam o meio ambiente de várias maneiras e, afetando-o, modifica.”** (FOSTER, 2011, p.32, grifo nosso) O desenvolvimento dessa forma de pensar não é exclusividade de Foster, mas este é, explicitamente,

discípulo de geógrafos clássicos como Karl Ritter⁶². Não por acaso, o autor ecologista, nesse sentido, sugere que a dialética deva constituir-se na suposta oposição entre “comunidade ecológica” e o seu “meio ambiente”. A racionalidade, para o ecologismo-marxista é a materialidade e a ordem específica das coisas externas ao pensamento.

Já para os chamados “holistas”, a relação entre os “organismos vivos” e o “mundo inorgânico” é pensada como uma complementaridade, por isso, para esse pensamento a “comunidade humana” deve estabelecer outra relação que não esta própria da modernidade⁶³. Nesse sentido, o natural detém a razão, independente do pensamento. Para Alfredo:

Se a natureza aparece como uma totalidade sistêmica que independe do pensamento para ser o que é, seu pressuposto é o irracional, porque nela não se pode ter o pensamento, como se razão por natureza fosse. (2010a,p.59)

Embora para Foster (2011) haja diferenças nesses pensamentos⁶⁴, estamos de acordo com Alfredo que a concepção de:

[...] **equilíbrio ecológico** fetichiza as contradições do capital nesta forma tornando tanto natureza como capital, como homem, uma extensividade do natural. **Nada aqui é objeto da reflexão e tudo é posto em sua estrita e insuperável positividade.** (Ibid, 2010a, p.59, grifo nosso)

Nossa reflexão tem justamente a preocupação de se manter nesse nível do debate, já que se fizermos uma simples pesquisa sobre a quantidade e o conteúdo das informações sobre a assim chamada “questão ambiental”, elas não têm uma relação, necessariamente, antagônicas com os teóricos ecologistas e ambientalistas (se é que podemos separá-los), ou seja, a teoria ou surge de uma demanda social crítica que carece ser fetichizada ou de uma suposta crítica ecologista-social que

⁶² Para Foster, ainda que o pensamento de Ritter estivesse vinculado a uma abordagem teleológica – fato que para o nosso ecologista é abominável no pensamento “verde”, visto que pressupõe uma ação divina no interior da natureza – “havia sim um **núcleo racional** na concha mística [...]” de sua geografia. Por isso, “a grande” importância de Ritter para o pensamento ambiental.

⁶³ Retiramos a passagem a seguir de um texto científico que se aproxima do pensamento “holista”: “Optaremos aqui por uma postura mais próxima do que Capra (1987) denomina de biocêntrica, onde entendemos que o homem enquanto espécie não merece privilégios diante das outras. Não se trata de igualar o homem aos demais seres vivos, mas de colocá-lo frente às suas responsabilidades sócio-ambientais no sentido da conservação dos demais seres.” (MENEZES, 2011, p. 114)

⁶⁴ Para Foster, “abordagens que focam simplesmente *valores ecológicos*, como o espiritualismo e o idealismo filosófico de modo mais genérico, são de pouca valia para compreensão destas complexas relações [...], da interação dos seres humanos e o seu meio ambiente.” (2011, p.25) E conclui: “[...] precisamos entender como as concepções espirituais, inclusive as nossas conexões espirituais com a terra, relaciona-se com as nossas condições terrenas, materiais.” (idem)

termina por reafirmar aquilo que se pretendeu criticar. Observamos que ao atingir seu limite o capital desenvolve outras formas de consciência que aderem à contradição fundamental na forma mercadoria. Desse modo, é importante problematizá-los, desvendando as formas de aparecer do capital no qual está contida sua forma crítica de se desenvolver. Cabe aqui estabelecermos uma conexão identitária entre a forma mercadoria e as formas de se pensar o real, posto como *natureza* e materialidade independente do pensamento.

É importante saber que o materialismo de Marx não foi estritamente ligado à física das coisas, ao contrário, ele expõe que a forma pela qual as mercadorias aparecem na troca (objetividade) oculta o valor das mesmas, portanto, esconde o caráter social dessa materialidade que é a “contradição entre abstrato e concreto” (ALFREDO, 2010a). Assim, Marx expõe:

Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadorias para mercadorias. (Vol. 1, 1985, 53-54)

De tal forma, Marx demonstrou o processo moderno de apreensão do real, que por meio da relação sujeito-objeto se constitui a partir da posição contraditória de indivíduos socializados através da forma mercadoria. Tal oposição negativa, não leva a um sentido propositivo ou planificador, mas a expor algumas das formas de aparição do capital, fundamentalmente no seu momento de constituição de um pensamento baseado no *desenvolvimento sustentável* ou no *ecologismo crítico*.

A relação entra forma relativa e forma equivalente – analisada por Marx no primeiro livro d'O Capital – evidencia o caráter fetichista da forma mercadoria, que, porém, aparece de forma autonomizada, ou seja, destitui-se a contradição entre valor e forma valor, para absolutizar a forma pela qual as coisas se trocam entre si. Ao se apresentar como estritamente concreta, a mercadoria (e a própria realidade determinada pela forma valor), autonomiza-se na estrita materialidade das coisas, reduzindo a realidade a sua fenomenologia. A forma valor, que vela o valor – pois este, substância social/tempo de trabalho, é uma determinação social cuja materialidade física é sua forma de apresentação –, põe-se na forma preço que, fenomenalizado no corpo material da mercadoria, *naturaliza* o valor.

Portanto, a forma equivalente é aquela que empresta sua forma material para expressar uma coisa não física, mas que tomada em absoluto sob a forma física, coisifica um processo social. Assim, entendemos que a potência *naturalizadora* da materialidade física constitui fundamentalmente os processos de produção e reprodução capitalista, ou seja, que sem problematizar toda forma de verdade, principalmente aquelas vidradas na empiria *em si*, fica impossibilitada uma análise das formas de constituição da violenta reposição do capital, já que o domínio das relações de trabalho teriam seus locais materialmente específicos.

A coisificação é, nesse sentido, a destituição da relação contraditória entre a forma equivalente e o valor, em que a mercadoria vai se apresentar para os indivíduos sociais como única determinação, ou valor de uso ou valor de troca. Portanto, a relação de sucessão: “primeiro valor de uso e depois valor de troca” tende a destituir a contradição lógica entre esses termos⁶⁵. Tal perspectiva contribui tanto para a problematização da reciclagem quanto do materialismo/ambiental. Mesmo nos autores do chamado materialismo histórico vinculados à ecologia, essa relação determinante do pensamento moderno não aparece em suas análises. Quaini (1979), por exemplo, ressalta a observação da existência apenas do valor de uso nas sociedades pré-capitalistas.

Em Foster (2011) e Quaini (1979) a relação entre Ecologia/Geografia e o pensamento de Marx se limita a “defender” uma análise materialista de Marx, que reconheceria a objetividade da *Natureza* com leis próprias. Ainda que com longas citações, tais leitores de Marx parecem não reconhecer o percurso lógico que este expõe desde os capítulos iniciais de “O Capital”. Tal percurso procura evidenciar a relação contraditória entre abstrato e concreto, e não apenas a defender um materialismo supostamente “não-vulgar”. O materialismo de Marx se torna não-vulgar quando se remete à relação entre abstrato e matéria (ALFREDO, 2010). Quaini vai chamar tais exposições de Marx de “aparentemente filosóficas”. Mesmo no início de seu livro “Marxismo e Geografia”, quando tangencia a noção de fetiche da mercadoria, o autor mais uma vez se afasta das análises “abstratas” de Marx para se curvar diante de uma noção de *Natureza* não pensada. Ainda que haja sempre as ressalvas e tentativas de condicionar a relação homem-natureza, tais

⁶⁵ Tais reflexões foram possibilitadas pelas exposições feitas nas aulas da disciplina “Modernização e Contradições Espaço-Temporais”, no ano de 2010, ministradas pelo professor Anselmo Alfredo.

autores, aparentemente dialéticos⁶⁶, partem do pressuposto da Natureza *a priori*, o que torna problemática suas análises. Quaini (1979, p.48), após expor rápidas palavras sobre o processo de naturalização social – talvez o que torna mais próxima de Marx sua obra enquanto dialética –, explicita: “Não é possível desenvolver adequadamente os dois significados do caráter natural da história que acabamos de enunciar [...]”. Os significados seriam de natureza historicizada e sociedade naturalizada, que, de modo pouco negativo, pode ser observada na obra de Quaini. Após longa citação de uma passagem de Marx, Quaini (1979) escreve:

Não nos delonguemos neste trecho (tão característico da prosa de Marx) só aparentemente “filosófico” – a teoria da alienação não é somente a filosofia do jovem Marx mas tendo um preciso fundamento histórico e econômico é um ponto de referência constante na obra de Marx [...] (p.129).

Ainda que não seja o objetivo dessa pesquisa fazer uma defesa da lógica do pensamento de Marx, é importante assinalar que tais observações são pertinentes na medida em que vão delineando as formas de aparição da crise do capital, ou seja, o *pensamento naturalizante* aparece de forma exacerbada para esconder e aprofundar a crise. Tanto em Foster (2011) como em Quaini (1979) é possível remeter a crítica que Marx fez à fisiocracia nas *Teorías sobre la plusvalía* que: para os fisiocratas “[...] las formas de producción burguesas aparecían necesariamente como formas naturales” (1969, p.38) e a produtividade social aparece como dom da natureza, “[...] um don de la naturaleza, una fuerza productiva de la naturaleza”. (Idem, p.42)

Afinal, é necessário retomar o próprio sentido que se põe à crítica aos *fisiocratas*. Isto não é meramente uma crítica àquilo que se põe como determinação da valorização oriunda estritamente da terra, ou seja, de que tão somente o trabalho produtivo é o que se faz na agricultura. (ALFREDO, 2008, p.30)

Mas, no caso contemporâneo, não é somente o trabalho agrícola que deve ser problematizado, mas o trabalho urbano também, já que no caso dos catadores

⁶⁶ “Aparentemente”, porque tais autores analisados expõem a dialética como contradições na relação homem-meio, sociedade-natureza, em que a primeira se apropria da segunda gerando problemas socioambientais graves. A contradição não é analisada de um ponto de vista lógico, no qual o capital com o sentido principal de valorização do valor cria sua própria negatividade (por isso contraditório) que é o desenvolvimento das forças produtivas e a imanente desvalorização. É possível ainda ler em Marx – no livro primeiro d’O Capital - sua importante análise da mercadoria, não do ponto de vista estritamente materialista, mas observando o movimento contraditório entre valor de uso e valor de troca.

há um forte apelo à produtividade de seu trabalho⁶⁷, mesmo que seja ligado indiretamente ao assim chamado “circuito superior da economia”, como afirma Lima (2007). A objetividade do trabalho acaba por ocultar a sua forma de ser abstrata, enquanto tempo de trabalho social e a dominação desse tempo sobre os indivíduos.

Alfredo sinaliza a importância da crítica de Marx à fisiocracia em relação à noção de capital fixo:

A fixidez, portanto, não se relaciona à condição imóvel da matéria no sentido estritamente físico que isto poderia levar, mas ao fato de não poder pôr todo o seu valor nos montantes de mercadoria que realizam esse mesmo valor, de modo que esta materialidade se explicita, na análise, como ilusão de materialidade, donde sua importância negativa no processo de valorização como um todo. (2008, p.30)

Assim, Marx faz a crítica à materialidade, forma ilusoriamente necessária ao movimento do capital, quando expõe que ela aparece, objetivamente, como totalidade em si. E não por acaso essa “força gravitacional da matéria” – que atrai para ela a consciência carente de ilusão - é o que move, dá sentido ou pelo menos justifica a reprodução do capital no âmbito, também, da reciclagem.

Com uma abordagem crítica distinta de nossa perspectiva, Layrargues (2002) expõe alguns argumentos sobre a reciclagem de latas de alumínio como uma forma de reproduzir o “consumismo”, mas que cinicamente essa reciclagem dá a segurança de que, reinserindo os objetos no ciclo produtivo, as pessoas não precisam questionar seus padrões de consumo. Há alguns aspectos a se dialogar com esse autor, já que nos trouxe contribuições significativas no que se refere à análise da reciclagem de latinhas. Primeiro, a crítica dele centra-se na autonomização do ato de reciclar, deixando a redução do consumo e a reutilização em segundo plano ou nem se discutindo os três R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Nas palavras do autor: “A Pedagogia dos 3R's preconizada pelo discurso ecológico oficial⁶⁸ torna-se uma **prática comportamentalista**, ao invés de reflexiva, pois reduz a Pedagogia dos 3R's à Pedagogia da Reciclagem.” (LAYRARGUES, 2002, p.05, grifo nosso) Ainda que a crítica dele à subjetivação do ato de reciclar seja pertinente, há que se apontar alguns problemas na fundamentação do autor, que

⁶⁷ No último capítulo há um aprofundamento da problemática sobre o trabalho dos catadores de recicláveis e a sua relação com a crise de valorização do capital.

⁶⁸ “Discurso ecológico oficial”, para esse autor, é aquele preconizado pelos empresários, publicitários e empreendido pelo poder público tanto em programas e projetos em âmbito nacional quanto nos currículos escolares.

não aborda sua crítica ao “consumismo” sob âmbito da produção ou não de valor, ou seja, o aumento da produtividade do trabalho se desdobrando em uma monstruosa produção de mercadorias e o quantum de valor sendo reduzido relativamente aos investimentos nessa produtividade. Nesse sentido, o espetacular aparecimento de novos materiais, embalagens e produtos finais se reduz aos artifícios de uma ideologia pautada no consumo em que a reciclagem amenizaria esse constrangimento, ou seja, parece que Layrargues, apesar de tocar na questão da produção material e nas construções ideológicas que se erguem a partir daí, não reconhece que há um sentido por trás da vontade e da cultura das pessoas em consumir. Deste modo, o autor expressa:

Para o discurso ecológico alternativo [defendido pelo autor], a questão do lixo é um problema de ordem cultural e, assim, [situa-se] a cultura do consumismo como um dos alvos da crítica à sociedade moderna. (LAYRARGUES, 2002, p.03)

Em segundo lugar, e absolutamente vinculado ao primeiro argumento, é possível entender que o que move o raciocínio desse autor⁶⁹, é que essa produção desmedida de objetos não se fundamenta numa crise de acumulação, ou que a crise acumulação “se resolve” na inundação desses materiais, caracterizando uma reprodução sempre ampliada do capital. Não questionamos a constatação do aumento significativo do consumo de bens descartáveis em si, mas que limitados pela aparente realização do capital produtivo, defende-se, quando muito, uma espécie de vida frugal, a fim de boicotar a indústria e seus defensores.

Layrargues (2002)⁷⁰ nos possibilitou refletir sobre os argumentos dos representantes da ABAL (Associação Brasileira do Alumínio) de que a reciclagem de alumínio deve ser preservada a qualquer custo por alguns motivos (alguns deles serão discutidos ao longo do texto), um deles é de que há um enorme ganho físico-ambiental na reciclagem de latinhas, pois as latinhas ocupariam algum espaço nos aterros sanitários etc. Se fôssemos permanecer nesse argumento ambientalista, a

⁶⁹ E que não se resume à sua consciência individual, mas de uma forma de consciência que carece “tratar as contradições” (KURZ, 2007) de alguma forma, e que opera com certa pertinência a crítica à produtividade desmedida do capital. No entanto, parte significativa do marxismo ecológico (FOSTER 2011; QUAINI 1979; FOLADORI, 2001) resolveu a questão da produção de valores de troca clamando pela produção de valores de uso não reconhecendo que a contradição entre esses dois termos não levará, necessariamente, a uma superação e à “insurreição do uso”.

⁷⁰ Para este autor, “[...] a reciclagem representa, além da salvação da cultura do consumismo, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e da obsolescência planejada, permitindo a manutenção do caráter expansionista do capitalismo.” (Idem, p.10)

disposição de resíduos de alumínio representa apenas 0,3% (IPEA, 2010) da massa total de lixo, ou seja, mesmo atingindo um índice considerado ótimo (98%), a quantia de material que é reinserida no processo de transformação é insignificante se comparada com o total de materiais que compõem os resíduos sólidos urbanos. Entretanto, há que se compreender que a relação entre o argumento do autor e dos defensores da reciclagem limita-se à matéria física, abstraindo, portanto, a relação entre o abstrato e a física.

Para os representantes da ABAL, no que se refere à geração de energia elétrica e geração de gases na produção industrial a reciclagem de latinhas de alumínio:

Atenderia a demanda anual de um estado como Pernambuco, é como se o Brasil não tivesse de despendar energia pra um estado grande e importante como o de Pernambuco. Atenderia o consumo de 6,5 milhões de habitantes, o correspondente a 2 milhões de residências. Além disso, a outra contribuição que tem para o meio ambiente é que a reciclagem de latas de alumínio ela só gasta 5% do que se gastaria com a produção de alumínio primário em termos de liberação de CO₂ [gás carbônico]. (ABAL, 2012)

Para dois funcionários com quem conversamos, que trabalham na indústria reciclagem de alumínio Novelis, e uma ex-funcionária, quando questionados sobre a importância da reciclagem, eles responderam com grande entusiasmo que a reciclagem é um passo fundamental na construção de um mundo melhor, seja no aspecto ambiental (poupando espaço nos lixões e preservando recursos naturais), no econômico (possibilitando novos negócios) e social (referindo-se aos catadores). Apareceu, também, no aspecto econômico, a “preocupação” de um deles é com a própria Novelis, já que o bom andamento desta significa a manutenção de seu emprego. Para uma das funcionárias e a outra que era uma ex-funcionária, o sucesso da reciclagem de latinhas de alumínio deveria se estender à todos os materiais (embalagens). Nesse sentido, a crítica empreendida por Layrargues (2002) à “pedagogia da reciclagem” pode estar se remetendo à esse nível da reprodução dessa prática, em outras palavras, a reciclagem enquanto responsável por dinamizar positivamente uma série de esferas da sociedade merece ser analisada com mais cuidado. Esse é um dos sentidos que concordamos com esse autor, porém, nossa perspectiva é a de que a relação entre a materialidade e a abstração do capital dificulta e, muitas vezes, impossibilita uma análise menos fisiocrata da realidade.

Outro argumento ambientalista que converge com o de Layrargues (2002) é de Figueiredo (2009). Em um artigo intitulado: *A contribuição da reciclagem de latas de alumínio para o meio ambiente brasileiro*, o autor nos coloca questões relevantes do ponto de vista da estrita materialidade física da reciclagem, mas que constituem, se observadas *cum grano salis*, aspectos da relação sujeito-objeto posta pelo capital. O autor observa e chama a atenção para o fato de que apesar de haver uma contribuição da reciclagem de alumínio no país, ela é mínima. Assim ele expõe:

A primeira justificativa do discurso favorável à reciclagem de latas de alumínio é que quanto mais latas forem desviadas à reciclagem, menos latas deixarão de ser lançadas no meio ambiente. A princípio tal justificativa é verdadeira, mas, qual a relevância da reciclagem de latas de alumínio no sentido de evitar que mais resíduos (no caso, latas de alumínio) sejam lançados no meio ambiente? (FIGUEIREDO, 2009, sem paginação)

Na sequência, ele demonstra como tal afirmação não procede, pois é baixa a representação do alumínio na totalidade dos resíduos sólidos descartados no Brasil como se observa do gráfico a seguir.

Estudo gravimétrico dos resíduos sólidos gerados no Brasil em 2007

Fonte: ABRELPE (2007).
Elaboração: Figueiredo (2009)

É importante comparar com esses dados a declaração do representante da ABAL, sobre a reciclagem de alumínio, em que este afirma a contribuição da reciclagem, também, sob o ponto de vista do volume que as latas de alumínio

ocupariam no ambiente⁷¹. Pode até ser que este volume seja alto, mas na argumentação de Figueiredo (2009) se a “política de reutilização das embalagens⁷²” (o exemplo das garrafas de vidro) europeia fosse implementada no Brasil desmontariam “[...] o discurso do incremento da reciclagem de alumínio para evitar quantidade de latas de alumínios a ser lançadas no meio ambiente, uma vez que estatisticamente são números irrelevantes.” (Idem)

O nexo entre as perspectivas materialistas pode ser observada também na preocupação ecológica de autores como Alain Bihr. Para ele, a destruição da natureza e de seus recursos é uma questão urgente:

Sem necessariamente compartilhar um catastrofismo como esse, é preciso admitir que as questões em jogo da crise ecológica exigem *urgência*: não se pode mais remeter a solução de certos problemas ecológicos para amanhã. E que no sentido próprio do termo, eles são *vitais*. **O que talvez esteja em jogo é a sobrevivência de toda a espécie humana; mas o que certamente está em jogo é o conjunto das condições físicas de existência em nosso planeta nos próximos séculos.** (BIHR, 1998 p.124, grifo nosso)

A crise para este autor – ligado também à perspectiva materialista do eco-marxismo – já se põe enquanto *crédito de catástrofe*, ou seja, adianta-se a catástrofe como futuro certo e, em assim sendo, o terrorismo estatal, empresarial, doméstico e também no nível dos catadores entre si está posto a partir da antecipação fetichista da crise ecológica, que a Ciência vai conformar.

Assim, destacamos que, mesmo se nos mantivéssemos no argumento físico-ambientalista, ele não se sustenta na suposta amenização do que vem se considerando como problema sócio-ambiental. Entretanto, como dito anteriormente, a relação entre a abstração que a fisiocracia dessa análise ambientalista supõe criticar e a reprodução do capital, guardado os devidos nexos com a constituição fetichista da forma mercadoria, ou seja, a autonomização do polo físico-material da forma mercadoria, isto é, seu valor de uso e o corpo das mercadorias, também não possibilita um aprofundamento da análise sob a perspectiva da crise do capital. Nesse sentido, consideramos a pertinência do argumento materialista na medida em que ele, negativamente, possa revelar a sua *força de atração* no âmbito daquilo que se constitui como fetiche do valor de uso.

⁷¹ “Coletiva de imprensa – Índice de Reciclagem de latas de alumínio para bebidas – ABAL, 2012”

⁷² Países como Alemanha e Suécia avançaram em relação a diretiva europeia e já usam garrafas de vidro na proporção de 3 para 1 em relação ao uso de latas de alumínio como embalagens de cerveja. Figueiredo (2009)

3. Reciclagem crítica e crítica da reciclagem: a indústria enquanto momento da reposição crítica do capital

“O encarecimento das matérias-primas constitui, naturalmente, incentivo para a utilização dos resíduos.”
(MARX, 1988, p.76)

No presente capítulo pretendemos expor algumas formas naturalizadas do processo industrial de reciclagem de alumínio, ou seja, como os fenômenos sociais adquirem status de normalidade inquestionável em virtude de sua ampla e complexa rede de conexões que se realiza por meio da relação entre produção e circulação. Além disso, tentaremos expor como o capital é capaz de mobilizar pensamentos e ações e como tais formas integram a constituição necessária à crise de valorização do valor. A fim de nos familiarizarmos com a reciclagem, torna-se pertinente expormos uma breve noção do que se trata esse ramo da produção industrial⁷³.

Considerada “[...] uma das atividades-chave para o enfrentamento do desafio representado pelo destino final dos resíduos sólidos, compondo a mundialmente conhecida estratégia dos três R (reduzir, reutilizar, reciclar)” (IDS, 2010, p.333), a reciclagem *aparece* como um conjunto de formas necessárias à mitigação dos impactos causados pelo “ser humano” ao “meio ambiente”. As indústrias de reciclagem, seja ela de garrafas PET, de plásticos, de vidros ou latinhas de alumínio, têm em comum o processo de transformação de um dado material em matéria-prima que será utilizada em processos produtivos diferenciados. Por exemplo, uma pequena indústria de sacos de lixo tem como matéria-prima o Polietileno granulado de baixa densidade (PEBD), na reciclagem, esse material é adquirido a partir de sacos, embalagens de plástico de diversos produtos que são descartados no consumo comercial ou doméstico. Na indústria que estamos analisando, o processo industrial é mais complexo, mas é possível reduzir a reciclagem de alumínio à transformação de latinhas descartadas em lâminas que seguem para um setor ou outra indústria de embalagem de latinhas. Nesse caso, o material utilizado é o alumínio, cuja:

“[...] variedade de aplicações [...] está relacionada com suas características físico-químicas, com destaque para seu baixo peso

⁷³ Para maior aprofundamento da positividade da composição da indústria de reciclagem de alumínio ver ABAL - <<http://www.abal.org.br/index.asp>>.

específico, comparado com outros metais de grande consumo, resistência à corrosão e alta condutibilidade elétrica e térmica⁷⁴.

Ainda, segundo a ABRALATAS (Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade), “Uma série de fatores tem **aproximado cada vez mais o brasileiro da lata de alumínio [!]**. O aumento da renda média nacional, claro, permite ao trabalhador uma opção por um produto mais prático, mais sofisticado⁷⁵. É interessante notar que embora seja um discurso dos representantes das indústrias produtoras de latas de alumínio, ele pode ser revelador da relação fetichista estritamente física que se estabelece na sociabilidade moderna, visto que as características fundamentais para o alumínio se inserir no consumo de massa são aquelas vinculadas às propriedades físicas.

O alumínio, aliás, é famoso por seu teor de reciclabilidade ser considerado infinito⁷⁶, pois como afirma o site da empresa Novelis: “O alumínio não é apenas econômico na fabricação e no uso; sua capacidade de reciclagem é de 100% e faz com que ele seja **o material perfeito para a vida moderna**⁷⁷”. Aqui se abstrai toda a relação social, portanto, metafísica, e evidencia-se a consciência estritamente física que a sociedade estabelece com esse material. Ainda que esse processo de coisificação componha o todo social, tal totalidade contraditória não se revela aos indivíduos sociais. Como já exposto anteriormente, o processo de objetificação é imanente às relações capitalistas, determinada pela relação sujeito-objeto posta pela forma mercadoria. Sendo assim, uma consciência necessária para a efetivação das relações, ainda que críticas, no âmbito do cotidiano.

As latas de alumínio são – muito mais do qualquer outra forma física do lixo – “objeto de desejo” de grande parte dos recicladores⁷⁸, visto que, embora estejam de algum modo disponíveis em nosso meio, as latinhas, para serem produzidas, requererem uma grande quantidade de insumos de produção, principalmente

⁷⁴ Fonte: <<http://www.abal.org.br/industria/historia.asp>>.

⁷⁵ Fonte: <http://www.abralatas.com.br/downloads/revista_da_lata_ed_2012.pdf>, (grifo nosso)

⁷⁶ Aqui se localiza um dos interesses na pesquisa na reciclagem desse material, principalmente, porque evidencia, para nós, a grande necessidade que o assim chamado setor produtivo tem na redução de custos de produção, a essa redução coincide o fato de a matéria-prima e outros elementos da produção que são “poupados”, genericamente, estão ligados aos recursos a serem preservados! Tal discussão será desenvolvida neste capítulo mais adiante.

⁷⁷ Retirado de: <<http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/Manufacturing-Capabilities.aspx>>, acesso em: 02/09/12, grifo nosso.

⁷⁸ Aqui estamos entendendo reciclador todo indivíduo que se insere no processo de reciclagem desde a coleta, passando pela captação (atravessadores) até a indústria transformadora. Podemos imaginar, também, que o sujeito que compra e consome sua bebida em casa já um reciclador em potencial, dada a determinação da abstração tempo de trabalho!

energia elétrica, além, é claro, de trabalho social materializado. “O processo de reciclagem utiliza apenas 5% da energia elétrica [...]”⁷⁹, e isto em um contexto onde o capital carece externalizar seus custos, principalmente porque a tarifa brasileira é uma das mais onerosas no mundo⁸⁰, se torna premente reinserir novamente no processo produtivo um material “tão custoso” para ser produzido. Segundo a ABAL, “[...] em 2010, a [...] despesa [em energia elétrica] aproximou-se de R\$ 2,4 bilhões e, em 2011, deve ter superado R\$ 2,6 bilhões⁸¹” para as indústrias de alumínio primário, ou seja, no processo de reciclagem esse custo cairia 95%.

Segundo os dados da ABAL (2012a, p.48), o Brasil reciclou quase 100% das latas de alumínio que produziu:

Em 2011, o Brasil bateu novamente o recorde mundial de reciclagem de latas de alumínio para bebidas, com o índice de 98,3%. Foram 248,7 mil toneladas de sucata de latas recicladas, o que corresponde a 18,4 bilhões de unidades, ou 50,4 milhões por dia ou 2,1 milhões por hora.⁸²

Isto, seguramente, ajuda a explicar os altos índices de reciclagem desse material no Brasil e no mundo, mas não só. Salta aos olhos de parte das pessoas os altos índices de reciclagem desse material. As indústrias de alumínio primário, as de alumínio secundário (reciclado), as de embalagens de alumínio se enaltecem de tais números e os *eco-sustentáveis* os auxiliam a propalar tal iniciativa como a ser seguida por outros setores – ao mesmo tempo em que o alumínio brilha aos olhos dos recicladores ele ofusca os de todos os agentes envolvidos nesse processo.

É evidente o aumento do número de latinhas de alumínio recicladas ao longo das últimas décadas no Brasil, como mostram os gráficos a seguir. Segundo dados da ABAL, em 1991 a indústria recicladora de latinhas incorporava cerca de 37% das latas produzidas no país, passando para pouco mais de 60% em 1996 e para mais de 95% em 2004, ou seja, em pouco mais de uma década houve uma incorporação

⁷⁹ Fonte: ABAL - <<http://www.abal.org.br/reciclagem/porque.asp>>. Acesso em: 23/01/2012

⁸⁰ Segundo nota da FIRJAN: “A tarifa média de energia elétrica para a indústria do Brasil é de R\$ 329 por megawatt-hora (MWh), quase 50% a mais que a média de R\$ 215,50 em um conjunto de 27 países do mundo que possuem dados disponíveis na Agência Internacional de Energia. A diferença chega a 134% quando se compara o Brasil com os demais países dos Brics (Rússia, Índia e China), que pagam em média R\$ 140,70. Fonte: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC30E85C950131B3B6A4A069BE.htm>, acesso em: 10/10/12. Hoje, tal setor comemora a redução na tarifa, recentemente, anunciada pelo Governo Federal.

⁸¹ Cf. ABAL (2012a), “Relatório de Sustentabilidade”.

⁸² Cf. ABAL (2012a), “Relatório de Sustentabilidade”.

de quase 60% a mais de reciclados no processo de produção de alumínio secundário.

Índices de Reciclagem de Latas de Alumínio

Os dados do gráfico a seguir mostram que esse número, entre os anos de 2007 e 2011, manteve-se próximo a 100%, sendo que, para os porta-vozes das indústrias envolvidas nesse processo, a tendência é a manutenção desses índices. Uma observação importante é a de que esse índice não atingirá 100%, pois ainda há perdas durante o processo de reciclagem, além de parte das latinhas serem aproveitadas para outros fins.

Reciclagem de latas de alumínio no Brasil comparando-se a outros países e Europa⁸³.

Esse estrondoso índice de material reciclado, apesar de aparecer na consciência dos indivíduos sociais como positivo (veja quadro na página seguinte), não revela seu caráter crítico, pois o aumento material tende sempre a esconder a diminuta parcela de trabalho agregado face ao desenvolvimento das forças produtivas.

⁸³ Disponível em: <http://www.abal.org.br/noticias/lista_noticia.asp?id=1026>, Acesso em: 27/12/2012.

Aspectos da reciclagem do alumínio⁸⁴

Econômicos e Sociais	Ambientais
Gera emprego e renda para milhares de trabalhadores envolvidos na cadeia da reciclagem do alumínio.	Proporciona importante economia de energia elétrica e menor emissão do gás de efeito estufa, quando comparada com a produção de alumínio primário.
É o negócio principal para mais de duas mil empresas entre cooperativas, centros de revenda, transportadoras e processadores.	Reduz o consumo de matérias-primas, como bauxita e elementos de liga.
Injeta recursos nas economias locais por meio da criação de empregos, recolhimento de impostos e desenvolvimento do mercado.	Diminui o volume de materiais descartados pós-consumo e resíduos industriais, que voltam para a cadeia produtiva como matéria-prima.
É uma atividade que movimenta milhões na economia nacional, em todas as etapas do processo.	Favorece o desenvolvimento da consciência ambiental na sociedade.
Estimula outros negócios, por demandar novas atividades relacionadas à cadeia de reciclagem.	Incentiva a reciclagem de outros materiais.

A crise do capital se revela como solução da mesma, ou seja, ao se autonomizar a *crise ambiental* como um problema vinculado ao caráter materialista (no sentido estrito), a reciclagem de alumínio se torna uma significativa parte da solução para esse problema aparentemente (imediato). Os aspectos econômicos, sociais e ambientais da reciclagem podem revelar a concorrência no âmbito da produção de alumínio, já que há significativa produção do alumínio secundário e que as indústrias que o produzem já estão se consolidando como grandes produtores mundiais, pois estão aumentando sua capacidade produtiva.

Se observarmos os dados sobre a incorporação de latinhas por hora (2,1 milhões) e que só em Pindamonhangaba-SP cerca de 70% dessas latinhas são recicladas, ou seja, quase 1,5 milhão, apenas na Novelis a quantidade de funcionários envolvidos na transformação direta de latinhas em matéria-prima é 60. Se considerarmos que na outra empresa de transformação de latinhas, a Latasa, a capacidade de reciclagem é a metade da Novelis, é possível pensar que um milhão de latinhas são recicladas por hora por 60 funcionários da Novelis. Acrescesse à esses números o fato de a empresa importar latinhas de outros países para suprir sua capacidade de 390 mil toneladas por ano.

⁸⁴ Retirado de ABAL, "Por que reciclar?", Fonte: <<http://www.abal.org.br/reciclagem/porque.asp>>, acesso em: 22/07/2012.

Do ponto de vista econômico, a “visão” empreendedora curva-se diante dos benefícios que a reciclagem de latinhas pode representar em relação aos demais ramos da reciclagem.

Estimativa dos benefícios econômicos da reciclagem

Material	Custo da produção primária (R\$/t) ¹	Custos da produção a partir de reciclagem (R\$/t) ²	Benefício líquido (R\$/t) ³
Aço	552	425	127
Alumínio	6.162	3.447	2.715
Celulose	687	357	330
Plástico	1.790	626	1.164
Vidro	263	143	120

Retirado de: IPEA (2013, p.12-13)

Além disso, a garantia de geração de emprego e renda redobra o fetiche do trabalho, pois além de repô-lo enquanto relação sujeito-objeto tal garantia já é questionada pelo próprio processo de modernização que requer níveis de produtividade mesmo no dito *circuito inferior* do qual participam os catadores de recicláveis⁸⁵.

Posto que o aumento da capacidade produtiva significa o aumento (relativo) da incapacidade do capital em produzir valor, é importante que analisemos o capital sob seu aspecto contraditório entre valorização e crise de valorização.

3.1 Reciclagem crítica do capitalismo

A redução da substância do capital, tempo de trabalho, se apresenta pelo aumento de sua presença material, produtos do trabalho e meios de produção. E é partindo desses pressupostos que esta pesquisa tentou evidenciar a *reciclagem* como momento da crise e não como possibilidade de acumulação do capital, a não ser como ilusão dessa possibilidade, que aqui tentou-se desvendar sob a ótica do

⁸⁵ No último capítulo aprofundaremos essas questões sobre o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente, no âmbito das cooperativas de catadores.

fetichismo da mercadoria e seu desdobramento em uma dada consciência socioambiental.

Alguns críticos apontariam a reciclagem como um meio de reposição da forma ampliada do capital, tal como Gonçalves⁸⁶ (2006, p.231) afirma:

O metabolismo da sociedade do capital é destruidor desta mesma sociedade, pois quanto mais energia consome, mais energia precisa consumir. O objetivo principal não é a satisfação da necessidade dos que produzem ou consomem, mas a reprodução do capital no ato de consumo das mercadorias que satisfazem essas necessidades.

Não observando a crise de valorização do valor, ecologistas, ambientalistas e outros críticos marxistas, talvez, não se apercebem que a conversão de lixo em mercadoria é uma determinação que *aparece* como solução aos problemas de uma crise generalizada do capital explorar trabalho, ou seja, as reinserções de materiais recicláveis e de trabalhadores “não-rentáveis” (KURZ, 2003) no processo de reciclagem dão a aparência de um crescimento do capital, sob uma suposta preocupação e mitigação de suas crises econômicas. Tal aparência, vale lembrar, é real, entretanto, ao mesmo tempo ilusória, já que – apesar do crescimento material, a expansão do número de empresas vinculadas à reciclagem e o aumento absoluto de trabalhadores⁸⁷ que desempenham alguma função nesse “circuito”, principalmente catadores – o valor gerado tende a ser menor relativamente aos investimentos em capital constante, exposta por Marx em “O Capital” como a queda tendencial da taxa de lucro nos seguintes termos:

[...] a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia⁸⁸ tem de expressar numa taxa de lucro em queda. Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva na mais-

⁸⁶ Este mesmo autor sinaliza que “[...] a **lucratividade** e não propriamente a tomada de consciência dos capitalistas, no que diz respeito a problemas ambientais relativos ao lixo, que estimula a atividade industrial da reciclagem”. (Idem, p.23, grifo nosso) Ainda que a lucratividade possa aparecer num nível imediato na consciência dos sujeitos econômicos, pensamos no problema que se encontra tal perspectiva da exploração da mais-valia dos catadores, já que os nexos entre o capital considerado produtivo e o capital financeiro não são explicitados na crítica da exploração do trabalho.

⁸⁷ Estima-se que o número de pessoas que sobrevivem e complementam a renda familiar da coleta de materiais recicláveis no Brasil esteja próximo a um milhão (MNCR), mas há outras estimativas que calculam um número menor de trabalhadores nessas condições. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 do IBGE há cerca de 5600 crianças que trabalham na condição de catadores no Brasil.

⁸⁸ Sobre a noção da categoria mais-valia absoluta e relativa e taxa de mais-valia ver: “O Capital” (1985), Livro I, Tomo I, cap. V, VII, IX.

valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de capital global empregado. (1988, Vol. 2, p.155)

Essa negatividade do capital para com ele mesmo (Alfredo, 2010a) advém de sua lógica destituidora que é a de expandir a massa de capital fixo, via desenvolvimento das forças produtivas, em contrapartida, diminuir relativamente a massa de trabalho vivo que a movimenta. Assim, diminui-se a massa de trabalho abstrato cristalizado nas mercadorias, diminuindo, portanto, o valor das mercadorias, já que a quantidade de trabalho necessário à sua produção diminui.

A característica fundamental do capital é desenvolver as forças produtivas (MARX, 1988) e (KURZ, 1995,1996), ou seja, aumentar a produtividade do trabalho por unidade de tempo, diminuindo a quantidade de trabalho necessário à produção de dada mercadoria (MARX, 1985). Tal desenvolvimento se dá pela “coação exercida pela concorrência” que Kurz (1995) demonstrou examinando as sociedades do “socialismo real” e o movimento geral do capital em seu momento de aprofundamento do descolamento do capital monetário da base produtiva ou capital produtivo.

Nesse sentido, a produtividade do trabalho tende a crescer ao passo que a massa de trabalho vivo empregado para produção de mercadorias tende a cair relativamente ao montante de capital empregado. Posta nesses termos, a valorização do valor expressa seu negativo, ou seja, sua não-valorização, já que aumenta a quantidade de mercadorias, mas diminui relativamente seus valores. Numa relação de necessidade, o trabalho morto fetichiza a crise do trabalho vivo, pois o acréscimo absoluto de trabalhadores pode não significar o seu aumento relativo, dado a ampliação dos investimentos na produção de máquinas e técnicas que intensificam a produção de mercadorias. Mas a extraordinária capacidade produtiva do capital revela sua enorme incapacidade em produzir valor, em outras palavras, de explorar trabalho.

Marx prossegue:

Esse progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, portanto em relação ao capital global, é idêntico à composição do capital social, em sua média, progressivamente mais elevada. É, igualmente, apenas outra expressão para o **progressivo desenvolvimento da força produtiva de trabalho**, que se mostra exatamente no fato de que, por meio do crescente emprego de maquinaria e capital fixo, de modo geral **mais matérias-primas e auxiliares** são transformados pelo **mesmo número de**

trabalhadores no mesmo tempo, ou seja, **com menos trabalho**, em produtos. (MARX, Vol.2, 1988, p.155, grifos nossos)

Não há dúvida para Marx que tal decréscimo relativo de capital variável ocasionará a queda na taxa de lucro, já que:

Corresponde a esse crescente volume de valor do capital constante [...] um crescente barateamento do produto [...], [pois] cada produto individual, considerado em si, contém uma soma menor de trabalho do que em estágios inferiores da produção [...]. (Idem)

Nesse sentido, como exposto anteriormente, a materialidade dos produtos do trabalho em sua crise de realização da diminuta massa de valor revela seu oposto. A necessidade da reciclagem embora remonte aos períodos em que Marx analisava, hoje, tal necessidade vai compor outros níveis da reprodução social. Universaliza-se a partir da crise de valorização, tomando contornos ideológicos mais elaborados junto à chamada consciência ecológica. Portanto, a reciclagem do resultado do trabalho concreto, ou seja, dos valores de uso, da matéria física, “funde-se”, numa analogia à própria Física, à necessidade de se reciclar o capital. Assim, junto com a miscelânea do “consumo consciente” a reciclagem aparece como mais uma justificativa para reprodução positiva da sociedade moderna.

Em seguida tentaremos dar uma breve exposição do que se trata o aumento exponencial da produtividade do trabalho tendo em vista os altos investimentos em tecnologia em uma empresa de porte mundial que detém o monopólio da transformação de latinhas em nova matéria-prima e da fabricação de laminados de alumínio, e que vem cada vez mais investindo na reciclagem desse material como a principal matéria-prima de seu processo produtivo. Ainda que seja relativamente impossível de se reconhecer a reprodução capitalista a partir do capital individual de uma empresa específica ou mesmo uma planta desta, nossa exposição tem como objetivo não traçar um relatório sobre tais empresas, mas demonstrar como o capital “atua” em determinadas situações fenomênicas e possibilita uma reinterpretação sobre a acumulação e crise.

3.2 A ilusão é real?

Nessa passagem tentaremos expor alguns elementos no nível particular do capital onde as empresas frente à universalidade da forma mercadoria atuam sobre bases fenomênicas aparentemente produtivas. Uma dessas empresas é a Novelis, que forma um importante monopólio no mercado de reciclagem de latinhas de alumínio e estas terem uma significativa presença, hoje, no cotidiano da sociedade moderna como um todo.

A Novelis foi fundada no ano de 2005, a partir da cisão das unidades de laminados de alumínio da Alcan. Essa cisão foi exigida pelas autoridades antitrustes da Europa e dos EUA para aprovar a aquisição da francesa Pechiney. A estratégia da Alcan foi de concentrar os negócios de alumina, bauxita e mercados de alto crescimento, como o de embalagens (vidro, plástico, papel, papelão e multicamadas) e produtos de engenharia⁸⁹. No Brasil, além de possuir as fábricas de Ouro Preto-MG e Santo André-SP, em Pindamonhangaba-SP, desde 1977, ela possui a única fábrica na América do Sul que produz chapas para corpo e tampa de latas de bebidas. Em 2007, a Novelis foi adquirida pela Hindalco Industries Limited, esta é uma empresa do Aditya Birla Group, um conglomerado multinacional com sede em Bombaim, na Índia. Após a fusão, a Novelis se tornou uma subsidiária integral do Aditya Birla Group⁹⁰.

Constituída a partir de um contexto atual de fusão, tal empresa atua no processo de reciclagem de alumínio em Pindamonhangaba-SP desde o fim da década de 1990⁹¹. O empreendimento detém, junto com a Aleris (Latasa), o monopólio da transformação do alumínio reciclável no Brasil. Ambas possuem uma “rede” de captação de latinhas. Segundo as empresas do ramo:

A base da cadeia produtiva começa com os catadores - só a fase de coleta representa um mercado que movimenta R\$ 540 milhões anuais. Eles entregam o material para ONGs, cooperativas ou pequenos depósitos, de onde segue para **depósitos maiores**,

⁸⁹ Fonte: FEM/CUT-SP Retirado de: <<http://www.cnmcut.org.br/>>. Acesso em:10/09/2012.

⁹⁰ Fonte: Novelis - <<http://www.novelis.com/>>, Acesso em: 10/10/2012.

⁹¹ Pindamonhangaba é considerada a “Capital Nacional da Reciclagem de Alumínio” devido a sua significativa presença nesse setor, reciclando mais de 70% de todo alumínio do Brasil. (ABAL - http://www.abal.org.br/reciclagem/latas_pinda.asp, acesso em:24/09/12)

centrais de reciclagem e sucateiros que realizam uma pré-limpeza, separando sujidades e prensando o material [...]⁹².

Tais depósitos maiores e centrais de reciclagem é que compõem esses locais de captação. A estratégia principal na criação desses centros de coleta da Novelis, por exemplo, é evitar o chamado atravessador para poder ter maior facilidade na negociação com os catadores desse material ou demais fornecedores e estimular a maior captação já que a capacidade de reciclagem da empresa vem aumentando ao longo dos anos.

A meta da empresa é “[...] **eleva o conteúdo reciclado [nos] produtos para 80% até 2020**, dos atuais 33%⁹³”, segundo o presidente da empresa. A subsidiária brasileira vem superando a média global da empresa, hoje, mais de 50% da matéria-prima para fabricação das lâminas vem da reciclagem⁹⁴.

Marx já mencionara os elementos fundamentais para que o atual denominado “circuito da reciclagem” pudesse se constituir, sem, no entanto, prever que esse “ramo” pudesse se desenvolver de tal forma:

No todo, as condições dessa reutilização são: a disponibilidade em massa de tais excrementos, que resulta apenas de trabalho em larga escala; melhoria da maquinaria, com a qual materiais que antes, em sua forma dada, não eram utilizáveis são transfigurados para servirem à nova produção; progresso da ciência, especialmente da Química, que descobre as propriedades utilizáveis de tais resíduos. (MARX, 1988, Vol. IV, p.76)

Cabe a questão: qual seria o impulso para tal crescimento na reinserção de material reciclável como matéria-prima? Essa questão, aparentemente simples, que move parte significativa de nossa pesquisa, aparece na cabeça de Foster (2011, p.221) e, possivelmente, de outros eco-marxistas, como a parte da resolução do problema da sociedade moderna que é a “falha metabólica” que o capital realizou na relação homem-natureza. É importante lembrar que se as críticas se voltam, principalmente, contra o chamado marxismo ecológico é porque ele surge como

⁹² Explicação de um engenheiro, “gerente de manufatura de reciclagem e refusão da Novelis”. Fonte: <http://www.revistaaluminio.com.br/recicla-inovacao/12/artigo210574-1.asp>, acesso em: 10/10/12 (grifos nossos).

⁹³ Fonte: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/novelis-investira-us-32-mi-para-reciclar-aluminio-no-pais>>, Acesso em: 11/11/2011. (grifo nosso)

⁹⁴ “No Brasil, essa proporção já atingiu cerca de 50%, considerando o patamar de produção atual. ‘Com a iniciativa [de ampliação da capacidade de reciclagem], nossa proporção atingirá cerca de 70%’”, segundo o presidente da empresa no Brasil. Fonte: <<http://www.revistaforge.com.br/noticia/novelis-vai-duplicar-sua-capacidade-de-reciclagem/>>. Acesso em: 25/09/12. (FORGE, 2012)

representante de um discurso crítico no âmbito da Ecologia, mas toda nossa problematização se estende a todos os níveis da sociedade produtora de mercadorias. Para Mandel:

A busca por matérias-primas, entretanto, não é acidental. Corresponde à lógica interna do modo de produção capitalista, que conduz, mediante o aumento da produtividade do trabalho, a um crescimento regular na massa de mercadorias que podem ser produzidas por uma quantidade determinada de máquinas e trabalho. (1982, p.38)

Nesse sentido, o aumento cada vez mais intensificado de valores de uso e, conseqüentemente, das matérias-primas para sua produção se desenvolve numa complexa relação entre as esferas da produção e tem seu reflexo a *posteriori* na circulação/consumo. Assim, para pensar a ecologia, a reciclagem e o consumismo, enfim, é importante que não se limite apenas a ideia de um consumo consciente. Mas pensar tal ideia sem analisar que a inserção cada vez maior de *recursos naturais* no processo produtivo é determinada pela redução do tempo de rotação do capital fixo e que esta está relacionada à aceleração do desenvolvimento das forças produtivas e da “inovação tecnológica” (MANDEL, 1982, p.175) determinadas pela concorrência, não possibilita uma compreensão sobre a crise de reprodução a qual sociedade se encontra.

Observemos agora como de forma *natural* o jornal digital “Diário do Grande ABC” informa sobre a “estratégia” da empresa Novelis em aumentar sua capacidade de reciclagem:

Ao adotar essa **estratégia**, a companhia reduzirá sua **dependência** do alumínio primário. ‘Com maior uso do alumínio reciclado, teremos **uma solução mais competitiva para nossos negócios**’, afirma Alexandre Almeida, presidente da Novelis América do Sul⁹⁵.

Em comparação ao otimismo do informativo, o tom do funcionário da empresa é de apreensão, enquanto um vê a personificação do capital como dotado de subjetividade, ou seja, o lado “estratégico”, o outro expressa sua preocupação com a concorrência. Do ponto de vista do capital individual, também é possível observar a forma periclitante com que essa empresa vem se mantendo no mercado, embora toda propaganda esteja no sentido oposto, como afirma um de seus representantes: “estamos dispostos, é lógico, temos feito isso, **a passar o nosso**

⁹⁵Fonte: <<http://www.dgabc.com.br/News/5899378/novelis-ampliara-uso-de-aluminio-reciclado.aspx>>, Acesso em: 24/09/2012.

conhecimento, passar a nossa estratégia pra outros materiais, pra que eles também alcancem elevados índices de reciclagem⁹⁶”. Por ser contraditória a realidade, ela carece não revelar o seu par negativo, ou seja, crítico. Se assim não fosse, não haveria necessidade da empresa investir em diminuir cada vez mais o desperdício dos resíduos e na capacidade de reciclagem desses. Segundo a Revista Sustentabilidade: [...] a empresa já recicla 93% dos resíduos, os 7% não reciclados correspondem a lixo orgânico e poeira⁹⁷.

Marx, em meados do século XIX, expôs um exemplo nítido de reinserção dos resíduos da produção, que poderia aludir à fundamentação da reciclagem nos moldes atuais, contudo, ele mostra tal processo como uma necessidade do capital de repor seus pressupostos para sua reprodução, nesse caso, de um ponto de vista do capital circulante - as matérias-primas, de modo que se reduzam sempre numa escala ampliada os custos:

O exemplo mais contundente de utilização de resíduos é oferecido pela indústria química. Ela não só utiliza seus próprios resíduos, ao descobrir nova aplicação para eles, mas também os das mais diversas indústrias, transformando, por exemplo, o gás de alcatrão, anteriormente quase inútil, em corantes de anilina, rubiacina (alizarina) e recentemente também em medicamentos. (MARX, 1988, Vol. IV, p.77)

Ao longo da obra de Marx é possível observar que a tendência do capital é “lutar” contra o processo crítico posto pela concorrência entre os capitais e que o “aproveitamento dos excrementos da produção” é mais um passo para evidenciar como há a necessidade de redução de custos, dado o incremento das forças produtivas. Aquilo que aparece como *preservação da Natureza*, diminuição do desequilíbrio da relação homem-meio, não revela seu impulso contraditório em ampliar a produtividade e inversamente diminuir a quantidade de trabalho abstrato contido nas mercadorias. Nessa mesma medida, podemos observar como a empresa, hoje, com tendência à especialização em reciclagem de alumínio tende a transformar significativamente sua base no que se refere ao capital circulante e, em certa medida, o capital fixo. Para tanto, contraditoriamente, tal tendência em se especializar não ocorre sem atritos.

⁹⁶ “Coletiva de imprensa – índice de Reciclagem de latas de alumínio para bebidas – 2012”, Disponível em: <http://www.abal.org.br/noticias/lista_noticia.asp?id=1026>. Acesso em: 17/03/2013.

⁹⁷ Fonte: <http://revistasustentabilidade.com.br/direto-da-fonte-novelis-recicla-93-e-investe-us32-mi-para-ampliar-reciclagem/>, Novelis recicla 93% e investe US\$32 mi para ampliar reciclagem, 13 de dezembro de 2012

A Novelis, no fim do ano de 2010 fechou, no Brasil, uma de suas fábricas produtoras de alumínio primário⁹⁸, em Aratu - BA, alegando dificuldades de manter sua produção devido aos custos com energia elétrica⁹⁹, elemento fundamental que a produção desse material primário necessita. Na ocasião, foram dispensados 400 funcionários diretos sem qualquer justificativa legal. A empresa apenas alegou que não poderia mais continuar suas atividades naquela fábrica e demitiu seus funcionários. No entanto, em uma decisão inédita da justiça trabalhista no Brasil, a empresa foi condenada “[...] a compensar os trabalhadores, em razão da falta de negociação coletiva, com o pagamento dos salários devidos em todo esse período [durante o processo judicial]”¹⁰⁰.

Numa breve conversa com um representante do setor de reciclagem da Novelis, ele nos informou que “o fechamento de uma fábrica da Novelis em qualquer parte do mundo não tem, necessariamente, a ver com a ampliação da reciclagem de alumínio”. Na ocasião, ele se mostrou um tanto “preocupado” com essa questão que colocamos a ele, tentando rapidamente conduzir a conversa para outro caminho¹⁰¹. Mas não foi esse o discurso do antigo presidente da empresa no Brasil, como mencionamos anteriormente, já que a “intenção” é cada vez mais *tornar-se independente do alumínio primário*. Ainda que a intencionalidade dos agentes envolvidos no processo seja a que descrevemos anteriormente, não se pode afirmar que há um movimento lógico linear de *especialização da empresa como recicladora de alumínio*, principalmente de latinhas de bebidas. Exatamente por ser contraditoriamente crítica, a realidade não se revela como tal, mas há momentos em que a crise aparece e estes podem e carecem ser mais bem analisados. A produção de alumínio primário da empresa no Brasil vem diminuindo¹⁰² e, em compensação, está expandindo seu centro de reciclagem em Pindamonhangaba-SP, por exemplo. Mas esse processo apesar de aparecer dotado de intenção dos empresários, ele passa as costas desses sujeitos. Se a determinação da concorrência se mantiver

⁹⁸ “Alumínio primário é aquele obtido após o processamento da bauxita e da alumina, por meio de uma série de processos químicos; alumínio secundário é todo metal resultante da reciclagem da sucata de alumínio”. (CARDOSO, 2011, p.44)

⁹⁹ Segundo um jornal local, a fábrica dava prejuízo desde 2009. (BAHIA NEGÓCIOS, 2011, p.03)

¹⁰⁰ Fonte: <http://www.aer.adv.br/detalha_imprensa.php?cod=4569>, acesso em: 19/12/12.

¹⁰¹ Nesse capítulo ainda analisaremos a informação que esse representante nos passou via telefone, e que reafirmou na Coletiva de imprensa para divulgação do índice de reciclagem do ano de 2012.

¹⁰² Há evidências de que os encerramentos das atividades de industrialização do alumínio primário vêm diminuindo devido a forte concorrência com empresas de composição orgânica muito maior que a Novelis.

num âmbito da intencionalidade dos sujeitos a análise se limitará apenas ao plano da gestão empresarial, o que recai na autonomização dos processos sociais.

Além da cidade de Aratu-BA, outro fato a se concretizar é o fechamento de uma linha de fundição em Ouro Preto-MG anunciado no início do ano de 2013 pela empresa. A tal acontecimento, a empresa alega – em seu último relatório financeiro (trimestral) – que essa linha de “baixo desempenho” (*underperforming*) será fechada “[...] uma vez que não é mais competitivo para operar” (“[...] *as it is no longer competitive to operate*”)¹⁰³. O interessante foi notar que, em um *blog* intitulado “Operário Verde”, tal situação anunciada pela Novelis já vinha sendo prevista pelo (a) autor (a) da publicação de 30 de março de 2012 (ou seja, há um ano), que expõe o seguinte título: “Novelis do Brasil amplia uso de reciclagem para diminuir dependência do alumínio primário”. Na postagem o (a) autor (a) divulga a reportagem em que a empresa tem como “estratégia” a menor dependência em relação ao alumínio primário, pelos motivos que já expomos anteriormente, e finaliza:

Alguém ainda tem dúvidas quanto ao futuro da fábrica de alumínio primário da Novelis em Saramenha? Estamos ou não no "fim da feira" sofrendo com os "tomates podres"? Perguntas que os ouropretanos não podem deixar de fazer, para depois não dizer que foram pegos de surpresa.¹⁰⁴

Dizer que o fechamento de fábricas inteiras ou de linhas de “baixo desempenho” não tem “necessariamente” a ver com a expansão da reciclagem de latinhas de alumínio e com as dificuldades impostas pela concorrência aprofundadas pela crise econômica mundial, parece um tanto quanto “fugir”¹⁰⁵ de uma das questões fundamentais do capital: a determinação crítica da concorrência e o que expusemos na epígrafe desse capítulo, que um dos impulsos para o reaproveitamento dos materiais é o encarecimento das matérias-primas.

¹⁰³ “Quarterly report which provides a continuing view of a company's financial position”, Fev./ 2013, Fonte: <http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/SEC-Fillings.aspx>, Acesso em: 14/02/13.

¹⁰⁴ Fonte: <<http://operarioverde.blogspot.com.br/2012/03/em-julho-de-2011-saiu-publicado-em.html>>, acesso em: 27/12/12. Evidencia-se, também, que na crise do trabalho, a luta pelo emprego torna-se uma bandeira da esquerda, e que impossibilita a si mesma de fazer a crítica ao trabalho.

¹⁰⁵ Lembrando que o argumento do representante do setor de reciclagem da Novelis foi justamente esse, quando tentamos relacionar o encerramento das atividades da empresa em algumas localidades com a crise mundial, ele nos disse que essa é uma “estratégia de mercado” que não tem necessariamente a ver com a crise, por isso, nós, pesquisadores, deveríamos nos preparar melhor os questionamentos.

No que tange a diminuição de uma matéria-prima relativamente ao uso dos “restos” do processo produtivo, Marx assinalou:

A indústria inglesa da seda se movimentou pela mesma trilha descendente. De 1839 a 1862, **o consumo de seda crua genuína diminuiu algo, enquanto o dos resíduos de seda dobrou**. Com maquinaria aperfeiçoada, estava-se em condições de fabricar, a partir desse material bastante desvalorizado em outros lugares, uma seda utilizável para muitos fins. (MARX, 1988, Vol, IV, p.77, grifo nosso)

O intuito da Novelis parece ser esse: diminuir o consumo (na produção) de alumínio primário e mais que dobrar a reinserção de material reciclável na produção de seus produtos, em outras palavras, está sendo mobilizada pelo processo global de valorização/crise-de-valorização a se aprofundar no consumo do lixo, industrial e doméstico, ou seja, dos recicláveis. Nesse sentido, a empresa revela, de fato, seu “baixo desempenho” na produção de alumínio primário enquanto pretende aumentar significativamente (80% até 2020) o uso de material reciclado como matéria-prima básica. O atual presidente da subsidiária brasileira conclui: "Nosso negócio não é produzir o alumínio primário, nós somos transformadores [!]. Estamos dando mais um passo para alavancar nosso material reciclado¹⁰⁶".

Ainda que o problema do “baixo desempenho” seja aparentemente solucionado na cabeça dos administradores e em parte da crítica à exploração do trabalho, há que se analisar pelo avesso tal situação. A empresa não desloca de um tipo de produção – na troca do tipo de matéria-prima: alumínio primário por reciclado –, simplesmente, porque ela vê no outro ramo um negócio rentável. Esse deslocamento é determinado pela concorrência entre os capitais do ramo da produção de alumínio primário, para obter créditos para os vultosos investimentos e, principalmente, pelo “colapso do sistema produtor de mercadorias” (KURZ, 1995; 1996), ou seja, pela “crise da sociedade de trabalho” (idem)¹⁰⁷. A Novelis, ao nosso ver, foi expulsa de grande parte dos negócios com alumínio primário, ao passo que vão se intensificando os monopólios nesse ramo.

Este colapso não significa o final ou o caso do capital, mas a universalização da forma fictícia de reprodução social determinada pelo capital creditício. Nesse sentido, o que tentaremos expor é como a atuação das empresas, mas

¹⁰⁶ Fonte: <<http://www.revistaforge.com.br/noticia/novelis-vai-duplicar-sua-capacidade-de-reciclagem/>>, acesso em: 25/09/12.

¹⁰⁷ Iremos aprofundar tal problematização nas páginas seguintes.

especificamente do ramo da reciclagem, é determinada pelos financiamentos e que estes não são a garantia de uma reprodução ampliada que não seja pelo endividamento. Mas não só, pois é possível identificar o colapso à fragilidade e ao mesmo tempo a força com que grandes, médios e pequenos investidores atuam em diversos seguimentos, se reproduzindo socialmente e (re) constituindo as categorias do capital via endividamento. Força, porque o dinheiro e as “boas” justificativas materiais, ideológicas conseguem repor um universo de relações que não revelam que as bases dessa reposição não têm mais a substância de um quantum de trabalho que o determine e, por isso mesmo, frágil, pois pode revelar que as formas de consciência, nesse momento da universalidade da autonomização do dinheiro, é que substanciam as relações de reprodução e não um trabalho criador de valor. Portanto, colocar em evidência as formas de atuação de uma dada empresa pode ajudar entender esse movimento. Nesse sentido, a “produção material” se efetiva como “justificativa” e não necessariamente como constitutiva, já que o nível de endividamento dessas empresas expressa a autonomização fetichista do dinheiro de sua base.

A fim de se tornar uma empresa especialista em reciclagem de alumínio, essa carece em investir em setores desde a produção, comércio e serviços. A Novelis vem investindo, em alguns países europeus e nos Estados Unidos na prestação de serviço:

[...] 'cash for cans', a expressão 'think cans, think cash' (pense em latas, pense em dinheiro) também é usada. A marca 'think cans' é amplamente utilizada na literatura, **recursos escolares** e nossos sites. Em essência, **isso tem a ver com adotar uma abordagem de ciclo de vida**. Por exemplo, devemos ajudar consumidores a devolver os bens feitos com nossos materiais quando esses bens chegarem ao final de sua vida útil, de forma que tenhamos material suficiente em mãos para atender a nossa meta de conteúdo reciclado. (Phil Martins presidente e diretor executivo da Novelis)¹⁰⁸

O investimento nesse tipo de serviço revela a necessidade de se constituir uma consciência que se adéque à lógica social, ou seja, à forma mercadoria. “Dinheiro por latas” (Cash for cans) ou “pense em latas, pense em dinheiro” revela explicitamente a busca premente em, numa analogia à religiosidade do capital,

¹⁰⁸ Fonte: <<http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/Consumer-Recycling.aspx>>, Acesso:08/02/13. (grifo nosso)

ressuscitar o trabalho morto, trocando-o por dinheiro, uma abstração que fetichiza a relação entre valor e forma valor.

Na produção:

“[...] para atingir a meta de 80% de materiais recicláveis como material-prima haverá grandes investimentos em pesquisa tecnológica para aumentar a ‘reciclabilidade’ dos produtos **a fim de tornar o processo de retorno dos materiais (pós-consumo) mais fluido.**”¹⁰⁹

A necessidade de reduzir tempo de rotação do capital circulante é premente, o que vem a ser proporcionado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Sobre a rotação e a necessidade de redução do tempo em que o material circula é importante notar: “Atualmente, em aproximadamente 30 dias, uma latinha de alumínio para bebidas pode ser comprada no supermercado, utilizada, coletada, reciclada e voltar às prateleiras para o consumo.”¹¹⁰

Não obstante esse tempo de rotação aparecer como uma absoluta perspicácia do capital em ampliar seus rendimentos – como uma contra-tendência à queda da taxa de lucro – ele vela a necessidade do capital em rotar em um menor tempo suas várias formas de apresentação (capital circulante nesse caso), dado que a diminuta quantidade de valor em suas mercadorias, numa tentativa de realização da mais-valia, precisa retornar para o processo produtivo. “A média mundial, nos países que já aplicavam a reciclagem das latinhas, era de 83 dias. No Brasil, em 1995, era de 91 dias. Hoje, é de 30 dias apenas, o melhor índice de todo o mundo.” (GIOSA, 2010, p.68)

Outro elemento importante que compõe o desenvolvimento das forças produtivas na fabricação de latinhas é a quantidade de matéria-prima necessária à sua produção. No quadro abaixo observamos o progresso do processo de produção no que se refere à quantidade de latas produzidas por quilograma de matéria-prima.

¹⁰⁹ Fonte: Novelis - <<http://www.novelis.com.br>>, acesso em 13/05/12.

¹¹⁰ Fonte: ABAL <<http://www.abal.org.br/reciclagem/latas.asp>>.

Evolução da produção de latas de alumínio por quilograma de matéria-prima

Latas/kg de alumínio	Década
49	1970
58	1980
64	1990
74	2010

Fonte: Entrevista Coletiva ABAL/ABRALATAS, 2012.

Se pensarmos no tempo do ciclo das latinhas e da evolução da produção de latas por quilograma de alumínio o desenvolvimento tecnológico permitiu um grande avanço nesse processo de produção que requer um enorme investimento em ciência e tecnologia. E isso só é possível a um monopólio com capacidade gigantesca de mobilização de capitais de diversas fontes de investimentos. Esse aumento de produtividade aponta para a tendência do capital em produzir mais em um tempo muito reduzido, inundando, dessa forma, o mercado com esses produtos. Resulta daí, também, o fato de que não é uma simples determinação do consumo que faz com que as indústrias de produção de latinhas aumentem suas vendas. A relação entre consumo e produção, dessa forma, se põe.

Um dos elementos que nos ajudam a refletir sobre o aumento da produção e da capacidade de rotação das embalagens de alumínio é a necessidade de redução de custos na forma circulação, ou seja, quando o capital toma a forma de capital comercial. Nos supermercados, por exemplo, há uma grande demanda por redução de estoques, em que as embalagens de vidro (retornáveis) tornara-se um ponto chave para que se eliminasse esse custo com a estocagem de garrafas de vidro vazias. Como observamos no trabalho de Lima (2007, p.55):

No caso da lata de alumínio, os custos representam, por sua vez, menores ganhos para a indústria cervejeira, pois “o aumento relativo do uso de lata afetou negativamente a rentabilidade, em função exatamente de seu custo de produção com relação às garrafas retornáveis” (BRINGUENTI, 2005, p.47).

Mas a disputa pelo mercado não se dá sem a intervenção no plano estatal, como vemos em seguida.

“Isto justifica o apoio do Sindicerv – Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - ao projeto de lei que garante o envase em garrafas de vidro de 80% da produção da cerveja¹¹¹, pois:”

O fato é que de acordo com cálculos do Sindicerv, a embalagem retornável, no caso da cerveja, reduz o preço final do produto a ser pago pelo consumidor em até 25%, estimulando as vendas. Outro ponto que conta a favor dessa postura é o fato de o Brasil possuir o maior acervo de garrafas retornáveis de vidro em circulação no mundo. O Sindicerv estima em cerca de 5 bilhões de garrafas (de cerveja e refrigerante) retornáveis no mercado brasileiro **e lamenta a pressão dos supermercados em favor de embalagens descartáveis, que elimina a necessidade de que se mantenham estoques para embalagens vazias nas lojas.** O setor apóia medidas similares às adotadas em alguns países europeus, como a Alemanha, que possuem **regulamentações favoráveis ao uso de garrafas retornáveis para bebidas.** (PALHARES, 2003, p.29)¹¹²

Portanto, para o consumidor, na esfera da realização da mercadoria, não há alternativa, já que a disposição de embalagens de vidro nas prateleiras dos supermercados é quase nula. Espelhando-se em medidas jurídicas de outros países que lidam com este imbróglio, os empresários do ramo da produção de garrafas retornáveis apóiam tais iniciativas a fim de salvaguardar seu quinhão no mercado.

Ainda no nível da circulação, a iniciativa da Novelis é compor uma “rede” (ou *cluster*, nas palavras do representante com quem conversamos) em que seu fornecedor principal seja a própria empresa, ou melhor, suas filiais, pois até o momento, segundo Lima (2007, p.117), “a NOVELIS compra a sucata de uma média de 30 a 50 fornecedores e também importa o material [...]”. Esses fornecedores são diversas localidades do Brasil, mas fundamentalmente do eixo Rio - São Paulo. Já as importações, segundo o Funcionário 2 com quem conversamos, vem de países do continente africano, ele também comenta que a coleta de latinhas lá também é como aqui ou até mais precária dada as condições de vida da maior parte das pessoas dos países que exportam as latinhas. Para compor sua rede de concentração da matéria-prima:

A Novelis, líder mundial em laminados e em reciclagem de alumínio, **dá mais um passo para fortalecer ainda mais sua participação no mercado da reciclagem.** A empresa acaba de criar uma nova unidade de negócios que será responsável por **expandir a compra**

¹¹¹ Não há qualquer informação de que tal projeto tenha sido aprovado até o momento.

¹¹² Lima (2007, p.55-56, apud Palhares, 2003, grifo nosso)

de sucata de latas de alumínio e para isso contará, ainda este ano, com novos **centros de coleta** no País¹¹³.

Tal investimento foi da ordem de 5 milhões de dólares e compreende uma das “estratégias” da empresa para ampliar sua capacidade de utilizar material reciclado em seu processo de produção de lâminas de alumínio, seu produto principal. Assim:

Os centros permitirão à Novelis ter uma **presença geográfica** maior – uma vez que hoje as compras são concentradas em algumas regiões específicas – e **estar mais próxima dos pequenos fornecedores do material**, tais como **cooperativas, pequenos depósitos e sucateiros de menor porte**.

São Paulo (capital), Campinas, Pindamonhangaba, Sertãozinho (as três cidades do interior do estado de São Paulo), Florianópolis-SC, Salvador-BA, Recife-PE e Juiz de Fora - MG são os atuais centros de recepção de alumínio da empresa.

A citada “presença geográfica”¹¹⁴ é que se constitui a rede que mencionamos e, do ponto de vista de uma empresa particular, essas chamadas “estratégias” de crescimento material do empreendimento aparece como sua capacidade de acumulação, e não revela o processo crítico do ponto de vista do capital em seu conjunto (social). A Novelis entra na circulação da matéria-prima a fim de reduzir mais custos, mas não só. Nesse caso, a comercialização permite a negociação diretamente com os catadores e todos aqueles comerciantes de grande ou pequeno porte que queiram vender sua sucata. Além disso, a concorrência com a outra recicladora de alumínio também impele essa empresa investir na recepção. A Aleris Latasa conta com esses centros há muito tempo em várias cidades do país.

¹¹³ Fonte: <http://www.ideiasustentavel.com.br/2011/01/reciclagem-novelis-investe-em-novos-centros-de-coleta-de-sucata-de-aluminio/>, acesso em: 27/12/12. (grifo nosso)

¹¹⁴ Em recente conversa com uma funcionária da Rede Droga Raia – empresa varejista do ramo de medicamento e cosméticos que no ano de 2011 se fundiu com a Rede Drogasil, outra empresa que atua no mesmo ramo – ela nos revelou que não sabe como a “Raia” consegue expandir tanto suas lojas (cerca de 10 por mês, segundo ela), pois no fechamento das contas da loja ela “não vê o lucro”: “as contas fecham sempre no limite, quase não sobra dinheiro em caixa”. E, de acordo com ela, há casos de empresas (“Raia”) que fecham no vermelho, mas a loja não vai à falência: “conversei com um colega de outra loja que arrecada mais que a nossa, ele me disse que tem muitas lojas que estão no vermelho, mas permanecem abertas”. Ao questioná-la sobre o porquê dessa situação ela comenta: “esse colega me disse que é um novo tipo de negócio, o lucro vem das ações que estão na bolsa [de valores] e as pessoas investem porque a rede está se ampliando”.

Centros de coleta de da Aleris Latasa no Brasil – 2006¹¹⁵

Pernambuco (1)	Recife
Bahia (1)	Salvador
Mato Grosso (1)	Cuiabá
Goiás (1)	Goiânia
São Paulo (5)	São Caetano do Sul, São José do Rio Preto, Potin e 2 centros na capital
Rio de Janeiro (1)	Rio de Janeiro
Minas Gerais (1)	Belo Horizonte
Paraná (1)	Curitiba

Para Lima, “tal estrutura de coleta faz com que a empresa [Aleris] elimine a dependência de sucateiros, competindo até mesmo com os catadores pelo descarte do consumidor final.” (2007, p.118)

Estar mais próximo dos pequenos fornecedores de sucata aparece como materialidade estrita da relação e, a negociação do preço, não revela o processo abstrato que os determinam. Marx se referiu sobre tal processo abstrato desde o princípio de suas reflexões sobre o capital. O trabalho abstrato, sendo o fundamento da valorização do capital, é substrato que opera todo sentido da valorização. No entanto, o sentido da valorização não é livre de contradições como esperam os representantes das empresas e nem linear, ou seja, positivo, como observam alguns críticos da exploração do catador. O sentido do capital é a contradição e esta posta pela negatividade que raramente se revela. E, na impossibilidade de se revelar, a contradição mostra seu momento positivo, afirmativo, fetichista. Na consciência dos “sujeitos econômicos” (KURZ, 1996), a realidade há de se apresentar como um crescimento material e numérico. No fenômeno que estamos nos debruçando, a reciclagem de latinhas de alumínio, o fato é que “os números não mentem”, ora no sentido de aclamar os dados sobre a reciclagem desse material – como vem bafejando inúmeras publicações –, ora no sentido de se iludir com os “ganhos” de determinada empresa do ramo. Assim, a reciclagem aparece como ampliação da acumulação do capital, seja em forma material ou monetária (ou ambas simultaneamente).

O impulso das empresas à concorrência com os catadores e sucateiros pelas latinhas de alumínio vem promovendo a criação de centro de coletas financiadas pelo capital creditício. Ainda que essa concorrência apareça como moralmente

¹¹⁵ Retirado de Lima (2007, p.118)

desleal, do ponto de vista analítico é importante compreender se o objetivo desses investimentos é a suposta maximização dos lucros e o maior controle de todo processo de circulação e produção da matéria-prima das latinha ou, além disso, se essa mobilização de capital não estaria ficcionalizando todo esse processo, do início ao fim e, novamente, o retorno ao ciclo, ou seja, a reciclagem, o que torna a o real uma ficção.

Do ponto de vista material e monetário, ainda cabem algumas observações fundamentais.

Na cabeça dos especialistas de cada empresa, a crise é sempre uma oportunidade, e passageira, uma vez que o que importa é saber em qual setor é possível expandir a utilização de alumínio, por exemplo: construção civil, automotivo ou embalagens. O fato é que há crédito disponível no mercado de dinheiro e basta a sagacidade de um bom investidor para fazer uma empresa alavancar. Vejamos essa forma de alavancagem.

A Novelis, recentemente, anunciou a ampliação de sua capacidade de reciclagem¹¹⁶:

A expansão anunciada em novembro [2012] incluirá uma **linha de reciclagem com tecnologia de última geração que praticamente dobrará a capacidade da planta de 200 mil toneladas/ano para 390 mil toneladas/ano**. A nova linha, programada para entrar em operação no final de 2013, ajudará a garantir o fornecimento de metal para os laminadores da planta, **reduzindo custos operacionais e gerando benefícios ambientais**. A reciclagem de alumínio utiliza apenas 5% de energia necessária para produzir uma tonelada de alumínio primário.¹¹⁷

As divisas para tal investimento naquele momento ainda não estavam definidas de onde viriam, de acordo com o presidente da subsidiária brasileira:

[...] os desembolsos começam a ocorrer a partir do ano que vem [2013]. **As fontes dos recursos ainda não foram definidas, 'dependem das oportunidades do mercado'** [...] - o montante pode vir de recursos próprios, de financiamentos ou de uma combinação de ambos.¹¹⁸

¹¹⁶ Não abordaremos a ampliação de sua capacidade de produzir laminados, seu principal produto de venda, haja vista o nosso objetivo de analisar a reciclagem. No entanto, a capacidade de produção de laminados vem aumentando, não só Brasil, como em suas outras plantas em outros países (Coreia do Sul, Alemanha, por exemplo), e tem absoluta relação com a reciclagem.

¹¹⁷ Fonte: <<http://www.revistaforge.com.br/noticia/novelis-vai-duplicar-sua-capacidade-de-reciclagem/>>, acesso em: 25/09/12. (FORGE, 2012) (grifo nosso).

¹¹⁸ Idem.

Aos olhos dos sábios economistas, administradores e dos defensores do “meio ambiente”, essa ampliação pode significar muitas coisas. No caso dos ambientalistas parece mais um passo na *preservação da Natureza*. Para os críticos, apesar da “contradição”¹¹⁹ que carrega tal iniciativa, a ampliação significa acumulação de capital e maior exploração da classe trabalhadora. Já para os economistas, contadores e outros responsáveis pela administração, tal ampliação é vista tão somente como o “sucesso da reciclagem de alumínio”, isto porque os números, em todos os sentidos, só vêm aumentando e tendem a aumentar ainda mais. No entanto, esse movimento aparente não se dá sem um fundamento.

O capital produtivo, em seu sentido lógico, constitui-se pela exploração da mais-valia. Para que seja produtivo, o capital carece ter os resultados da mais-valia além dos investimentos realizados e que redundem na reprodução ampliada do capital. Esse processo de reprodução categorial, onde o trabalho abstrato (o valor) e os investimentos em capital (variável e constante) precisam ser repostos, não ocorre de forma positiva, absolutamente. Por ser um movimento categorial do capital, esse processo tende a não expor seu conteúdo negativo para que sua reprodução ampliada ocorra “naturalmente”. No entanto, há aí um problema que não se resolve, pois a enorme capacidade produtiva do capital resulta numa enorme incapacidade desse mesmo capital explorar a mais-valia, disso decorre a tendência à improdutividade do capital.

Kurz (1995) nos mostra a característica do momento improdutivo do capital, mesmo que no interior da produção de mercadorias:

Como se sabe, uma actividade produtora de mercadorias é improdutiva em sentido relativo, independentemente de suas demais características, quando a sua produtividade (a relação entre trabalho gasto e resultado da produção) cai abaixo do nível social dado, isto é, abaixo da produtividade média social.

No atual movimento do capital em que suas bases substanciais produtivas foram secundarizadas, não se é possível remeter ao capital produtivo sem relacionar ao seu polo identitário, o capital improdutivo. Para Robert Kurz (1995), o descolamento entre a substância produtiva do capital do dinheiro é o que possibilita explicar a reprodução categorial do capital em seu colapso.

¹¹⁹ Aqui a contradição é meramente aparente, entre preservar os recursos naturais e, ao mesmo tempo, reproduzir-se ampliadamente, dado o olhar fixado no aspecto material e nas cifras do negócio.

O movimento lógico que “trouxe” “o capital realmente produtor de mercadorias” ao seu limite é apontado por Kurz (1995) como o “destaque” do sistema financeiro de sua base “criadora”:

Esse destaque do sistema creditício pode ser descrito como uma crescente desproporção estrutural, entre o capital fixo cientificizado e a massa de trabalho que ainda é possível utilizar rentavelmente; o aumento à escala secular da intensidade do capital (que, em Marx, figura como "incremento da composição orgânica" do capital) exige um emprego cada vez maior de capital monetário, que todavia pode mobilizar cada vez menos trabalho por cada unidade de capital.

Assim, de acordo com Kurz, e conforme já estávamos tentando expor, o movimento do capital é de incrementar sua capacidade de explorar trabalho em uma menor quantidade de tempo e, portanto, incorporar menos trabalho em seu processo produtivo. Ora, se é o trabalho, como explicitou Marx (em “O Capital”, principalmente) a fonte do valor, e se tal fonte, a cada incremento das forças produtivas, tende a diminuir, parece revelador que a capacidade do capital de se valorizar, bem como a possibilidade de se repor a categoria trabalho, fica um tanto quanto problemática. Mas como explicar, então, o “crescimento” da capacidade dos capitais individuais de produzir mercadorias, já que as contas apresentadas pelas empresas são, na maioria dos casos, “abarrotaadas” de números positivos?

Kurz nos traz uma possibilidade de interpretação que, assim como Marx (1988), não se limitou ao plano do capital individual, e diz:

Mas as coisas são diferentes no plano do *capital conjunto*, que como é óbvio não aparece imediatamente no cálculo dos chamados sujeitos econômicos, mas que pode todavia ser reconstruído teórica e analiticamente. O sistema de coordenadas não é constituído por processos autônomos "nacionais" de criação de valor, mas pela criação de valor por parte do capital conjunto global, cujo parâmetro é o nível de produtividade válido no mercado mundial. (1995, grifo do autor)

Analisar o capital em seu conjunto significa verificar seu movimento lógico, posto pela simultaneidade, em que esta:

[...] passa a ser uma componente lógica e socialmente necessária para a reprodução desta sociabilidade produtora do valor. Nos termos de um aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas – no sentido geral que isto toma na sociedade capitalista - a própria simultaneidade (LEFEBVRE, 2000), constitui-se como a *forma* espacial que reproduz, ainda que de forma crítica, a *forma valor* no seu sentido não exclusivamente produtivo, mas generalizando-se como modo de vida. (p.65, ALFREDO, 2006, grifo do autor)

Assim, não se é possível mais realizar qualquer reflexão sobre o capital, portanto, da sociedade moderna, sem se remeter a sua lógica generalizada de realização do valor, posta pela contradição da forma mercadoria. Como indivíduo sociabilizado pelo capital cabe uma análise no âmbito de sua negatividade.

Na situação que nos propusemos a analisar, a reciclagem de alumínio, a lógica crítica do capital não se expõe, pelo contrário, se vela. Isto porque a aparência de crescimento material, mais uma vez, escamoteia de forma necessária a reprodução periclitante do capital, seja individual ou no seu conjunto.

No plano do capital conjunto, Kurz verifica como:

[...] cresce a parte do sistema industrial global que já depende *diretamente* (ou seja, não só através do consumo dos crescentes sectores improdutivos) da simulação creditícia; do ponto de vista da lógica do sistema, **trata-se de meras indústrias-fantasmas, geradas e mantidas em vida artificialmente**¹²⁰. (1995, grifo do autor e grifo nosso)

O que vem à tona, no caso da indústria de reciclagem, sob a leitura da reprodução crítica do capital é: qual a base que sustenta tal crescimento? Separar, automaticamente, o capital individual do capital conjunto é um movimento do pensamento que ocorre aparentemente de forma natural no plano do imediatismo do real. Por isso, parece um absurdo aos olhos e ouvidos dos defensores da sociedade de trabalho dizer que empresas do porte da Novelis, subsidiária de um grande conglomerado de “origem” indiana, reproduz-se criticamente. Mas basta verificar alguns números para refletir analiticamente o movimento contraditório do capital que se sintetiza nessa empresa.

¹²⁰ Essa reflexão de Robert Kurz nos sugere, nessa pesquisa, que, embora o setor (reciclagem) da empresa que estamos estudando esteja permitindo algum rendimento (e isso não aparece discriminado individualmente em suas contas), sua “reprodução artificial”, ou melhor, fictícia, pode ser uma possibilidade, ainda que tal possibilidade cause desconforto a muitos dos agentes envolvidos em todo o processo.

Aumento da capacidade produtiva¹²¹

Ano	Capacidade produtiva (toneladas ao ano)
1996	40.000
1999	80.000
2008	150.000
2011	200.000
2013	390.000

Sabe-se que nos anos de 2011 e 2013 houve investimentos de US\$ 15 milhões e US\$ 35 milhões, respectivamente. O número de trabalhadores no ano de 1996 era de 20 funcionários e em 2011, sessenta. Segundo o Funcionário 2, ele não sabe da expectativa de contratação de mais funcionários pela empresa, mas pode ser que haja “um ou outro”. Ainda assim, é possível observar que a grande capacidade produtiva da empresa é operada por um número bem reduzido de funcionários diretos. Se no ano de 1996 sua produtividade era de 2000 toneladas de material reciclado por funcionário, em 2011 aumenta-se para mais de 3300 toneladas, ou seja, 65% de aumento por trabalhador, já em 2013 esse número passa para 6500 toneladas por trabalhador, um salto de quase 100% comparado ao ano de 2011. Em relação à produtividade do ano de 1996 o salto é de 225%. Ainda que não tenhamos os números do custo com o tempo de trabalho gasto na reciclagem das latinhas, a partir dos dados acima é possível inferir que esses gastos não são tão significativos comparados aos investimentos em capital constante¹²², o que, no plano individual, expressa uma tendência à diminuição de incorporação de valor as mercadorias.

Do ponto de vista da empresa em nível mundial, na sequência do texto, retiramos do relatório trimestral da empresa o apontamento de suas principais dívidas em milhões a partir de dezembro de 2012 e de 2013. A reciclagem não aparece como algo separado nas contas da empresa nessa demonstração, mas sim

¹²¹ Fontes: Revista Alumínio - <http://www.revistaaluminio.com.br/recicla-inovacao/29/artigo242859-1.asp>, Diário do Grande ABC - <http://www.dgabc.com.br/News/5899378/novelis-ampliara-uso-de-aluminio-reciclado.aspx>. Não temos os dados da quantidade de funcionários durante todo o período e da quantidade de investimentos. Supomos que a variação do número de trabalhadores não seja muito grande.

¹²² Lima expõe os custos na produção de cerveja no ano de 2006 e destaca que a mão-de-obra representa apenas 2%, enquanto que as “despesas com vendas e embalagens significam 43% do custo de produção” (2007, p.52).

em seu conjunto. Portanto, nesse caso, temos o intuito de expor aspectos financeiros da empresa, que podem revelar um dos pilares sobre o qual está se apoiando sua reprodução.

**Valores de empréstimos da empresa de acordo com o prazo
(em milhões de dólares)**

A partir de 31 de dezembro de 2012

<u>As of December 31, 2012</u>	<u>Amount</u>
Short-term borrowings and Current portion of long-term debt due within one year	\$ 449
2 years	75
3 years	139
4 years	28
5 years	2,813
Thereafter	1,422
Total	\$ 4,926

Retirado de: Quarterly report which provides a continuing view of a company's financial position, Fev. 2013, p.15.¹²³

Ao observarmos esse montante de quase 4,9 bilhões de dólares, é possível nos remetermos àquilo que fundamenta a empresa, já que está sobre uma substância pouco ou nada sólida que é a dívida. Ao fazer uma simples busca sobre o processo de endividamento, já na sua aquisição feita pelo Aditya Birla Group¹²⁴, é possível observar uma dívida de 2,4 bilhões de dólares – cifras que já dão indício daquilo que Kurz (1995) chamou de “créditos malparados” ou “dívidas podres” –, pois a tal dívida pode estar relacionada a um endividamento da Alcan (a atual Novelis) que há mais de cinco anos não a amortizara. Portanto, se fizemos uma relação com o quadro anterior, sobre a capacidade produtiva da empresa em Pindamonhangaba-SP, podemos ponderar que em 2008, um ano de aquisição da Novelis pelo Grupo Aditya Birla, a produtividade de seus trabalhadores que já era alta, só cresceu com o passar do tempo e, mesmo assim, ou por isso mesmo, o endividamento também aumentou, passando de US\$ 2,4 bilhões para mais de 4,9 bilhões de dólares em dezembro de 2012, ou seja, duplicou. Assim, a perspectiva de que o movimento do capital gera “contra-tendências” diante da queda da taxa de

¹²³ Fonte: <<http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/SEC-Fillings.aspx>>, Acesso em:14/02/13.

¹²⁴ No início do ano de 2007, “a indiana Hindalco Industries chegou a um acordo para a compra da canadense Novelis, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, por US\$ 6 bilhões. A Hindalco pagará US\$ 3,6 bilhões em dinheiro e assumirá US\$ 2,4 bilhões em dívidas da Novelis.” Fonte: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2007/02/12/ult1913u6.jhtm>, acesso em: 30/08/2012.

lucro, pode, também estar se esvaziando no processo de generalização do capital fictício¹²⁵.

Atualmente, o compromisso com os credores nos parece maior face ao patrimônio da própria empresa que foi avaliado em US\$ 3,6 bilhões no momento da aquisição da Novelis pelo grupo indiano em 2007, já que, segundo o diretor-gerente da Hindalco Industries, a “Hindalco também fez um empréstimo de prazo de \$1,5 bilhões e \$800 milhões para capital de giro da Novelis a fim de substituir um empréstimo existente de \$800 milhões.”¹²⁶ Parte desse montante de dívidas é constituído por um empréstimo realizado junto ao fundo brasileiro BNDES (Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social). As cifras somam US\$ 17 milhões (R\$ 36 milhões) a fim de realizar a ampliação da fábrica de reciclagem de Pindamonhangaba-SP¹²⁷. Embora esse montante seja pequeno em comparação ao total de empréstimos da empresa, fica a questão: por que a empresa emprestou esse dinheiro (do banco local)? Será pelo fato de que reinvestir na especulação financeira seja mais rentável do que na produção real de mercadorias? Ou, também, porque as rendas da empresa são “suficientes” apenas para renegociar (rolar) as dívidas?

Nesse caso, seria possível observar o seguinte processo, de acordo com Kurz (1995):

O capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer o seu próprio futuro (fictício), prolongando assim num metanível a sua vida, para lá do limite interno já visível. Este mecanismo só funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se (como foi o caso até ao último terço do século XX) e apenas na medida em que a massa de valor futuro ficticiamente antecipada se realizar efetivamente, ao menos em escala suficiente para pagar os juros dos créditos. (KURZ, 1995)

Além disso, embora não tendo muitas informações sobre balanços empresariais, é possível observar no acúmulo de empréstimos uma concentração cada vez maior como nota-se na tabela a seguir, que diz respeito à mesma exposição da tabela anterior, mas um ano depois.

¹²⁵ Aliás, qual categoria moderna não estaria se repondo sem o redobrar do fetiche do dinheiro, sintetizado na ficcionalização do real? E quais os “conteúdos” reais já que estão se “esvaziando” de sua base criadora?

¹²⁶ Fonte: <http://www.adityabirla.com/portuguese/media/press_reports/20110928_the_kumar_system_nalanda_por.html>, Acesso em: 01/02/2013.

¹²⁷ [...] related to the plant expansion in Pindamonhangaba [...]. (Quarterly report which provides a continuing view of a company's financial position, Fev. 2013, p.16). Disponível em: <http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/SEC-Fillings.aspx>, Acesso em: 14/02/13.

**Valores de empréstimos da empresa de acordo com o prazo
(em milhões de dólares)**

A partir de 31 de dezembro de 2013

<u>As of December 31, 2013</u>	<u>Amount</u>
Short-term borrowings and Current portion of long-term debt due within one year	\$ 979
2 years	126
3 years	30
4 years	2,812
5 years	10
Thereafter	1,412
Total	\$ 5,369

Retirado de: Quarterly report with a continuing view of a company's financial position, Fev. 2014, p.16.¹²⁸

O endividamento ultrapassa os cinco bilhões de dólares no ano seguinte, um aumento de quase 9%, o que pode indicar a acumulação baseada na valorização fictícia, mas não só. Mostra também a realização da contradição entre o universal e o particular em que mecanismos próprios da forma financeira do capital se estendem ao chão da fábrica, ao comércio de recicláveis, portanto, ao trabalho dos catadores.

Ora, se a empresa possui um endividamento gigantesco diante de sua própria composição e ressurge, depois de duas mudanças importantes de controle, como uma potência na produção de artigos de alumínio e na reciclagem de latinhas, como explicar tal reprodução? No sentido do que Robert Kurz denomina de “sugar o seu próprio futuro” é que encontramos um possível fundamento mais coerente com a reprodução crítica do capital. O crédito seria a forma de sugar o trabalho futuro, como promessa de trabalho, ou seja, “empréstimo aqui, exploro ali, pago minhas dívidas e a reprodução continua”, ilimitadamente. Mas no processo atual do capital, em sua fase fictícia, as coisas não se dão dessa forma, pois:

O fato de os investimentos de capital, em contínuo aumento, já não poderem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucros – pelo menos como norma e na maior parte dos casos - **é um claro indício do caráter cada vez mais precário de todo o processo.** Este adiamento estrutural em benefício do capital que rende juros não é ainda a mesma coisa que pagar diretamente os juros com outros créditos; mas o movimento real de acumulação acaba por depender indiretamente das poupanças concentradas da sociedade. (KURZ, 1995, grifo nosso)

¹²⁸ Fonte: < <http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/Quarterly-Results.aspx>>, Acesso em: 17/03/14.

Esse caráter “precário de todo o processo” é o que, em nossa análise, baseia a reprodução capitalista no momento da acumulação fictícia, ou seja, na desvalorização do capital, pois se fundamenta na dependência de uma massa cada vez maior do capital monetário. Podem os especialistas espernearem e dizerem que a reciclagem não tem nada a ver com esse processo, como sugeriu um dos representantes da Novelis com o qual conversamos em janeiro de 2013. Se a empresa, *naturalmente*, depende dos “empréstimos de terceiros”, de investidores ou mesmo de recorrer a capitais (fictícios) acumulados nos cofres de sua controladora é porque, *necessariamente*, seu limite em valorizar o capital está posto em xeque. Nesse sentido, recorrer às “poupanças concentradas da sociedade” é um dos fortes indícios de que o capital, em sua simulação de reprodução ampliada, está periclitando, sem contar que tais poupanças, hoje, quanto mais circulam mais se auto-valorizam, como uma árvore que produz frutos a cada segundo, sendo esse processo vinculado negativamente à valorização do valor.

Mas mesmo que esses capitais estivessem arruinados, o crédito¹²⁹ teria uma potência de repor no plano da consciência e da materialidade física a reprodução social, por isso, crítica. Kurz (Idem) salienta o crédito como esse elemento que maquia a crise de valorização:

O aparente movimento direto D-D' só se torna 'fictício' em sentido estrito quando o malogro do processo substancial de valorização é maquilhado, pagando-se créditos que se tornaram malparados com novos créditos.

Também, de acordo com Alfredo:

O que reitera a necessidade de se considerar a importância própria de **uma sociabilidade que estaria passando pelas determinações de um capital não necessariamente produtivo**, mas onde a extensão do crédito, constituindo o que Marx denomina de *capital fictício*, **teria um papel primordial no processo de reprodução crítica da forma valor**. (2006, p.70, grifo nosso)

Uma coisa são os capitais menos produtivos falirem como parte do processo de concorrência (*natural*) do capital¹³⁰, outra é estarmos num momento qualitativo

¹²⁹ Não somente o crédito em si, mas as formas de consciência que a necessidade contraditória de circulação do capital carece. Estado, sociedade civil, e outras formas daí derivadas como a sustentabilidade e o empreendedorismo, se relacionam nesse processo.

¹³⁰ Processo que desde as análises de Marx (1988) já é exposto como contraditoriamente crítico, uma vez que a mediação do capital fictício não se dá como mera forma secundária, mas como tendência geral do capital. Portanto, “naturalmente” aqui é somente para chamar a atenção de que o desenvolvimento histórico tem uma relação de profunda dependência do desenvolvimento categorial,

significativamente distinto da forma de aparência do processo de reposição social, ou seja, ainda que, contraditoriamente, a negatividade da crise sempre esteve posta, atualmente, o significado da reprodução social não se dá mais pelo sentido da acumulação, mas pela *crise* desta.

Sugere-se, falemos com precaução, que a 'saúde financeira' da empresa passa a se constituir como **capacidade de pagar empréstimos a longo prazo**, mas que a própria condição geral da produtividade social exige sempre novas participações de capitais de terceiros, tornando a reposição ampliada dos pressupostos do capital uma determinação do capital a juros.(ALFREDO, 2008, p.84, grifo nosso)

Tal determinação não se efetiva sem a mediação do poder público, em que este, posto na relação sujeito-objeto, desenvolve formas de naturalização do processo crítico de reprodução.

3.3 O ser Estado na *Reciclagem* do capital

A atuação estatal em todos os âmbitos da vida moderna se faz de inúmeras formas, aqui apontaremos pelos menos algumas que nos chamou a atenção durante nossas investigações sobre as fragilidades da forma reciclagem, mas que não nos impede de pensar sobre outras formas estatais que Rosalina Burgos, por exemplo, mencionou no que se refere a criação das ONG's a partir do "recuo" do Estado em relação ao atendimento às demandas sociais (2008, p.95). Ainda assim, entendemos, também, que a consolidação e universalização do Estado moderno se fez pela violência intrínseca à essa instituição (ideológica e ilusoriamente necessária, mas acima de tudo, prática: polícia, exército, normas, leis).

Nesse sentido, cabe também ao Estado, principalmente, fazer os nexos ou adequar os indivíduos a uma forma de consciência que naturalize tanto a lógica da equivalência da forma mercadoria, quanto desenvolver a internalização naturalizante das práticas violentas do sujeito jurídico¹³¹.

O papel do Estado na conformação dos fundamentos da reciclagem é de fundamental importância já que esse processo não se efetiva sem a atuação do poder público, ainda que na Coletiva de Imprensa dos órgãos de representação da

portanto, lógico, e, inclusive, que a concorrência é o fantasma que assombra aqueles que com tanta fé acreditam (sejam como críticos ou não) que o capital arranja sempre um jeito de se ampliar.

¹³¹ Ver nota 198.

produção e reciclagem de latinhas de alumínio tenha aparecido o discurso de independência do setor em relação ao Estado.

Encontramos no argumento de outro representante das indústrias de reciclagem, José Roberto Giosa - ex-funcionário da Reynolds Latasa, atual Aleris Latasa - que em seu livro “A moeda de lata” a presença de importantes processos sociais que evidenciaram a reciclagem de latinhas e ainda sustentam a consciência da reinserção desse material:

Com as coisas andando e a demanda aumentando, esbarramos na nossa falta de infra-estrutura, pois à essa altura éramos apenas cinco pessoas na reciclagem. Aí, veio uma **ajuda do céu** – a Eco 92, Conferência Mundial para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro e que trouxe o país para o centro das atenções na então incipiente discussão sobre temas ambientais [...]. (GIOSA, 2010, p.35, grifo nosso)

De acordo com ele “o clima estava favorável para nós [e] [...] percebemos ali uma boa oportunidade para divulgar a reciclagem.” (Idem)

Foi um impulso e tanto. Mais de 2 horas em TV e mais de 5 em emissoras de rádio. Jornais dedicaram mais de 10 páginas ao programa das latinhas durante um mês. A empresa decidiu aumentar o investimento. O convencimento veio com a boa base de dados que tínhamos desde o início e que mostrava o potencial do negócio, ainda um embrião. Claro que o clima da Eco 92 ajudou muito. Recebemos recursos para um novo depósito no Rio, um em São Paulo e abrir um posto pioneiro em Belo Horizonte. Como a demanda com a Eco 92 crescia, novamente uma ideia interessante veio de uma secretária da empresa: por que não termos uma linha exclusiva para atender as pessoas? O call center ainda engatinhava, então era uma linha telefônica mesmo. (GIOSA, 2010, p.36-37)

Nota-se que a constituição da reciclagem de latinhas de alumínio passou também pela formação de um pensamento que entendesse esse processo como algo natural e que, portanto, contribui para preservação do planeta, “[...] dando-lhe [às latinhas] **um destino mais nobre** do que o aterro sanitário – ou os lixões, como ainda se vê no Brasil.” (Idem, grifo nosso) A preocupação com a materialidade dos recursos era urgente nos discursos ambientalistas e, portanto, substanciava a introdução maciça de latinhas de alumínio no país, pois junto com a produção vem a reciclagem.

Além disso, voltamos ao que havíamos comentado anteriormente, as empresas careciam de investimentos e, para tanto, a expectativa de reinserção de mais materiais era a possibilidade que viabilizaria angariar tais investimentos. No

entanto, essa expectativa precisava ser mais respaldada e, segundo Giosa, aí veio “o grande salto”, pois “Alguém lá em cima resolveu ajudar” (2010, p.39). O administrador de empresas comenta que um professor de escola pública foi o mediador que possibilitou que a empresa desenvolvesse um projeto de arrecadação de latinhas em troca de produtos necessários à escola tais como ventiladores, computadores, rádios etc. A preocupação do administrador era a redução de custos e a massificação da reciclagem:

Com as coisas indo bem, chegamos num impasse. Não dava para aumentar muito mais a rede de coleta em supermercados por conta dos custos com transporte, manutenção dos postos, sacos plásticos, material de decoração e limpeza. Precisávamos de algo para massificar ainda mais a reciclagem, reduzindo os custos de logística. (GIOSA, 2010, p.39)

A escola¹³² (pública) foi o meio necessário para a entrada do país no processo de massificação, ou melhor, a redução de custos, pois com a disseminação entre os alunos de que a lata de alumínio poderia ser trocada por outros produtos necessários e que isso contribuía com o meio ambiente, os pais desses estudantes passaram a “ajudar” na coleta e armazenamento desse material na escola. Assim, a consciência de que a lata de alumínio resguardava certo preço já estava posta e o ambiente escolar público é que foi um dos espaços fundamentais para se constituir o trabalho de coleta, armazenamento e venda desses resíduos aos depósitos maiores.

[...] todos os professores, alunos, pais e a comunidade de entorno da escola, começaram a juntar latinhas vazias. Instalamos uns 20 amassadores de lata nos corredores do pátio da escola, **para facilitar a armazenagem e atrair as crianças**. Nem teria sido preciso – **elas gostavam mesmo era de amassar com os pés**. (GIOSA, 2010, p.40, grifo nosso)

A empolgação desse senhor é clara! Ele via a materialização da redução de custos – que estava travando o desenvolvimento da reciclagem de latinhas – a partir do trabalho de pais, professores e alunos, e que estes no espaço escolar eram

¹³² A ideologia da reciclagem também se constitui e se torna prática na medida em que as escolas incentivam seus alunos, com visitas às cooperativas, por exemplo, a convencerem seus pais a participarem mais ativamente no “ciclo” da inserção de materiais na circulação de matérias-primas: “a escola traz os alunos com umas perguntinhas lá e chega aqui, eles reúnem e começa tudo as perguntas. [...] é legal por que eu acho interessante as crianças terem curiosidade de saber e aprender, porque eles que vão ensinar os pais, as crianças chegam: ‘ai mãe, isso é reciclável a gente tem que guardar’. Normalmente isso acontece”. (Sra. Cris) Esta senhora conversou conosco nas visitas que fizemos a uma cooperativa, que está mais detalhada no último capítulo.

induzidos a realizar tal atividade, em prol do bem comum: arrecadar 100 mil latas para trocar por um micro-computador para escola. Chega a ser bizarro o comentário de que os alunos gostavam de amassar com os pés as latinhas, realizando um trabalho para indústria no interior de uma instituição pública e consentida pelos seus responsáveis. Além disso, ele comenta que apreciava ficar observando a empolgação de todos com a coleta também:

Os pais, em sua maioria porteiros, garçons, empregadas domésticas, vigias e comerciários, **abraçaram o projeto de maneira comovente**: as crianças chegavam á escola com pais trazendo dois ou três sacos plásticos de supermercado cheios de lata. **Era muito interessante ficar na porta nos horários de entrada e ver aquela animação [!!!], que provocava uma competição entre eles.**
(Idem)

A lógica da concorrência, mais uma vez, possibilitava a mediação entre as pessoas, nesse caso os estudantes, que, provavelmente, incentivados por alguma premiação vinda de parte da direção ou mesmo de professores, ou apenas pelo fato de quererem ser os atores principais, ou os *sujeitos* desse processo, competiam entre si na coleta e, possivelmente, no trabalho de amassar as latas. Além disso, não era para fazer uma terapia que o autor do livro ia até a porta da escola, mas sugere um controle mesmo, quase como um encarregado de fábrica. Esse processo que foi denominado *Projeto Escola* empreendido pela Reynolds Latasa foi o princípio da disseminação dessa forma de reposição das categorias sociais no âmbito da reciclagem. O autor do livro comenta a repercussão e a importância midiática desse trabalho nas escolas:

Em exatos 89 dias as 100 mil latinhas tinham sido coletadas. Compramos o computador de última geração e marcamos a data da entrega. Não houve aulas naquele dia festivo. Todos os alunos estavam ali pra receber o equipamento, além de professores e muitos pais. Enviamos um release para imprensa, e uma emissora de TV e dois jornais estavam ali cobrindo o evento. (GIOSA, 2010, p.40)

Não fosse a inserção dessa empresa em um meio em que há grande presença de filhos de trabalhadores que, normalmente, precisam de uma complementação de renda para se constituir enquanto força de trabalho, provavelmente o processo de constituição da coleta de recicláveis teria dificuldades. Tais dificuldades, segundo o sábio representante da ABRALATAS, Renault Castro, não teriam sido superadas sem a perspicácia da indústria de reciclagem que

“venceu uma inércia inicial” a partir de um projeto que se desenvolveu “sem qualquer ajuda de quem quer que seja”.

Giosa (2010, p.42) ainda complementa:

[...] constatamos que **as crianças eram as maiores interessadas** em ver o amassador de latas, os fardos de latas amassadas e as fotografias do processo de fundição [...]. A todo momento, chegavam alunos, professores, funcionários, pais trazendo sacos e mais sacos cheios de latinhas usadas. O barulho das latas sendo amassadas e contadas não parava. O cheiro de bebida estragada e o chão sujo incomodavam, mas ninguém ligava [!].

A partir daí a aparente “inércia inicial” estava vencida, é claro que a partir da sagacidade dos empresários, segundo o gênio da ABRALATAS, e o impulso da coleta de latinhas de alumínio foi dado. É sabido, também, as dificuldades que as escolas públicas passam no que se refere à estrutura do meio escolar¹³³ e das carências de grande parte das famílias dos estudantes no que se refere a inserção no consumo de mercadorias. A “moeda de lata” tão defendida pelos patronos da reciclagem torna-se encarnação do valor, representando o processo abstrato de valorização e crise do capital. Para tanto, parece que foi necessário conformar uma dada consciência do trabalho, da troca, do preço e da concorrência, postos já entre os empresários, mas que carecia ser reconstituída entre aqueles que já vivem mais concretamente o colapso, ou a necessidade de uma sociabilidade do trabalho sem trabalho, determinados pela universalização da necessidade da redução de custos via desenvolvimento das forças produtivas, mas que nesse momento sintético da constituição de capitais dependentes da reciclagem, e principalmente da capacidade desses monopólios dinamizarem grandes quantias de capitais ociosos (por meio dos financiamentos) eles precisavam da mão-de-obra das pessoas que não encontram outras formas de venda da força de trabalho. Estes indivíduos, tidos hoje como catadores se sujeitam à essa atividade, sobretudo porque não possuem formação profissional que os habilite concorrer no mercado (LACERDA, 2009), mas já é comum encontrar aqueles que trabalham com a reciclagem e que possuem formação profissional, pois como veremos no capítulo posterior a profissionalização

¹³³ Não por acaso os executores desse Projeto Escola não forneciam dinheiro às escolas, mas trocavam as latinhas por equipamentos (ventiladores, impressoras, computadores etc.) e utilizando-se de um discurso preconceituoso Giosa diz: “As escolas não receberiam dinheiro pela sucata de latinhas, pois a chance de utilização para outros fins ou mesmo mau uso eram evidentes” (2010, p.45). Em outra página de seu livro ele comenta: “[...] a maior malandragem no Brasil é ser honesto: não tem concorrência” (p.49).

dessas pessoas torna-se imprescindível para a potencialização do fluxo de materiais que resguarda a contradição da lógica abstrata da (des)valorização.

Nesse sentido, como veremos a seguir, o posicionamento empresarial que se viu anteriormente diante do poder público não parece coerente com a total independência que os patronos da produção e reciclagem de latas afirmam. Veremos mais alguns elementos que nos permitem refletir sobre a relação entre estas esferas.

Segundo o Cempre (Compromisso Empresarial Para a Reciclagem):

No dia 23 de dezembro do ano passado [2009], o governo federal publicou a Medida Provisória nº 476 que cria incentivos à reciclagem por meio de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A concessão será feita às indústrias que adquirirem resíduos sólidos para utilização como matéria-prima ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.

Certamente essa medida provisória, que hoje já não se encontra mais em vigor, continua sendo um dos clamores dos empresários como observamos na entrevista Coletiva da ABAL:

Precisamos também de um tratamento tributário justo, a lata de alumínio que tem hoje esse elevado índice de reciclagem que estamos aqui anunciando, às vezes é mais tributada do que outras embalagens que tem o índice de reciclagem inferior. **Nós achamos isso injusto** [!]. Nós não defendemos que a lata deva ter vantagens sobre qualquer outro material ou tipo de embalagem. O que nós queremos é a isonomia tributária, queremos ter a mesma tributação, o tratamento idêntico ao que as outras embalagens têm. (ABAL, 2012, Coletiva de Imprensa, grifo nosso)

Ao mesmo tempo em que pedem para o Estado não interferir, eles clamam pela mudança na tributação para que tenham melhores condições de competitividade com outras indústrias que produzem embalagens para bebidas a partir de outros materiais¹³⁴, por exemplo, a garrafa PET.

Isso nos seria suficiente pra que a lata tivesse condições de competitividade justas, necessárias pra manutenção de seu lugar no mercado e até um ganho, por menor que seja, no mercado de refrigerantes onde nós temos uma situação tão adversa pra lata de alumínio. (Idem)

¹³⁴ No mercado de refrigerantes, segundo a ABAL e a ABRALATAS, a lata de alumínio participa do mercado com 7,5% da produção de embalagens contra, aproximadamente, 80% da garrafa PET. (ABAL, ABRALATAS, 2012) Portanto, a indústria produtora de garrafas PET é a grande concorrente das demais indústrias produtoras de embalagens para refrigerantes.

E prosseguem clamando: “Pra sustentar esse índice elevado de reciclagem nós precisamos da colaboração do setor público, das políticas públicas como um todo.” (ABAL, 2012, Coletiva de Imprensa) E o representante da ABRALATAS¹³⁵ persiste comentando que até agora o governo tem assegurado a independência do setor de reciclagem de alumínio e que tem garantido que não haverá qualquer interferência do poder público no sistema de coleta “que já é tão bem estabelecido”. O que eles protestam é pela permanência da suposta independência do sistema de coleta “deles”¹³⁶ em relação ao poder público, já que os índices de reciclagem de alumínio são elevados e “em time que tá ganhando não se mexe” (Idem).

Por isso, é imprescindível, também, que os estados e municípios tenham a mesma orientação do governo federal no que se refere à **preservação** do nosso sistema de coleta, do nosso sistema de logística reversa. Por isso, os municípios e estados que tem autonomia pra legislar sobre isso, é preciso que eles também sigam a mesma estratégia que o governo federal está adotando de nos **preservar**, não interferindo de qualquer **forma em nosso sistema de logística. Nós precisamos que isso seja preservado** pra que os índices sejam **preservados** [...]. Nós tivemos o sistema desenvolvido desde 1990 **sem interferência do governo, sem qualquer subsídio, sem qualquer ajuda de quem quer que seja.** O sistema **foi vencido uma inércia inicial** por parte da indústria que **premiou** [!] inicialmente aqueles que coletavam latas, dando televisões, computadores, impressoras, etc. a partir de certo ponto isso deixou de ser necessário porque o próprio valor da lata, da sucata já era suficiente pra tocar o sistema por si só e, a partir daí, **apenas os mecanismos de mercado** asseguraram os elevados índices de reciclagem. (Idem, grifo nosso)

A preocupação dos administradores com a manutenção ou preservação da “cadeia de reciclagem” é evidente, e isso precisa ser garantido pelo Estado, que, também, a partir da mudança na tributação permitirá uma concorrência “justa” em relação à outras embalagens, segundo os empresários. Eles afirmam ao mesmo

¹³⁵ É importante salientar que as indústrias produtoras de latas de alumínio são as principais clientes da Novelis, em que esta desponta como monopólio na produção de chapas para produção de latas (produzidas com cerca de 30% de material reciclado, segundo as informações do Funcionário 2, que trabalha diretamente na área da reciclagem), ou seja, única fornecedora para tais indústrias. Assim, a relação do representante da ABAL (que é funcionário da Novelis) com o representante da ABRALATAS, ao que parece, é de plena convergência de interesses.

¹³⁶ Na prática, não há qualquer evidência de um sistema bem definido de coleta, pois maior parte da sucata de alumínio é reinserida na indústria por meio de um mecanismo não institucionalizado de catação de latinhas. Utiliza-se do discurso dos índices para tentar assegurar uma suposta cadeia formada pelo trabalho precário de catadores, mas não só. As estratégias de disseminação da coleta de latinhas e do seu preço como o maior dentre todas as embalagens de consumo em massa faz com que outras pessoas e instituições armazenem e vendam para as indústrias e sucateiros, de uma forma ou de outra mais de 70% das latinhas do país seguirá para Novelis ou para Aleris Latasa, o que nos remete ao fato de que só por meio desse monopólio é que essas indústrias podem articular tais estratégias.

tempo a total independência dessa cadeia em relação ao Estado. No entanto, como vimos anteriormente, para que a lógica da coleta fosse universalizada nos grandes centros consumidores, foi preciso a atuação conjunta dos empresários e do poder público na conformação de uma lógica posta pela necessidade de redução de custos do capital, em que a escola pública em todo seu conjunto possibilitou essa universalização.

Segundo o próprio Giosa¹³⁷:

As palestras em escolas, clubes e associações ajudaram muito na disseminação da ideia da reciclagem. **Leis estaduais** deram outro empurrão. Incentivos às cooperativas formaram o restante da onda que mudou a face da reciclagem de materiais no país. (2010, p.70)

No que se refere à Educação temos projetos e resultados suficientes para entender que o papel do ensino na conformação da consciência “ecológica” e seu conteúdo baseado numa Economia Política de crise, sugerem que o Estado além de tomar para si a função de constituir e propagar tal consciência ele já antecipa as novas formas de criminalização a serem naturalizadas, como no contexto da legalização da coleta seletiva em centenas de municípios do país¹³⁸. Esse processo de formalização estatal não revela o caráter contraditório da concorrência pelos materiais recicláveis entre as indústrias monopolistas, sucateiros, cooperativas e catadores *individuais*. Em nossa pesquisa com catadores do centro de Londrina-PR no ano de 2009, foi possível observar que a tendência à eliminação dos catadores individuais ou avulsos estava implícita nas medidas tanto do poder público local quanto nos discursos de defesa do cooperativismo na cidade. Para aqueles que

¹³⁷ Segundo esse ex-funcionário da Reynolds Latasa o ex-governador do estado de Minas Gerais no início da década de 1990, Hélio Garcia, foi quem mediu o início da implantação da primeira indústria produtora de lata de alumínio no Brasil: “Garcia conseguiu, enfim, ajudar bastante na liberação para a importação das máquinas de produzir latas de alumínio. A cidade escolhida foi Pouso Alegre [MG], pela posição equidistante de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, além de contar com outras indústrias manufatureiras e uma boa rede de escolas. As máquinas, com uns 12 anos de uso, vieram de Porto Rico.” (GIOSA, 2010, p.53) É importante ressaltar que o país ainda estava em processo de abertura aos capitais internacionais e que naquele período o monopólio da indústria de aço para embalagens dificultava a entrada de capitais concorrentes e o Estado era quem fornecia parte da matéria-prima para as indústrias via Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

¹³⁸ Segundo o CEMPRE a coleta seletiva nos municípios salta de 81 em 1994 para 766 em 2012 e isso para ABAL/ABRALATAS “Mostra que o Estado vem fazendo um papel importante, mas a educação da população vem forçando o Estado a trabalhar nesse sentido, o que é bom [!].” (ABAL, 2012, Coletiva de Imprensa) Observa-se a “intenção” dos representantes do capital em secundarizar o Estado e, no limite, colocar a “população” como detentora do saber socioambiental determinante no processo de aparente consolidação da forma da reciclagem. Adiante veremos como esse discurso vai se negando por meio do clamor da indústria de reciclagem para que o Estado faça o que eles querem, sendo que esse *fazer* e esse *querer* estão sob a determinação do processo de rotação do capital e suas figurações.

defendem o cooperativismo, os catadores avulsos deveriam se juntar aos demais, pois só a formação de um coletivo possibilitaria uma organização que desse maior poder aos catadores. Por outro lado, quando questionamos a catadora que dialogamos, Sra. Cris¹³⁹, de Pindamonhangaba-SP sobre a relação deles com os catadores individuais, ela comentou que também gostaria dessa articulação, porém ela sabe que o desejo dos catadores avulsos é ganhar mais: “eles querem dinheiro” (Sra. Cris). Como veremos no capítulo posterior, esse discurso da catadora é extremamente contraditório, pois a prática da cooperativa também segue a mesma lógica do catador avulso, a do dinheiro.

Além disso, já ocorre a formalização da disposição do lixo reciclável doméstico (Ponto de Entrega Voluntária – PEV’s), o que traria a obrigatoriedade de cada morador em dispor nos dias e horários determinados pelas prefeituras. No limite, parece bem adequado pensar sobre isso quando ouvimos nas frases imperativas do som do caminhão da coleta seletiva em Pindamonhangaba: “Coloque o lixo reciclável no portão de sua casa. Agora! Em Pinda é legal ser ecologicamente correto!” Logo, assim como em alguns países, quem não dispor corretamente seu lixo poderá sofrer as possíveis sanções previstas em lei, pois é “legal ser ecologicamente correto”. Assim, para se constituir o conceito de coleta seletiva é necessário que o trabalho realizado no interior das residências também se adéque a todo o processo, o que nos obriga, de alguma forma a se sujeitar à dominação do tempo de trabalho. Segundo o IPEA (2013):

Para obterem êxito, os programas de coleta seletiva dependem em grande medida da **separação prévia dos resíduos na fonte geradora**, evitando a presença de contaminantes nos materiais recicláveis, o que diminui os níveis de rejeitos no material coletado seletivamente, **aumentando, assim, o valor dos materiais recuperados e reduzindo os custos desta modalidade de coleta** (apud IPEA, 2011, grifo nosso).

Portanto, parte da sociedade já se ajusta aos processos aparentemente lineares da demanda do capital por matéria-prima menos custosa e toda “cadeia” se efetiva concretamente, o que para ABAL é sinal de uma “[...] rede muito bem caracterizada e muito bem estruturada.” (ABAL, 2012, Coletiva de Imprensa.) Entretanto, como já comentamos, essa aparente noção de ordem do processo de reciclagem está diretamente ligada à reposição crítica das categorias que tende a

¹³⁹ Esse é codinome que adotamos para uma das catadoras da cooperativa que visitamos em Pindamonhangaba-SP.

não manifestar seu caráter contraditoriamente precário. Mas se há a necessidade de se afirmar que a rede é “muito bem estruturada”, será que não podemos pensá-la negativamente?

Um dos objetivos dessa pesquisa foi dar algumas pistas para pensar a questão anterior. Sucateiros, catadores cooperados, catadores avulsos, garçons, empregadas doméstica, porteiros, condomínios, comerciantes e as grandes indústrias, todos concorrendo pela fração do preço dos materiais recicláveis, no limite, uma luta pelo lixo do capital! O lixo das categorias modernas! Parece claro que um monopólio é quem alcançará o sucesso nessa luta, porém, como já discutimos, o endividamento da empresa Novelis em nível mundial reflete seu “poder” de negociação de dívidas gigantescas, pois aparentemente mobiliza um quantum de capital ocioso muito grande. A luta pela reposição, consciente ou não, de categorias que só se efetivam contraditoriamente se dá nesse âmbito. O catador, na sua concorrência crítica da produção do valor, mostra que, fenomenicamente o capitalismo é, em todos os níveis, a luta por migalhas monetárias, seja lata alumínio vazia, seja crédito, ou ambos.

Além dessas formas mais objetivas do poder público intervir e constituir o processo de reciclagem da relação capital, as escolas, públicas ou privadas, seguem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, entre outros aspectos, prevê que: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e **a educação ambiental** de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.”¹⁴⁰ Assim, a escola passa obrigatoriamente a mobilizar conteúdos referentes ao meio ambiente e recursos naturais, o que inevitavelmente remeterá aos “problemas” do lixo e à reciclagem.

As formas de consciência sobre esse processo se desenvolvem a partir da constituição de fetichismo da mercadoria e não há nada de pós-moderno nisso tudo. A necessidade do equilíbrio na sociedade moderna parece que nunca foi tão gritante como nessa passagem do século XX para o XXI, dado o crescente acúmulo não de “problemas ambientais”, mas dos entraves para realização de um monstruoso acúmulo de capital financeiro. Por isso, a carência de uma “ordem material”, ou seja, um ordenamento territorial é premente, já que para escamotear o caráter abstrato dos processos sociais a objetividade material parece ter o potencial

¹⁴⁰ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>, acesso em: 11/09/2012.

de cumprir seu dever. Nunca estivemos em uma suposta encruzilhada como nos tempos de “catástrofes ambientais”. Dessa forma, “reduzir, reutilizar e reciclar” é um dos chavões da moderna e atualizada sociedade produtora de mercadorias, já que não importa o modo como as empresas e a própria sociedade se repõem, mas importante é pensar que devemos fazer a nossa parte enquanto cidadãos do capital!

4. Reciclagem categorial e a emergência dos catadores¹⁴¹ na crise do trabalho

Nas argumentações anteriores tentamos expor como a lógica autodestrutiva do capital se realiza e, ainda assim, se repõe. Nesse capítulo tentaremos desenvolver argumentos que dialoguem com a leitura de que a ficção do capital é real¹⁴². A negação do trabalho pelo capital põe a possível revelação de que, mesmo como imanente, no seu momento sintético no período da terceira revolução tecnológica, a crise do trabalho só tende a se intensificar, negando seu próprio fundamento, ou seja, a valorização vai se constituindo a partir de outras bases. De acordo com Kurz (2014, p.265):

Quando a terceira revolução industrial da microeletrônica deu por terminada a era fordista, este grau até agora mais elevado do desenvolvimento das forças produtivas alterou as condições de valorização numa dimensão qualitativamente nova.

No entanto, os números e as justificativas do aumento quantitativo da produção, que compõem o argumento da Economia Política, tornam-se insuficientes no âmbito de uma crítica categorial. Ao mesmo tempo, a alteração mencionada por Kurz

[...] não pode ser ‘comprovada’ de um modo empírico imediato, visto que o verdadeiro plano da essência do valor (o do capital global) é real, mas não pode ser traduzido directamente em números, manifestando-se empiricamente apenas na inversão, através das relações de reprodução e de concorrência dos capitalistas individuais ou na sua projeção pouco fiável. (idem)

Nossa intenção não é fazer desse argumento uma mera análise “catastrofista” ou suicida¹⁴³, mas de sinalizar que um momento de aparente

¹⁴¹ Estima-se que existam no mundo mais de 15 milhões de pessoas que vivam do descarte de embalagens do consumo, no Brasil os dados não são precisos, mas o Movimento dos Catadores estima mais 800 mil, já o IBGE constatou que quase 400 mil pessoas se declaram catadoras, o que não inclui moradores de rua e aqueles que não se consideram catadores, por exemplo, mulheres que cuidam dos seus lares e realizam essa atividade como complementação. (BENVINDO, 2010) e (IPEA, 2013).

¹⁴² Conferir Alfredo (2008a; 2010a; 2011;), Pitta (2012, pp 09-17), Kurz (1995).

¹⁴³ Mencionamos tal termo, pois em aulas do programa de pós-graduação, especificamente, na disciplina “Vida cotidiana, Espaço e Reprodução Social da Classe Trabalhadora sob o Capitalismo”, ao fazermos alusão à “matriz *a priori* da constituição fetichista” (KURZ, 2003), um colega nos apontou como “suicidas”, pois tensionamos a noção de “sujeitos sociais” e de “dominação social”. Para isso, temos um argumento preliminar: para uns o resgate do sujeito é necessário, isto devido à necessidade do sujeito objetivado de “centrar fogo” na prática, assim, a teoria se torna, como mencionou Kurz (2007), semelhante ao desconforto de uma “bexiga cheia” com “necessidade de

expansão de uma suposta racionalidade é uma figura do modo de ser do capital, em poucas palavras: a *reciclagem* como reposição categorial do capital em crise.

Ao seguirmos estritamente o argumento de Antunes (2003), Gonçalves (2006) e Burgos (2008), poderíamos reafirmar a noção de que a capacidade do capital expandir seus tentáculos e criar “novas formas” de exploração é interminável e é contra isso que deveríamos lutar. Entretanto, como tentaremos argumentar, há de se dar um “passo atrás”, se é que assim poderíamos considerar. Não é um retorno temporal ao que Marx desenvolveu em “O Capital”, mas uma compreensão metodológica sobre o fundamento e as formas de reposição categorial que asseguram a aparência de uma interminável expansão produtiva do capital¹⁴⁴. Resulta disso que se não delimitarmos a lógica de reposição categorial, ou seja, da constituição e posição de cada indivíduo (objetiva e subjetivamente) na sociedade segundo o capital, a argumentação de que o limite do capital é a *Natureza* novamente aparece como um *modus operandi* da crítica contemporânea do capitalismo¹⁴⁵.

Mas o que, afinal, a crise do trabalho e a reciclagem têm a ver com a reprodução crítica e sua nada equilibrada reposição? Ao longo de nossa pesquisa, ficaram algumas lacunas em relação ao momento da reposição fictícia da consciência sobre o trabalho. Mas não foi por acaso. Nos dois primeiros capítulos tentamos evidenciar que as categorias identitárias do capital carecem de formas de consciência que possibilitem a constituição do capital, ou seja, na continuidade e descontinuidade do processo contraditório do real. Nesse sentido, a conformação da realidade se efetiva não sem percalços, o que muitas vezes se constitui ora como uma consciência caótica e ora como necessidade de racionalização do real (planejamento, gestão de pessoas, etc.). Mostramos, assim, que a extrema necessidade do equilíbrio se faz presente ante ao quase absoluto desequilíbrio do

urinar”. Refletir sobre o aprisionamento em que o capital nos põe e tensioná-lo com a concretude é uma coisa, mas partir de um apriorismo de que sermos sujeitados não tem a ver com a lógica imanente do capital é outra. Preferimos ao suposto desânimo de problematizar esse aprisionamento do que o conforto de uma busca ilusória de uma superação do capital sem reconhecer que as categorias modernas são inteligíveis para compreender o próprio moderno.

¹⁴⁴ A essa noção de não finitude do capital é que deveríamos atribuir como “desanimadora”, portanto, que poderia justificar um pensamento suicida!

¹⁴⁵ Aqui inserimos, principalmente, a supostamente renovada crítica do “marxismo ecológico” ao capitalismo. Ver o sítio Marxismo Ecológico, disponível em: <<http://www.marxismoecologico.blogspot.com.br/>>.

capital para com ele mesmo, dado o processo de desfundamentação do próprio capital em seu momento, predominantemente, fictício:

[...] o indivíduo, ou melhor, a consciência individual, se faz enquanto tal no desenvolver da forma crítica da reprodução do capital. Na ficcionalização substancial do capital, a sua forma de ser enquanto indivíduo é uma consciência invertida ao processo ficcionalizado e, portanto, fetichista. Tal processo, ao ser **a dessubstancialização do valor tem de aparecer invertidamente na subjetividade individual moderna como produção de valor**, isto, aliás, é ser indivíduo em sua contraposição ilusória ao social. Não somente porque, caso contrário, não se faz sentido falar em ficção, afinal, a noção de capital fictício remete, necessariamente, a uma dimensão da consciência para que o mesmo se efetive enquanto tal. Mas especialmente porque **esta ficção se lhe permite mover a reprodução do capital sob a égide de seu conceito ainda que lhe falte a substancialidade que dá fundamento às categorias que o formam**. (ALFREDO, 2010a, p.54, grifo nosso)

Esse é fundamentalmente nosso ponto de partida na continuidade de nossas reflexões. Pois, ao longo de nossas leituras, ponderações e observações empíricas, verificamos a extrema pertinência de problematizar a materialidade do trabalho enquanto fetiche da metafísica social posta enquanto tempo social, pois fica evidente na maioria dos autores por nós analisados que o trabalho é da *natureza do humano*, especificamente o trabalho concreto. Assim, sugerimos a questão de Alfredo: “Neste aspecto, que dizer da substancialidade de um pensamento crítico? A própria ação prática não se configuraria como a resultante teórica de uma sociedade ficcionalizada em seus fundamentos?” (ALFREDO, 2010a, p.54)

E o trabalho dos catadores aparece como?

Uma das teses que se referem ao trabalho dos catadores é a de Rosalina Burgos (2008). Em sua pesquisa, a autora, já comentada anteriormente em nossa investigação, faz uma significativa constatação da relação estabelecida entre catadores, intermediários e empresários industriais. Segundo ela, a origem do valor do lixo não surge na esfera da circulação, mas na indústria, isto porque ainda vê na esfera industrial a estrita produtividade do capital:

Em primeiro lugar, na análise sobre **a origem do capital comercial** que se forma no nível dos comerciantes de recicláveis, deve se compreender que o mesmo não forma-se na esfera da circulação, mas **provém da indústria** que demanda e compra os materiais recicláveis. Seja como matérias-primas de seus próprios processos produtivos, seja para transformá-los em novas matérias-primas para outras indústrias dos mais diversos ramos. **Aí está um ponto de inflexão que aponta para outra perspectiva de análise do trabalho do catador**. (Idem, 2008, p.71, grifo nosso)

Há importantes momentos da reflexão sobre o objeto a ser estudado que podem ser analisados dependendo da própria constituição do pensamento do pesquisador ou dos participantes no processo. Assim, sabemos que há uma ideia de que o capital se forma e se resolve na circulação. Este é o caso, por exemplo, dos representantes das empresas que produzem e que reciclam latas de alumínio que se fundamentam no pensamento da Economia Política. Na entrevista coletiva já citada, tais representantes relataram que o “valor” da sucata de alumínio depende dos “mecanismos de mercado”¹⁴⁶. De fato, não rejeitamos a relação entre a circulação e a produção de capital. Mas os nexos não são meramente formais, mas se constituem numa relação de necessidade.

No caso da passagem de Burgos (2008), pensamos que há uma limitação no plano da análise do conjunto do capital. Ela, ao pretender fazer a crítica à exploração do trabalho do catador assim como Gonçalves (2006), imputa à indústria tal função. Mas, ainda que ela afirme que seja o ponto de inflexão de sua análise, o reconhecimento da reprodução capital como ligada originariamente à indústria não revela algo que estamos, nessa pesquisa, tentando expor: a *ficcionalização do real*. Portanto, onde estaria a fantasmagoria do capital fictício?

Vimos em nossas análises nessa investigação que a reprodução da própria indústria de reciclagem é, possivelmente, periclitante, na maioria dos casos¹⁴⁷. Isso decorre não de fatores restritos à circulação ou à produção de capital. A relação entre ambas é o que pode nos fornecer “pistas” da reprodução crítica, visto que a estrondosa sobre-acumulação de capital fictício que se realiza pelo crédito apresenta-se como momento definitivo e irreversível (KURZ, 1995) do capitalismo contemporâneo¹⁴⁸, isto sob uma análise do movimento global do capital e não limitado à esfera das empresas particulares.

¹⁴⁶ “Coletiva de imprensa – índice de Reciclagem de latas de alumínio para bebidas – 2012”, Disponível em: <http://www.abal.org.br/noticias/lista_noticia.asp?id=1026>. Acesso em: 17/03/2013.

¹⁴⁷ Além dos estudos sobre a empresa Novelis, tivemos conversas com um funcionário de um receptor de alumínio (Sucateiro) e o ex-sócio de outra pequena empresa de reciclagem de plástico EM São José dos Campos - SP. Nesse último caso, já verificamos a presença determinante de dívidas, capital constante ocioso e a dificuldade de inserção em um mercado de grande concorrência. Conferir Apêndice A dessa pesquisa. Ver, também, o caso da Aleris, empresa do ramo de reciclagem de latinhas de alumínio: “A crise financeira e econômica mundial [de 2008] forçou a recicladora e fabricante de produtos transformados de alumínio Aleris a pedir concordata de suas operações nos Estados Unidos [...]”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>>, acesso em: 23/01/2012.

¹⁴⁸ Para uma análise mais aprofundada desse momento marcante do capital fictício ver o texto de Robert Kurz (1995) “Ascensão do dinheiro aos céus” e o recente livro publicado postumamente

Porém, outro nexos do processo de constituição da reciclagem é o catador de recicláveis que se mantém quase que plenamente no nível prático da reprodução capitalista¹⁴⁹ e do qual muito se tem falado a respeito de seu trabalho, sua importância e desafios. Vejamos, portanto, algumas argumentações referentes à constituição do catador enquanto trabalhador sobrando, e assim verificar se há algum nexo que explique tal situação.

É tão “palpável” o movimento do trabalhador catador na realidade, que sua condição precarizada na sociedade é vista, algumas vezes, como uma estrita rejeição:

Vejamos, trata-se de um exército de desempregados lançados à catação dos materiais recicláveis que, histórica e culturalmente, são descartados enquanto resíduos da sociedade de consumo, numa só palavra: lixo. (BURGOS, 2008, p.72)

A condição de “resíduo humano” não aparece por acaso, mas alguns críticos do estranhamento e da precarização do trabalho insistem na não problematização do trabalho concreto enquanto representação da reposição negativa das categorias do capital. Concordamos que haja uma lógica que repele essas pessoas da produção e do consumo, mas não só. Todo indivíduo está sujeito à essa lógica e, como afirmou Burgos, o histórico de cada um ajuda explicar a inserção dessas pessoas na coleta de recicláveis. No entanto, apontar a negatividade como perda ou falta de oportunidade não ajuda explicar a generalização da improdutividade do capital como um todo.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o número de pessoas não “absorvidas” pelo capital produtivo e nem pelo setor de serviços – dado a produtividade potencializada também nesse setor (MANDEL, 1985), relegados aos serviços mais fenomenicamente degradantes da sociedade, separar o lixo, por exemplo – tende a aumentar. Assim, a passagem da acumulação sobre bases produtivas ao movimento fetichistamente autônomo do crédito, ao financiar as

desse mesmo autor: “Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.” (2014)

¹⁴⁹ Importa-nos ressaltar que apesar da universalidade do trabalho do catador aparecer enquanto plenamente prático ou em nível material, as formas abstratas impostas pelo desenvolvimento das forças produtivas, que se constituem contraditoriamente, já se apresentam no cotidiano desses indivíduos, pois as exigências de “melhorias” na produtividade desse trabalho são cada vez maiores. Nas cooperativas, por exemplo, é comum ouvi-los falar de aperfeiçoamento técnico, investimento em gestão do negócio e maquinaria. Nesse sentido, a abstração do trabalho constitui a determinação de ambos os momentos, material e não-material (sendo ambos uma abstração).

empresas para que atuem de forma competitiva no mercado, estimula não só a produção monstruosa de bens e serviços, mas de pessoas desnecessárias à produção, ou seja, “não rentáveis” (KURZ, 2003).

Entretanto, como constatados em outras pesquisas: Legaspe (1996), Gonçalves (2006), Bosi (2007), Burgos (2008), inclusive a desenvolvida por nós, Lacerda (2009), não fica evidente que a reprodução do capital em crise, por meio da reposição categorial da lógica do trabalho, se faz através da inclusão desses indivíduos “não-rentáveis” enquanto uma positividade que a razão empreendedora traz em si. Além disso, tal positividade só se efetiva mediante um processo crítico de negação do próprio trabalho, em que idosos, analfabetos, mulheres, mas também, jovens sem qualificação profissional, alguns deles dependentes químicos, deficientes físicos e pessoas com dificuldades no aprendizado escolar, constituídos enquanto “sem-emprego e sem-formação”, além de obrigados a conviver diariamente com a lógica destruidora do tempo do trabalho¹⁵⁰ e das desgastantes atividades que um catador de lixo pode realizar, essas pessoas carecem desenvolver em seu pensamento e no interior de coletivos, como as cooperativas e associações, uma “vontade maior” por aquilo que estão fazendo, pautando suas práticas em ideologias das mais “belas intenções”, seja de coloração verde, vermelha ou azul. Para os empresários do lixo, a nobreza desses trabalhadores está no conjunto de benefícios que trazem pra toda sociedade¹⁵¹!

¹⁵⁰ Sabe-se das tensões que constituem o próprio trabalho dito formal, ver o caso da mulher que morreu após 3 dias de trabalho consumindo energéticos na Indonésia, disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/mulher-morre-ap%C3%B3s-trabalhar-tr%C3%AAs-dias-seguidos-184921506.html>>, acesso: 18/12/13, ou do estagiário de 21 anos que trabalhava numa instituição financeira em Londres que também morreu por “overwork” ou Karoshi como é conhecido no Japão a morte por excesso de trabalho, em notícia de agosto de 2013, disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/apos-virar-noites-trabalhando-estagiario-morre-em-londres>>. Mas não precisamos ir a outros países para observar esses fatos, basta observar os casos de “morte súbita” entre cortadores de cana no interior do estado de São Paulo. No Brasil, cerca de 20% dos professores se afastam do trabalho por conta do stress, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores, disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/01/cresce-numero-de-professores-afastados-por-problemas-psicologicos.html>>, acesso em: 23/01/2013.

¹⁵¹ O representante do setor de reciclagem da Novelis, em conversa por telefone em janeiro de 2012, comentou que a importância dos catadores de latinhas tende a diminuir frente à concorrência com outros trabalhadores que necessitam desse tipo de coleta para complementar a renda e à tendência que a “classe média” vem apresentando no âmbito de uma consciência ecológica e contribuindo diretamente com a “logística reversa da latinha de alumínio”. Quando questionamos sobre o futuro dos catadores ele disse: “eles estão ‘ferrados’ [essa palavra substitui uma palavra obscena], pois a tendência são as pessoas entregarem diretamente nos postos de coleta e outros trabalhadores recolherem antes que os catadores colem.” Nesse sentido, o próprio discurso na Entrevista Coletiva de que os catadores são parceiros da indústria de reciclagem é uma tentativa de esconder que desenvolvimento das forças produtivas, que expelle o trabalho concreto de imediato, trará consequências ainda mais severas àqueles que estão no limite da sobrevivência.

Não é nenhuma descoberta dessa pesquisa constatar o nível de precariedade que se vive um catador de recicláveis, pois outras investigações já desenvolveram, de alguma forma, essa problemática: “Com tamanha exploração, é que no século XXI, na porta de uma festa eletrônica [...] se pode encontrar um catador de lata de alumínio que já tinha sido de tudo na vida, até escravo e por duas vezes¹⁵²”. (LIMA, 2007, p.171)

Paulo, nome fictício, já havia sido encontrado em outra ação do Ministério do Trabalho na mesma região, em 2003. Devido a gravidade da sua história, procuramos a Secretaria de Combate ao Trabalho Escravo em que de fato consta nos seus registros esse trabalhador. Em 2003, tratava-se de uma fazenda de soja e junto de Paulo, haviam mais 258 pessoas trabalhando em condições degradantes. Em 2006, haviam 156 trabalhadores, em fazenda que plantava algodão, milho e soja, e que dispunha até de avião para a distribuição de agrotóxicos e defensivos agrícolas. Paulo nos disse que é comum juntar muitos trabalhadores para desmatar a região. A Secretaria de Inspeção do Trabalho e de Combate ao Trabalho Escravo foi criada apenas em 1995, e não existem programas específicos para os trabalhadores que saem de situação de trabalho degradante, o que, pelo caso de Paulo, voltam para a mesma condição ou se dirigem para a cidade para viver na rua e coletar tudo dela, inclusive, lata de alumínio. (nota 145, Idem)

Em Londrina-PR, na pesquisa que realizamos com catadores do centro da cidade encontramos, também, pessoas que viviam em condições de vida consideradas indignas e que vinham de um processo de mobilização do trabalho em que foram expulsos do campo e, entre outros aspectos, devido a formação escolar insuficiente¹⁵³ foram viver da coleta de materiais recicláveis. Dos treze catadores entrevistados, dez viveram grande parte de suas vidas no meio rural e tinham dificuldades de conseguirem outros empregos pois a concorrência era grande. (LACERDA, 2009)

Além dessas formas de miséria do trabalho – mobilidade campo-cidade, trabalho nos lixões (GONÇALVES, 2006), co-determinação da baixa escolaridade, concorrência pelo lixo etc. – veremos adiante que, ainda que persistam formas precárias de realização do tempo social, esta abstração cria no interior das organizações desses trabalhadores formas de gestão do negócio, portanto, do

¹⁵² A autora faz um relato sobre um catador de latinhas que encontrou na porta de um grande evento em Brasília-DF no ano de 2007.

¹⁵³ Sabemos a formação escolar em si não explica a não inserção de catadores no mercado de trabalho mais competitivo, mas fenomenicamente ajuda entender que essa categoria (escolarização) permeia a prática e a teoria sobre a atividade de coleta de recicláveis.

trabalho, que aparecem como melhorias nas condições e possibilidades do empreendimento e tentam não revelar que a gestão empreendedora está associada, também, ao controle social dos trabalhadores sobretantes¹⁵⁴ e a formas de inserção no ciclo “ficcioso”, ou seja, na reprodução fictícia do capital.

A “vontade maior” de trabalho coletivo, que comentamos anteriormente, constitui-se para dar o sentido positivo do trabalho e é isto que reparamos nas conversas com as catadoras da cooperativa que visitamos em Pindamonhangaba-SP. Em uma de nossas idas no início do ano de 2014, notamos a situação real dessas trabalhadoras no chão de uma cooperativa. Assim como já tínhamos observado em outra visita que fizemos à uma cooperativa na cidade de São Paulo, em outras pesquisas sobre cooperativas e conversas com pessoas ligadas a esses empreendimentos, as condições de trabalho causam certo incômodo. Porém, não só pelo fato dessas pessoas conviverem com o cheiro, a sujeira, e o perigo de qualquer acidente e contaminação, mas também, pela estrutura ideológica e ilusoriamente necessária a reposição dos pressupostos da sociedade de trabalho nessas condições.

Outros elementos constituintes das relações no âmbito das cooperativas foram possíveis analisar, como a formação das chamadas Redes de cooperativas e importância do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR). Além disso, a presença marcante de mulheres¹⁵⁵ no trabalho nas cooperativas nos possibilitou pensar outras mediações desse trabalho cooperativo do ponto de vista da divisão de gênero, ou ainda, sob uma abordagem menos androcêntrica¹⁵⁶.

A cooperativa que visitamos existe desde 2009 e iniciou como um projeto de assistência às famílias que não tinham condições mínimas de sobrevivência (alimentação). O padre da igreja do bairro incentivou as pessoas que a

¹⁵⁴ Trabalhadores sobretantes, sem-emprego e sem-formação, são expressões que ajudam um pouco a não definir conceitualmente, mas expressar o contexto em que os indivíduos que não possuem minimamente os requisitos básicos para concorrência no mercado de força de trabalho, passam a representar o lixo humano, aqueles que são dispensados, enquanto nós, profissionalizados, digladiamos para mantermos níveis mínimos de consumo.

¹⁵⁵ De acordo com o Ipea (2013) quase um terço das pessoas que exercem essa atividade é composto por mulheres, no caso das cooperativas esse número é maior, passando da metade, isso porque parte significativa não se declara catadora.

¹⁵⁶ Cabe ressaltar que nosso pouco conhecimento sobre as discussões da “teoria da dissociação-valor” não permitiu uma ampliação do debate para o âmbito dos grupos que dialogam com ela. Entretanto, dado o contato com amigos do curso de pós-graduação tal perspectiva pôde nos trazer mais elementos sobre o conteúdo de relações aparentemente restritas à lógica em si. Ver o sítio e que se encontra texto da autora que discute sobre o tema, Roswitha Scholz, <<http://obeco.planetaclix.pt/>>.

frequentavam a coletar e separar os materiais recicláveis em uma área reservada para esse fim. A igreja arrecadava dinheiro, preparava as cestas básicas e distribuía às pessoas que trabalhavam na coleta e separação desses materiais. Naquele período a região que envolvia parte significativa do distrito de Moreira Cesar em Pindamonhangaba contava com cerca de 60 catadores que faziam a coleta até três vezes por semana em troca da cesta básica fornecida pela paróquia. Depois de certo tempo o padre estimulou a criação de uma associação de catadores, a fim de possibilitar uma maior “independência” desses trabalhadores em relação à assistência da igreja¹⁵⁷. Para tanto, ele estabeleceu contato com o Movimento dos Catadores, que, por meio de seus representantes, orientaram aqueles que estavam envolvidos com essa atividade, estabelecendo-se a partir daí enquanto cooperativa. Deram cursos de cooperativismo e em meio a esse processo a nossa interlocutora (Sra. Cris) comentou que a dispersão dos catadores pelo distrito de Moreira Cesar era grande. Essas pessoas, por volta de sessenta catadores, não concentravam o trabalho de coleta e seleção, o que tornava a função da cooperativa mais problemática, segundo a representante da cooperativa.

Eu fiz a reunião, também, com o padre e com todos os cooperados, com todos os catadores que catavam, que eram [dos bairros] Pasim, Mantiqueira, todos os bairros ao redor daqui¹⁵⁸. [...] Não concentravam, cada um fazia no seu bairro e o dinheiro ia para paróquia e a paróquia refletia em cesta básica. Era cada um no seu bairro [...], mas daí eu falei para o padre que o ideal era que concentrasse tudo aqui [no atual espaço da cooperativa], por que senão eu ia ficar doidinha. Os catadores trabalhavam três vezes por semana só pela cesta-básica. (Sra. Cris)

Com o processo de constituição da cooperativa os catadores que não aceitaram trabalhar todos os dias da semana foram se desligando de alguma forma. Uns iam e depois, quando a necessidade pela cesta básica aumentava, voltavam a frequentar a cooperativa. Com isso, a partir dos cursos de aperfeiçoamento em cooperativismo a líder das catadoras foi planejando as “normas” de conduta (aprovadas coletivamente em assembleia) para que todos os trabalhadores seguissem os mesmos princípios. Um deles é que os cooperados só podem sair da cooperativa até três vezes. Assim, parte significativa dos catadores não retornava

¹⁵⁷ Relato da Sra. Cris - Cooperada.

¹⁵⁸ Esses bairros pertencem ao Distrito de Moreira Cesar, situado no município de Pindamonhangaba-SP.

mais. Alguns deles ainda são catadores, mas atuam como “avulsos” (de forma individual), de acordo com as informações da Sra. Cris.

Para alguns catadores avulsos, trabalhar sem vínculo formal a um empreendimento os torna independentes de compromissos com horários e prestação de contas, como comentou um catador que conversamos próximo à área central de Pindamonhangaba bem como na pesquisa realizada em Londrina-PR (LACERDA, 2009). Outro senhor de Pindamonhangaba-SP, que atua sem vínculos, também comentou que prefere trabalhar sozinho, pois faz a separação em casa e já tem os pontos certos para coletar. O Sr. Zé tem 42 anos, nasceu em São Vicente-SP, mas morou muito tempo no Rio de Janeiro - RJ, ainda que não soubesse dizer por quanto tempo. No período que morou no Rio trabalhava na construção civil (em grandes obras), era casado e não tinha filhos. Ele comentou que tinha problemas com o alcoolismo, desenvolveu uma doença no intestino e precisou se afastar do trabalho. Para poder se manter começou trabalhar na limpeza de transporte coletivo (ônibus). O problema com o alcoolismo e as brigas com a esposa fora determinantes para que fosse mandado embora desse emprego e no fim do casamento, foi quando mudou-se de lá. Há mais de dez anos faz coleta porta a porta no bairro Parque São Domingos na cidade de Pindamonhangaba-SP. Algumas pessoas ajudam ele e sua mãe com doações de roupas e alimentos, além de receber dos depósitos de sucata pela quantia que coletam nas ruas. Ele mora com sua mãe em uma casa pequena que tem um quintal no qual fazem a separação e armazenagem do material coletado. Sua mãe também é catadora, recebe um salário mínimo de aposentadoria e tem 60 anos. Ele possui três carrinhos de coleta, sendo um deles construído por um amigo “ferreiro”, que inclusive o ajudou na cobertura do quintal para que quando chovesse ele não precisasse parar o trabalho e que o material não molhasse. É importante ressaltar que ambos (mãe e filho) não possuem escolaridade alguma, inclusive o Sr. Zé comentou que: “não tenho estudo, não tenho nada, escrevo meu nome todo, porque aprendi com uma baiana em casa, mas não sei qual letra começa”. Ele nos disse que “veio uma senhora em casa chamar eu e minha mãe” para participar da EJA (Educação de Jovens e Adultos) na escola que fica a poucos metros de sua casa, mas ele ainda não se sente a vontade em ir. (Sr. Zé)

Na ocasião em que conversamos com o senhor Zé pela primeira vez (abril de 2014) observamos que as condições de vida são muito precárias do ponto de vista

material, visto, também, que a sobrevivência de sua família depende de doações. Este senhor trabalha na catação cinco dias por semana, de segunda à quarta-feira ele sai para coletar nas ruas; é importante ressaltar que todas as quartas-feiras o “caminhão da reciclagem¹⁵⁹” passa coletando no bairro que ele mora, e, ao que parece ele se antecipa ao caminhão percorrendo ruas do bairro para coletar o material deixado pelas pessoas. Ele afirmou que “algumas pessoas não deixam [o material reciclável] todo dia, preferem deixar no dia que passa o caminhão, daí eu saio de manhã cedo”. (Sr. Zé) Nas quintas e sextas-feiras ele separa o material em casa para levar ao depósito de sucata. É comum aos sábados, também, vê-lo separando o material em sua casa. Ao questioná-lo sobre o conhecimento de alguma associação ou cooperativa ele disse que não sabia, mas que não se vincularia, pois já está estabelecido dessa forma.

A chance de serem mais remunerados enquanto avulsos (individuais), para alguns deles, é maior, pois nessa condição recebem pela quantidade de materiais coletados, ao contrário da cooperativa onde recebem por tempo de trabalho, segundo a própria cooperada Sra. Cris. Ela também comentou sobre a dificuldade não só de “trazer os catadores avulsos para cooperativa”, mas também de articular-se com outras cooperativas. Daí o estímulo de alguns programas governamentais para atender essa demanda.

Foi comentado por essa mesma catadora que o processo de constituição de uma Rede¹⁶⁰ de cooperativas do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo, estaria em fase de consumação. Ela nos explicou que as redes têm como objetivo fortalecer as unidades em si, mas também, proporcionar ao grupo de catadores a ela vinculados uma maior estrutura frente aos grandes depósitos e com maior poder de negociação com as indústrias e prefeituras. Para nós, fica evidente a presença da concorrência (o que em momento algum foi negado pela nossa interlocutora), pois em seus próprios termos, o cooperativismo e a formação das Redes “faz com que a gente se prepare para fornecer diretamente à indústria ou ter um maior poder de negociação dos preços com os grandes [depósitos]” (Sra. Cris).

¹⁵⁹ Caminhão da reciclagem é o nome que é dado ao veículo que passa uma vez por semana em alguns bairros de Pindamonhangaba recolhendo materiais recicláveis. Ele passa com um alto-falante chamando atenção dos moradores para colocar o lixo reciclável no portão de suas casas. A empresa que faz a coleta de recicláveis é a Pioneira, a mesma que coleta o lixo comum, não reciclável.

¹⁶⁰ O incentivo à formação de Redes é a forma jurídica que o Estado encontrou para poder fazer circular o capital financeiro que veio ser despendido nas cooperativas, ver nota seguinte.

Nesse sentido, não só o Estado teria encontrado uma mediação jurídica necessária para fazer circular, ainda que a “fundo perdido”, o capital financeiro, mas simultaneamente os próprios grandes depósitos revendedores de materiais para as indústrias e, principalmente estas últimas encontram na formalização a saída para realizar suas propagandas sobre o estímulo ao desenvolvimento socioambiental, imprimindo os selos de qualidade que de alguma forma facilitam a rotação do capital. Assim, o discurso sobre a formação de lideranças, a promoção da qualificação profissional, a inclusão social, digital e a capacitação ambiental, tornam mediações necessárias à reposição da forma social e sua dominação abstrata.

Parte significativa das pessoas que trabalham nesta cooperativa, são mulheres, cerca de vinte, e apenas três são homens (um deles é o motorista do caminhão e outro é filho de uma das catadoras). Esse dado nos chamou a atenção e tendo acesso ao material que a Sra. Cris nos forneceu sobre o programa do governo federal de fortalecimento do associativismo e das cooperativas¹⁶¹, observamos que das 32 redes catalogadas em todo país, apenas uma tem mais homens do que mulheres, no Rio Grande do Norte com 162 homens e 161 mulheres, as demais o número de mulheres supera o de homens.

A grande presença feminina nas cooperativas pode ser reveladora de um processo de cisão em que o capital fictício em seu momento “desesperador” de reprodução carece incorporar esse feminino segundo suas exigências. Tais exigências (ou necessidades?) podem estar vinculadas à reposição do patriarcado no momento de uma crise categorial sem precedentes. No entanto, este patriarcado não se realiza de modo linear e fechado, mas se repõe a partir de outras figuras, ou de uma complexa mudança de personificações no processo de reprodução social. Mudar a forma pode não significar uma mudança essencial do conteúdo e mesmo em sua lógica. O histórico dessas mulheres nos mostra que a realidade, enquanto trabalhadoras cooperadas foi se constituindo devido à sua tensão com o processo de (des)valorização, mas não só.

¹⁶¹ “O Programa Cataforte teve início em 2007 visando o fortalecimento das organizações sociais e produtivas, das suas formas de autogestão e dos empreendimentos econômicos solidários. São R\$ 200 milhões para estruturar, qualificar e equipar as cooperativas de catadores, para que estas se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa e realizar conjuntamente a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis.” Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/12/programa-cataforte-e-destaque-em-evento>>, acesso em: 10/02/2014.

A Sra. Maria, também cooperada, tem 50 anos, nascida em Fortaleza-CE, onde trabalhou numa confeitaria. Estudou até a quarta série, é casada e tem quatro filhos sendo que uma filha de 21 anos mora com ela o marido mais dois netos, no CDHU¹⁶², área onde se localiza a cooperativa. Mora em Pindamonhangaba há 14 anos, mas viveu por um tempo na baixada santista (litoral Sul do estado de São Paulo), trabalhando em pousadas como “camareira” e empregada doméstica: “eu comecei a trabalhar aqui porque eu estava precisando muito” (Sra. Maria). Antes de ser catadora trabalhava como ajudante de cozinha no centro da cidade de Pindamonhangaba, mas saiu desse serviço porque teve um problema de saúde na coluna, ficou mais de um ano afastada pelo INSS¹⁶³, depois disso ficou cerca de dois ou três anos sem trabalho assalariado. Uma amiga indicou o projeto que a igreja fazia com coleta de recicláveis, eles trabalhavam três vezes por semana e não recebiam salário, somente uma cesta básica. Quem trabalhava cedo não precisava trabalhar à tarde. “Trabalhava segunda, quarta e sexta e quem trabalhava no período da manhã não trabalhava no período da tarde. Não é que nem hoje, hoje a gente trabalha as oito horas, ‘né’?. Entro as sete, saio as onze, aí tenho duas horas de almoço, aí volto a uma [13 horas] e saio as cinco [da tarde]. A gente tem que cumprir certinho esse horário. De segunda à quinta saio pra coletar na rua, só na sexta e no sábado que eu fico dia inteiro aqui dentro.” (Sra. Maria)

Quando questionada sobre o que a levou a ingressar nessa atividade ela comenta que

O que aconteceu é que meu marido trabalhava na fábrica [em Pindamonhangaba] e começou a ficar doente, ter convulsão, ele era terceirizado, não sabe? Daí o patrão dele sumiu e a gente tava numa situação financeira muito ruim mesmo e aí foi a minha irmã, ela é da igreja católica, ela pegou e falou pra mim ‘porque você não vai trabalhar na reciclagem? Daí eu falo com uma das coordenadoras de lá’. E aí ela pegou e falou com ela [uma das coordenadoras do projeto] e ela falou que eu podia vir trabalhar aqui, só que na época a gente só pegava a cesta básica, não tinha dinheiro na época, pegava só a cesta, ainda hoje a gente continua pegando a cesta, só que agora nós temos a cesta e temos o dinheiro [da venda dos materiais]. Foi por isso que eu vim, pela necessidade mesmo. (Sra. Maria)

¹⁶² Área que é assim chamada porque foi financiada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

¹⁶³ Instituto Nacional de Seguro Social.

O salário delas está em torno de 500 reais, às vezes chegando a 600 reais (o que é raro segundo a própria trabalhadora). Essa remuneração diz muito do perfil dessa atividade laboral, pois, em geral, a remuneração dos catadores não passa disso. Segundo a Sra. Maria, “eles [a igreja] continuam dando a cesta [básica], porque acham que o dinheiro ainda é pouco, daí eles ajudam na cesta, a cesta ajuda bastante.”

No que se refere a renda média de um catador, segundo os levantamentos de Freitas e Fonseca (2011), o salário aproximado de R\$ 500,00 não ultrapassava o mínimo do ano de 2010. Na cooperativa que visitamos no início de 2014, a renda média dos cooperados não ultrapassa os R\$ 600,00. Isto revela que a renda de um catador continua não excedendo o salário mínimo que é de R\$724,00. Nesse sentido, afirmar que a maior porção do preço dos materiais fica para os catadores é um disparate sem fundamento qualquer, quando se sabe que a família de muitas destas pessoas sobrevivem na maior parte dos casos somente dessa renda¹⁶⁴.

Sobre a cooperativa ela comentou que participa das reuniões que são realizadas todo mês e dos cursos quando vem alguma pessoa para ministrar, por exemplo, o rapaz que a Gerdau pagou para prestar assessoria administrativa. Duas profissionais que estão indo nesses últimos dias que visitamos, uma para atendimento psicológico e outra que fala sobre os materiais recicláveis. Segundo ela, esses cursos ajudam a melhorar o serviço. Sobre o atendimento psicológico, a Sra. Cris comentou que

Era para ajudar na auto-estima das colegas, aqui tem muita história de pessoas que apanham em casa, de drogas, coisas difíceis e esse atendimento ajuda muito, lá em casa eu já disse pro meu marido que se ele colocar uma gota de cachaça na boca ela pode arrumar as malas.

A Sra. Maria nos contou que saiu de Fortaleza-CE em busca de melhores condições de vida. A princípio ela foi para baixada santista por que tem uma irmã que já estava lá. Mas resolveu se mudar por conta do alto custo de vida nas cidades litorâneas. “Aí eu tenho uma irmã que mora aqui em ‘Pinda’ e ela falou pra gente vir pra cá e a gente veio”. Questionada se foi por conta da facilidade de trabalhar que ela foi para Pindamonhangaba ela respondeu que sim. Interessante é o processo de mobilidade do trabalho que retira as pessoas de um contexto a fim de inseri-las em

¹⁶⁴ Tal afirmação foi feita pelo representante do setor de reciclagem da ABAL. (ABAL, 2012a)

situações, talvez, mais precárias, ou não, mas que modifica significativamente suas vidas. Posto nesse âmbito, a crise vai se disfarçando de possibilidades, até “encontrar”, ou melhor, constituir um momento concreto de realização dessas possibilidades negativas. Mulheres, idosos, deficientes, homens sem qualificação, atendendo a uma suposta demanda do capital produtivo, tal produtividade não seria tão ilusória quanto a perspectiva de melhores condições de vida?

Ser mulher, com baixa escolaridade, e muitas vezes sem o vigor físico da juventude, e, ao mesmo tempo, tendo que lidar com as adversidades da forma família, mobiliza essas pessoas a uma sobrevivência, como tantas outras, contraditória. Para a versão “otimista” da interpretação dessa realidade, fica claro que o histórico de lutas dessas mulheres as levou ao *empreendedorismo*, ou melhor, à forma empreendedora e que, portanto, vem possibilitando a chamada independência feminina. Mas quando nos voltamos à relação com a reprodução crítica do capital, tal interpretação revela seu momento enquanto forma de consciência, ou seja, o empreendedorismo aparece enquanto mediação jurídico/social necessária, subjetiva e objetiva. É por meio de programas de empreendedorismo¹⁶⁵ que os catadores, nesse contexto, almejam algum acesso aos meios necessários para se estruturar no mercado concorrencial. Nas palavras da catadora:

Na época elas [a Gerdau, via representante do departamento social] colocaram aqui um moço pra ajudar a gente, ele vinha duas vezes por semana, que é da Aliança Empreendedora, pra ensinar como fazer a gestão da cooperativa, aprendi bastante com ele, ele ficou dois anos aqui. A gente vai procurando aprender né, porque a gente nunca sabe, eu aprendi muito com a cooperativa e graças a Deus a cooperativa tá conseguindo caminhar. Agora as empresas estão procurando a gente, antes a gente corria atrás pra conseguir doação de alguma coisa, agora eles vêm atrás pra gente ta indo pegar material, fazendo uma parceria. (Sra. Cris)

A necessidade de uma inserção empresarial é evidente, a lógica do mercado se explicita se apropriando concretamente da vida de pessoas que teriam poucas chances para se estabelecer enquanto cidadãos do mundo do dinheiro. Assim, a

¹⁶⁵ “Um dos principais projetos socioambientais voltados aos catadores de materiais recicláveis na América Latina é a Iniciativa Regional para a Reciclagem Inclusiva, promovida pela Fundação Avina em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Coca-Cola. A parceria busca integrar os catadores informais ao mercado formal da reciclagem, por meio do fortalecimento e articulação de seus organizadores com atores dos setores público e privado.” Fonte: <<http://www.sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Not%C3%ADcias/Catadores-de-recicl%C3%A1veis:-como-seriam-as-cidades-sem-eles%3F>>, acesso em:24/04/2013.

pessoa que não se encontra em condições ideais de inserção e mobilização para o trabalho formal, aparece, hoje, potencialmente como um empresário individual ou coletivo. A notável exposição de Burgos (2008, p.62) nos traz outra contribuição nesse aspecto:

No bojo das interpretações que evitam associar o catador a um trabalhador implicado pela indústria, encontra-se ainda a noção e o discurso do empreendedorismo, no processo de formação das cooperativas de catadores. Esta noção é frequentemente utilizada para definir o trabalho de catação, no contexto da chamada ‘economia solidária’ que, contraditoriamente, apresenta-se como válvula de escape para as mazelas do neo-liberalismo. Aqui, **o catador é associado a um empreendedor, em vias de alcançar sucesso com seu ‘empreendimento’**, neste caso, a cooperativa. Esta é a visão difundida pelo SEBRAE. (BURGOS, 2008, p.62, grifo nosso)

Apesar do pensamento ainda compenetrado da autora no estabelecimento do nexos entre trabalho concreto do catador e a produtividade da indústria¹⁶⁶, assim como Burgos, compreendemos que a formação da consciência empreendedora no âmbito de uma atividade constitutivamente degradante torna-se um fenômeno de extrema relevância. Deste modo, pessoas sem as condições necessárias para realizarem um trabalho, dentro do contexto da concorrência por emprego, são simultaneamente impelidos ao empreendedorismo e à lógica da desvalorização do capital, em que esta atividade já se constitui como deficitária. O que, por sua vez, complica o suposto ‘alcance do sucesso do empreendimento’.

E é, principalmente, nessa condição de empreendedor que os “não-rentáveis” podem servir à circulação do capital creditício, ou seja, é através da forma jurídica que os “homens lentos” são incorporados à produção fictícia de valor enquanto sujeitos do processo.

Nota-se que o imbróglio da produtividade do trabalho aparece e se justifica através da concretude da atividade dos catadores:

No urbano periférico, restitui-se a relação capital (produtivo) – trabalho (sobrante), desvelado na pesquisa pela relação entre catador e indústria da reciclagem. Esta que arregimenta o trabalho sobrando indiferenciado (oriundo *dos mais diversos setores*) na atividade do catador que se debruça sobre o lixo seja no centro ou na periferia. (BURGOS, 2008, p.44, itálicos da autora)

¹⁶⁶ Consideração que faremos nos parágrafos a seguir.

Burgos, nesse sentido, apropria-se de um argumento da crítica à exploração do trabalho, que é uma espécie de busca do “elo perdido” entre capital e trabalho e como as “novas formas” de exploração estão postas na “relação centro-periferia”. Sua contribuição em relação a trazer as formas de aparição do trabalho (sobrante, por exemplo) se esvai no momento em que vai perceber a relação a partir de uma perspectiva física.

A noção de urbano periférico não nega a relação centro-periferia, pois a diferenciação espacial se impõe de diversas formas: na qualidade e densidade dos resíduos gerados; no processo de trabalho realizado pelos catadores; nas modalidades de *locais com atividades da reciclagem*, entre outros fatores. (Idem)

A noção geográfica de diferenciação espacial acaba ofuscando a abstração do trabalho enquanto uma lógica que se reproduz a partir da determinação do processo D-D'. Muito embora não devamos cair na armadilha de entender o processo como puramente lógico, se não compreendermos que o fetiche enquanto momento que a consciência precisa para se realizar enquanto racional e operante, a dinâmica da sociedade vai parecer uma interminável expansão da exploração, ainda que apontemos os limites físicos desta¹⁶⁷. Burgos (2008) está preocupada em revelar a “reinserção produtiva do trabalhador pobre no urbano”, mas toca na questão do crédito enquanto necessidade para uma reprodução social urbana em crise. Ela menciona os pobres urbanos como “consumidores sem poder de consumo”: “Senão pela recente disseminação do crédito popular [...]” (BURGOS, 2008, p.33, nota 39). Burgos, considera também que o processo todo é crítico, porém, atribui a isso a “implicação” ou determinação do trabalho do catador pela indústria de reciclagem: “[...] há sempre um contingente de trabalhadores sobrantes prestes a ingressar no processo de trabalho na base da indústria da reciclagem. O quadro é totalmente crítico.” (2008, p.62)

¹⁶⁷ Compreender a ficcionalização das relações pelo dinheiro, mesmo que sem se remeter ao processo de generalização da forma financeira, contribuiu de maneira expressiva para nossas reflexões, principalmente, no momento da conclusão dessa pesquisa. A importância de problematizar a naturalização dos processos sociais põe a necessidade de analisar o dinheiro enquanto essa forma que abstrai as relações concretas e ao mesmo tempo as coloca em funcionamento dada as devidas condições concretas de sua realização, seja positiva ou negativamente. A implosão da relação centro-periferia está posta pela crise do trabalho como sinaliza Pinho (2010). Nesta crise como estamos tentando expor aqui, o trabalho não é superado ou deixa de existir, pelo contrário, ele se torna veículo da abstração D-D' pelo fato de ser percebido fisicamente. Assim, abstrai-se também o impulso da lógica financeira do dinheiro se reproduzindo a partir de um vínculo secundário com a produção material, ainda que necessária.

Nota-se a dificuldade de se compreender o processo de desvalorização do capital posto pelos limites do desenvolvimento das forças produtivas, principalmente na passagem do século XX para o XXI em que nos países de menor poder de circulação de grandes capitais em relação aos grandes países endividados, os indivíduos já vão se adequando a forma empreendedora, pois a própria produtividade do capital está em xeque. Assim, a formalização desses indivíduos é possibilidade da garantia de maior circulação de capitais, ainda que as garantias sejam sempre frágeis.

No que se refere à mediação jurídica, observamos a satisfação com que a representante da cooperativa nos disse sobre a “abertura” do CNPJ da Rede de catadores. Isso revela, também, as dificuldades ante as exigências formais da legislação no âmbito da realidade da cooperativa. Outros ajustes também exigidos pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por exemplo, o pagamento do Fundo de Garantia (FGTS) e da Previdência Social (INSS), são outros pontos que nos foi revelado como conflitantes na esfera dessa forma de organização do trabalho.

Como aponta o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada):

[...] o percentual de trabalhadores ligados a cooperativas e associações nesse setor está em torno de apenas 10%. Vários motivos podem ser creditados a essa baixa adesão ao trabalho coletivo, entre os quais podem ser citados: *i)* muitos catadores preferem atuar sozinhos, em nome de uma suposta autonomia na gestão de seu tempo e do resultado de seu trabalho; *ii)* há uma desinformação muito grande quanto às exigências para constituição de cooperativas e associações; *iii)* **o processo de criação desses empreendimentos exige conhecimento técnico especializado, tanto na sua constituição quanto na sua gestão, o que requer dos catadores o estabelecimento de parcerias que lhes garantam o assessoramento técnico necessário;** *iv)* **muitos catadores enxergam as cooperativas como um agente externo, não têm a consciência que elas são formadas e geridas por eles próprios, que são os verdadeiros donos do empreendimento.** (2013, p.20-21, grifo nosso)

No fragmento acima, retirado de um relatório elaborado por este órgão ligado ao Estado, pode-se observar a necessidade da institucionalização dessas pessoas a fim de não só organizar o trabalho, mas fundamentalmente a circulação do dinheiro. O Estado nesse âmbito incorpora e elabora teorias que terão de dar suporte a formalização desses indivíduos, uma dessas saídas é o cooperativismo?

Ao trabalharem em conjunto, os catadores conseguem ter maior poder de barganha com relação à comercialização de seu material coletado, uma vez que passam a negociar maiores quantidades de diferentes materiais. Além disso, o trabalho coletivo em cooperativas permite viabilizar o investimento em infraestrutura (como a construção de galpões) e maquinários (prensas, veículos) para melhorar as condições de trabalho, o que, individualmente, não seria possível. (IPEA, 2013, p.22)

Tais argumentos reproduzem positivamente o movimento do capital, o que a cooperativa nos confirmou como dito anteriormente, apesar das contradições. Isto porque as “dificuldades empresariais” raramente são superadas, mesmo com a vontade dos sujeitos envolvidos. Na cooperativa que visitamos foi nítida a concepção de empreendedorismo exposta pela liderança da mesma: “a vantagem da formação da rede é fazer frente aos depósitos [de sucata] e conseguir recursos do governo ou parcerias com empresas” (Sra.Cris). O cálculo empresarial reproduz absolutamente a relação capital:

A iniciativa de formação de redes constitui uma inovação econômica no mercado de recicláveis, sobretudo porque implica uma nova dimensão estratégica para a atividade de catação. A comercialização é sempre um elo com pouca governança por parte dos catadores, uma vez que **a escala de produção é um dos entraves para seus empreendimentos** comercializarem diretamente à indústria recicladora, evitando a intermediação que restringe suas margens de ganho na venda de seus produtos e impede o acesso a melhores mercados. (IPEA, 2013, p.23, grifo nosso)

A “escala de produção” esteve, também, na exposição da catadora cooperativa, revelando que a necessidade de investimentos em estocagem e em maquinário que intensifique a produtividade dos catadores é premente. Mas como angariar recursos que viabilizem a expansão desse empreendimento? A institucionalização através da mediação jurídica pode ajudar a entender que há um imbróglio na concepção de empreendedorismo coletivo ou individual a qual grande parte da sociedade está sendo determinada a se adequar. Nesse sentido, podemos ainda continuar na perspectiva de que esses “sujeitos sociais” repõem a realidade sem receber dinheiro suficiente da atividade de catadores para reproduzir sua força de trabalho, o que nos permite aludir que o processo de universalização do empreendedorismo também não vem dando conta sequer de suprir minimamente a lógica fetichista do trabalho. Um ponto interessante para se pensar os limites que o capital põe a si mesmo. Embora a generalização do crédito possa atenuar as formas

de aparição do colapso do mundo moderno, alguns dados já mostram que seu limite quantitativo também já se delineia.

Percentual de famílias com dívidas no Brasil

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Abril de 2013	62,9%	21,5%	6,7%
Março de 2014	61,0%	20,8%	7,1%
Abril de 2014	62,3%	21,0%	6,9%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.¹⁶⁸

Ainda que parte considerável dessas famílias endividadas tenha um rendimento superior a dez salários mínimos, o alastramento do crédito já possibilita a inserção de muitas famílias de baixa renda em um ciclo de consumo de importante proporção. A tabela anterior, apesar de mostrar certa estabilidade em todos seus números, já que considera um período de apenas um ano, ela ajuda a entender que o endividamento vai se tornando a mediação necessária para reprodução social em crise, ou seja, a antecipação do trabalho na forma de crédito vai se constituindo como uma universalidade em que dois terços das famílias brasileiras se encontram endividadas. Todavia, essa universalidade já se constitui enquanto uma promessa de trabalho que vai se esvaziando, pois o número de famílias que sem condições de pagar suas dívidas já alcança 7% em abril de 2014, e as famílias que possuem dívidas em atraso supera 20% nessa mesma data (CNC, 2014).

Voltando às condições econômicas dos catadores, vejamos alguns dados levantados.

Dos 387.910 catadores (avulsos e cooperados) entrevistados pelo IBGE, no Brasil, 15,4% contribui com a previdência (PNAD, 2012). Isto significa que quase 85% dos catadores não contam com seguridade social caso tenham algum problema de saúde¹⁶⁹ e, tem sérias chances de não contar futuramente com a

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-34>>, Acesso em: maio de 2014.

¹⁶⁹ Fato que pode ocorrer com grande frequência dada a exposição a um ambiente insalubre e um trabalho de coleta fisicamente desgastante, como observamos tanto na cooperativa em

aposentadoria, pois 22,3%, ou 86.500 catadores, já passam dos 50 anos de idade, o que os obriga a permanecer nessa atividade até adoecerem ou morrer.

Ao mesmo tempo em que milhares de pessoas são “jogadas” ou nem mesmo “saboreiam” as “delícias” do mundo do trabalho formal, elas articulam-se para manter um nível mínimo de sobrevivência. Encontram na igreja, nas ONG’s, nas políticas de assistência social do Estado, nas relações de afirmação e tensionamento com o mundo do trabalho, formas de se “posicionar” nessa sociedade crítica. O que, talvez, estamos presenciando, são mulheres responsáveis em todos os sentidos por suas famílias e sendo responsabilizadas, também, por suas atividades laborais enquanto “chefes” de si mesmas. Segundo a Sra. Cris, foi graças ao estímulo do padre e de uma amiga que ela sentiu que poderia melhorar de vida e assumir a liderança do grupo de catadores:

Eu estava numa pindaíba, meu marido só bebia e precisando de dinheiro. Daí na igreja uma amiga me convenceu de participar da associação e trabalhar com reciclagem. O padre também incentivou. Meu marido achou ruim, minha filha, mas eu estava cansada de pegar ônibus todo dia pra ir trabalhar [no comércio no centro de Pinda], então eu já tava um pouco cansada mesmo. Joguei oito anos de carteira [de trabalho] fora, pra ganhar bem menos da metade que eu ganhava, eu mudei minha vida radicalmente. [...] eu hoje não me vejo sem tá aqui, por que aqui eu tive muita oportunidade, né, de aprendizagem, aprendi muita coisa, mexer no computador. Viajar? Jamais! Viajei de avião várias vezes. Muitas cidades que eu nem pensava em conhecer, por conta da cooperativa e do Movimento Nacional [de catadores].

Na perspectiva dessa senhora as mudanças são radicais, pois a sua inserção nessas tarefas proporcionou a realização de inúmeras atividades que ela não realizaria se continuasse reproduzindo outras formas de trabalho. Vimos o quanto são significativas para ela essas mudanças, mas ao observar a situação de outras colegas de trabalho, que não atuam na administração da cooperativa, é notória que essas viagens, o engajamento as participações se restringe somente a ela. Isso não significa também que estamos reivindicando essas condições às demais cooperadas, mas que a própria lógica do empreendimento, o histórico de cada catador e forma social impossibilitam que todos sejam os gestores do negócio. O tempo dedicado a catação, a separação (triagem) por si só não permite tal inserção das demais colegas, o que constitui as relações de trabalho ainda mais próxima a

Pindamonhangaba-SP, numa empresa de reciclagem plástico em São José dos Campos e em outra cooperativa na cidade de São Paulo situado na Vila Leopoldina.

de patrão-empregado, guardada as devidas especificidades desses empreendimentos coletivos.

Na perspectiva da cooperada, há entraves na compreensão de que o processo de inserção no empreendedorismo coletivo requer certas “habilidades” para gestão de pessoas e do próprio negócio como um todo.

Nós começamos aqui, no início a gente recebia 50 reais, 70, cada uma, por mês. Hoje, ainda não chegamos num salário ainda. Ninguém recebe menos de 500, 600 reais, beirando um salário. Mais um empurrãozinho... Mas eu falo pra elas: ‘material tem’. Na reunião eu falo pra elas: ‘pra gente ganhar depende da gente trabalhar’. Por que material tem bastante, só que depende delas, **agilidade**. Tem mês que eu falo pra elas: ‘gente a produção caiu, por que será? Esse mês não vamos pegar nada [de dinheiro].’ (Sra. Cris, grifo nosso)

Assim, as dificuldades, para a líder desses cooperados seria a produtividade de cada um que ainda não atingiu um nível desejável, pois para elas ganharem mais só depende da *agilidade individual*. Ressalta-se também a pressão exercida por ela para que os cooperados trabalhem mais, pois quem fecha as contas é ela e nas reuniões ela mostra os resultados, que nem sempre são animadores. A relação entre trabalho concreto e a geração de mais renda de acordo com a quantidade do material coletado está também explícita no seguinte comentário da Sra. Cris:

Às vezes você tá ali na mesa, produzindo, tá triando, acha uma revista e começa, né? E a outra [colega de trabalho] diz ‘deixar eu ver’ e assim vai, e isso aí atrapalha na produção. Eu procuro tá sempre conversando com eles. Eu penso que a hora que o galpão tiver fechado, tiver um piso legal, puder por uma mesa legal, ter um espaço certo para cada coisa, [o trabalho] vai desenrolar melhor.

Além disso, observa-se que está intrínseco a forma mercadoria a afirmação de uma produtividade, normalmente, ligada aos resultados empíricos, nesse caso, a coleta e separação de mais materiais. Nesse sentido, no âmbito de um estabelecimento particular, o aumento ou a queda de uma suposta produtividade estão ligados ao resultado concreto, que é o salário de cada um dos cooperados. Entretanto, o que vai movendo e determinando os nexos internos desse tipo de negócio é a lógica da circulação do capital financeiro, pois quem vai possibilitar tal aumento da produtividade são apenas as doações e investimentos públicos e privados, muitos deles sem que haja uma garantia de retorno dos investimentos.

Compreendemos que desvios, rupturas e momentos não captados pela lógica do valor tornam-se cada vez mais inexistentes. A possibilidade do feminino se efetivar concretamente como não aparentemente oposto ao masculino, ao que podemos indicar, está diretamente dependente, nesse contexto, das determinações do capital em crise, ou seja, da crise de valorização do valor. Entre os catadores, segundo o IPEA (2013) a parcela de mulheres já ultrapassa os 30%.

Ainda que a organização do trabalho sob o modelo de cooperativas tenha um conteúdo concreto diferente do de outros modelos empresariais, o feminino ou aquele que é apagado pelo movimento de valorização vai se constituindo como um “novo” polo afirmativo desse movimento, em outras palavras, aquelas que antes eram vistas “fora” do processo dito produtivo são “convidadas” (mobilizadas) a “abraçar” a ideia do empreendedorismo (individual ou coletivo), em que os indivíduos ou coletivos (cooperativas, por exemplo) vão se situar no âmbito da concorrência, tanto no interior dessas formas de associação – aumento da produtividade, na coleta, separação e no tempo de dispêndio da força de trabalho durante os dias -, quanto entre essas associações – é possível recordar que em uma das conversas a Sra. Cris revelou que sua cooperativa está mais bem preparada do que a outra cooperativa que se situa em uma área que não é

¹⁷⁰ Retirado de IPEA (2013, p.49).

regularizada em Pindamonhangaba-SP e, em breve, pode ter que ser desapropriada. Isso nos faz remeter a investigação que Burgos (2008)¹⁷¹ realizou.

No Anexo 9 da tese de Burgos (2008) tese encontramos uma importante reflexão sobre os planos governamentais e, principalmente, não-governamentais no que se refere a constituição de cooperativas em âmbito nacional. A autora chama atenção para fato dos autores do relatório priorizar investimentos em “construção civil” (prédio e instalações das cooperativas) e equipamentos (maquinários), principalmente nos grupos em que já haja certa consolidação. Tais investimentos financiados pelo Estado potencializariam a produtividade de cada unidade, absorvendo, assim, uma quantidade determinada de trabalhadores e constituiriam o processo de consolidação do “circuito da reciclagem” atendendo progressivamente a demanda desse mercado¹⁷². Entretanto, temos que compreender esse movimento contraditoriamente já que ele não se realiza em dada linearidade. O que temos observado nas informações dos jornais, mas principalmente na conversa que tivemos com a representante da cooperativa de Pindamonhangaba-SP é que há um aparente descompasso temporal no sentido de se modernizar a cadeia da reciclagem, isto é, as atuais cooperativas estariam passando por carências no processo de modernização que seriam supridas pelos investimentos estatais e parcerias com empresas ao longo de certo tempo. No âmbito da concorrência e da reposição dos pressupostos do capital entendemos que os investimentos estão acontecendo e de fato realizando as determinações do capital financeiro tendendo para a totalidade do processo. Portanto, as cooperativas-empresas vão lutando para se adaptar a circulação do capital, mas não só. Com a enorme quantidade de materiais gerados, o poder público, as empresas e as organizações não-governamentais com o auxílio de todas as esferas científicas (Sociais, Exatas e Biológicas) já calcularam o quanto se pode “ganhar” com a reciclagem e, nesse sentido, o tempo que se perde ao não modernizar todo o processo é o dinheiro que está sendo enviado para os lixões. Mas as cooperativas, ao que parece, ainda que

¹⁷¹ Ver o “Anexo 9” da tese desta autora em que ela expõe alguns elementos sobre o relatório “Ações de desenvolvimento social junto aos catadores de materiais recicláveis” do ano de 2006. Não encontramos mais esse relatório disponível, mas a exposição de Burgos nos trouxe mais elementos para pensar sobre desenvolvimento das forças produtivas em um ramo que se constitui enquanto redução de custos do capital “produtivo”.

¹⁷² “Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis” (MNCR, MDS, 2006)

sejam do ponto de vista ambiental e social¹⁷³ alternativas mais adequadas, do ponto de vista econômico elas têm demonstrado pouca eficiência diante da velocidade que o capital necessita para circular. Segundo nossa interlocutora (Sra. Cris), não há nenhum dinheiro em caixa para investir na ampliação ou modernização da cooperativa, a única saída parece ser a parceria com empresas e/ou continuar contando com os investimentos do Estado. No que se referem os moldes do cooperativismo Burgos comenta:

Os entusiastas da economia solidária podem encontrar um suporte para defender a formação de cooperativas que, em tese, restabelece a relação entre trabalhador e meios de produção. Isto sob a hipótese de que os cooperados se apropriam coletivamente dos meios de produção encerrados na cooperativa, além de saírem da esfera de exploração dos intermediários. Nas cooperativas ou associações de pequeno porte, onde é comum a presença de grupos familiares, compadrios, vizinhos de um bairro, e onde os meios de produção são irrisórios e a solidariedade entre os membros é maior, pode-se até afirmar a possibilidade de que os meios de produção pertencem ao grupo, de forma igualitária. Porém não é isto que encontramos, principalmente nos casos das cooperativas de grande porte. Ao contrário, o que temos na maioria dos casos, é uma relação de exploração dissimulada pela aparência de um sistema cooperativado, onde há uma grande oscilação no quadro de cooperados, que ao deixarem a cooperativa sequer recebem suas 'cotas-parte' [...]. Os trabalhadores (podendo ou não ser catadores) que por sua vez ingressam na cooperativa o fazem nos moldes de um trabalhador assalariado que ao final de terminada jornada de trabalho receberá um 'salário'. (2008, p.63)

Essa importante exposição de Burgos nos remete também a cooperativa de pequeno porte que visitamos em Pindamonhangaba-SP. As relações de solidariedade foi, talvez, o aspecto mais interessante na perspectiva da luta pela “cidadania moderna” que verificamos nas visitas, pois o sentimento de parte dos cooperados que conversamos era de companheirismo, isso principalmente quando nos remetíamos ao salário deles, já que todos recebiam de forma igualitária. No entanto, a Sra. Cris quando comentou sobre a saída dos catadores da cooperativa, disse que eles não recebem nada da cooperativa e nem do governo já que não

¹⁷³ Esse é discurso propalado pelos meios de comunicação, por parte da ciência que entende que as cooperativas podem seguir os pressupostos da Economia Solidária e que é absorvido em toda sua positividade pelos diversos ramos empresariais que dependem direta ou indiretamente da coleta seletiva. Se a economia capitalista não fosse o processo de autonomização do dinheiro no movimento D-D', provavelmente essas alternativas seriam viáveis, daí não estaríamos no âmbito da sociedade do trabalho, que inevitavelmente poria em questão a afirmação do trabalho principalmente os mais “degradantes” como o dos catadores. Portanto, afirmar a geração de emprego, renda e a sustentabilidade soa mais como conservadorismo.

eram registrados em carteira. Além disso, notamos que grande parte dos equipamentos mais custosos não pertencia à cooperativa isoladamente, mas à Rede de cooperativas do Vale do Paraíba, ou seja, as relações entre a apropriação dos meios de produção também se complexifica nesse caso, tornando os trabalhadores mais distantes de uma suposta apropriação igualitária dos meios de produção. Dessa forma, não são apenas as cooperativas e associações de maior porte que se distanciam da efetividade da apropriação coletiva dos meios de produção, mas a própria lógica da concorrência os impede que tal iniciativa saia do plano teórico.

O número de unidades que o relatório estudado por Burgos (2008, Anexo 9) propõe que sejam criadas ou reorganizadas absorveria aproximadamente 30.000 catadores atendidos pelas ações governamentais. O relatório, de fato, se desdobrou em programas governamentais de “fortalecimento” de associações e cooperativas, a exemplo, o CATAFORTE¹⁷⁴, conforme já mencionamos na nota 166 desta pesquisa. Tais iniciativas revelam explicitamente que a parte que cabe ao capital reduzir custos (nesse contexto, a *reciclagem*) já se repõe criticamente estruturando-se, também, com a necessidade de redução de custos. Dessa forma, do ponto de vista *pro-positivo* ou os catadores se organizam e estruturam suas unidades “produtivas” de modo que estejam nos *patamares ótimos de eficiência* segundo as exigências das grandes indústrias¹⁷⁵ ou conviverão com o *fantasma da sobrevivência* tanto no âmbito da concretude quanto da ideologia do *sucesso* propalada pela sabedoria especializada do empreendedorismo, do ambientalismo, da educação formal etc. E porque do ponto de vista pro-positivo?

¹⁷⁴ “O CATAFORTE é uma parceria entre a Secretaria Geral, Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e Banco do Brasil.” Fonte: <<http://www.secretariageral.gov.br/procatador/cataforte>>, acesso em: 10/02/2014.

¹⁷⁵ Seria mais adequado, segundo nossos pressupostos, verificar que essas exigências são do capital como um todo, o que nos remeteria à interpretação de que a circulação do capital em suas diversas formas determinaria a condição de reprodução das relações sociais no âmbito da reciclagem, sendo assim, no momento de universalização do capital fictício ficamos com a questão: estaria a pobreza sendo veículo para estruturação de formas de pensamento e práticas nas relações mediatizadas pelo Estado, as ditas organizações não-governamentais, a parcela “excluída” da sociedade e as demais “esferas” que compõe o todo social, para conformar o capital fictício enquanto real efetivo? Nas leituras, observações empíricas já temos elementos para qualificar esse processo como uma generalização da crise, posta em patamares de desenvolvimento. Assim, o colapso da modernização estaria se revelando enquanto essa generalidade que, longe de possibilitar um retorno aos patamares de produção e consumo de outros momentos, estaria transformando essa sociedade num monstro de perpetuação da dominação do (não) trabalho, do desenvolvimento das forças produtivas e suas consequências efetivas na sociedade do dinheiro.

Para muitos planejadores esse é grande “gargalo” do processo fetichistamente autonomizado da reciclagem: *a modernização de todo o processo*. Temos visto que as cooperativas e associações não estão adequadas à demanda de lixo que a sociedade tem gerado. Assim, por um lado, catadores organizados em movimento, especialistas de diferentes áreas, administradores e representantes do Estado têm olhado para o processo de modernização como uma possibilidade de inserção de milhares de catadores na reinserção dos excrementos do consumo, mas não só. Por outro lado, empresários, outros especialistas e também representantes do Estado observam esse processo de outra forma e encarnam, sem resistência, a necessidade de aumento da velocidade de circulação do capital financeiro. No Brasil já há a implantação da coleta seletiva mecanizada na cidade de Porto Alegre-RS, e na capital paulista está em curso o processo de aceleração da modernização da coleta.

[...] a medida já é prevista nos contratos de concessão e vai colaborar com a coleta seletiva, além de evitar enchentes, concentrando os resíduos sólidos em um recipiente grande. Um sistema similar é adotado em Porto Alegre, onde o caminhão passa ao lado da lixeira e braços mecânicos erguem o contêiner para dentro da caçamba. (UOL, 2014)

Mas esse projeto não se restringe a coleta em si, pois vai articular toda a chamada *base da cadeia de reciclagem*. Em maio de 2013 a prefeitura de São Paulo autorizou “[...] a construção de duas megacentrais de triagem de material reciclável” (DANTAS, 2013) com objetivo de “[...] **aumentar a taxa de reciclagem da capital**, que hoje é de 1,8% de tudo o que é recolhido.” (Idem, grifo nosso) Segundo essa reportagem, “cada equipamento [megacentral] vai ter capacidade para processar 250 toneladas de resíduos sólidos por dia, pouco mais que as 240 toneladas processadas diariamente nas 20 centrais já existentes.” (Idem) Nesse sentido, já observamos a tendência determinante do desenvolvimento das forças produtivas em que apenas uma “megacentral” terá a capacidade de processar mais materiais do que as 20 centrais existentes juntas, ou seja, empregando uma menor quantidade de trabalhadores com uma produtividade 53 vezes superior segundo os cálculos que fizemos.

Produtividade aproximada de uma Megacentral e uma Cooperativa¹⁷⁶

	Material processado em quilos por dia	Número de trabalhadores	Material processado por trabalhador em quilos
Megacentral	250000	37	6750
Cooperativa	240000	94	0128

Cada trabalhador da megacentral, como já mencionamos, terá uma produtividade aumentada em mais de 50 vezes o que colocará a concorrência com as cooperativas a um nível bem desproporcional, ainda que haja grandes investimentos na modernização dessas últimas como anunciou o prefeito da cidade São Paulo.

O prefeito Fernando Haddad (PT) pretende, ainda, pedir R\$ 40 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para **reformular** 19 das 20 centrais de triagem existentes e para dar **cursos de capacitação aos catadores** de material reciclável credenciados na Prefeitura. (DANTAS, 2013, grifo nosso)

Se levarmos em conta os níveis de produtividade que as cooperativas poderão atingir com tais investimentos, talvez as exigências do mercado entrem em tensão com os interesses do cooperativismo, da inclusão social ou geração de emprego e renda no próprio âmbito das cooperativas, sem mencionar a não geração de mais de 1500 postos de trabalho na cidade de São Paulo que as “megacentrais” implicarão.

O representante do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis comenta que a luta dos catadores será:

[...] pra que de fato a coleta seletiva aconteça com inclusão dos catadores de material reciclável, e não de [...] pessoas que não são catadores que também tão por aí querendo agora tomar o lugar dos trabalhadores que historicamente sempre estiveram trabalhando na cidade de São Paulo.¹⁷⁷

O prefeito da cidade de São Paulo também comentou a implantação das “megacentrais” e dos investimentos nas cooperativas existentes:

¹⁷⁶ Esses números foram retirados e tabulados a partir de informações do sítio do MNCR e de Dantas (2013).

¹⁷⁷ Transcrição de parte do vídeo sobre a mecanização da coleta seletiva em SP. 24/05/2013. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_2/blogsudeste/mecanizacao-da-coleta-seletiva-chega-a-sao-paulo-e-coloca-catadores-em-alerta>.

Nós desenhamos um modelo institucional que contempla todos os centros, os mecanizados e não mecanizados, pra que vocês catadores façam parte do **sucesso** desse empreendimento e não se sintam ameaçados por esse processo de modernização e se sintam participantes desse processo. [...] **Vamos modernizar, e não podemos temer o processo de modernização**, mas vamos modernizar pra dar mais qualidade ao processo de trabalho. (Idem)

Porque será que os catadores temeriam o processo de modernização que o prefeito menciona? Uma parte da resposta o próprio representante dos catadores já deixa claro:

A nossa grande dúvida, a dúvida de todos aqui, é saber como isso vai de fato beneficiar os catadores. Não queremos uma grande usina com meia dúzia de catadores dentro, com o restante fora do processo... Então acredito que nós ainda iremos debater e discutir muito essa questão de como seremos incorporados no processo, afirmou Roberto Laureano da Rocha, da Coordenação Nacional do Movimento dos Catadores [...]. (MNCR, 2013)

A crise do trabalho vai se revelando em todos os níveis da sociedade. Um serviço que aparentemente não poderia ser ameaçado de extinção, agora é colocado em questão pelo desenvolvimento das forças produtivas. A união ou a concentração das cooperativas parece caminhar no sentido de garantir a esses grupos uma participação mínima na circulação do capital fictício, pois sua base considerada produtiva em si mesma não é capaz de repor os pressupostos do capital e, assim, carece de recursos financeiros para poder se realizar:

Analizamos como ponto preocupante o fato da Prefeitura de São Paulo não prever ou propor a disponibilização de recursos próprios para financiar o novo modelo (como uma das receitas do Fundo), dependendo apenas de recursos provenientes da comercialização dos materiais recicláveis para viabilizar todo o sistema. **Nós estamos nesse mercado há anos e sabemos bem das dificuldades.** Não cremos, portanto, que **a comercialização dos materiais seja mecanismo sustentável de financiamento** de uma política públicas (sic) da mais alta importância¹⁷⁸.

A *base produtiva*, porém, ainda exerce, dada sua materialidade de trabalho concreto e física dos materiais, enorme determinação sobre nossa forma de consciência. No entanto, posta numa estrita identidade com a realidade esta base esconde a relação abstrata que constitui o processo de desenvolvimento

¹⁷⁸ Trecho da “Carta coletiva de reivindicações das cooperativas de catadores da cidade de São Paulo”. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_2/blogsudeste/carta-de-reivindicacoes-das-cooperativas-de-catadores-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso: 03/05/2014. Grifos nossos.

contraditório e, nesse sentido, não revela o que o próprio movimento totalitário do capital está universalizando: *a ficcionalização do real*. Na própria preocupação dos grupos vinculados aos catadores nota-se essa universalidade em que, sem a disponibilidade de recursos para financiar as cooperativas, os empreendimentos não se sustentam.

Ainda que a realidade da metrópole paulistana esteja passando por um processo muito mais intenso de circulação de capitais do que nas pequenas e médias cidades, temos percebido o quanto há um espectro de uma dada necessidade da formação profissional e militante dos catadores vinculados a alguma cooperativa. Além de depoimentos que vimos na internet, ouvimos, também, de catadores da cooperativa que visitamos em Pindamonhangaba, que a “inclusão social” só virá mediante a formação tanto profissional quanto da educação de um modo geral. A contradição da *escolarização* ainda se repõe, mas agora em outros níveis da sociedade e com conteúdos diferentes.

Na conversa com os catadores da cooperativa, um deles comenta que: “o que falta para grande parte dos colegas é **vontade de se envolver** com a cooperativa, pois isso daqui é nosso, nós somos os donos” (Sra. Cris, grifo nosso). Essa “vontade de se envolver” passa, necessariamente, pela formação profissional e o engajamento de cada catador no processo de organização da cooperativa. Tanto o MNCR, as empresas interessadas nos materiais recicláveis, quanto o próprio CATAFORTE tem possibilitado a profissionalização de parte desses trabalhadores, mas a Sra. Cris queixou-se de que a maioria não demonstra muito empenho em participar de todos os momentos das atividades da cooperativa. Esta não é só uma questão levantada em nossa conversa, mas outros autores identificaram algo parecido no que diz respeito a falta de formação dos catadores bem como a suposta falta de empenho de grande parte deles em se dedicar à profissionalização. Para Freitas e Fonseca (2011, p.14), “o desenho de políticas públicas de escolarização torna-se mais complexo, à medida que os catadores não percebem uma relação imediata entre maior grau de escolaridade e maior ganho econômico.” A preocupação fundamental desses autores é de justificar investimentos na qualificação profissional dos catadores para que eles trabalhem de forma menos precária, consigam negociar melhores preços na venda dos materiais, aumentando, assim, a renda mensal, mas, acima de tudo, o aumento da capacidade produtiva de cada catador, portanto, da cooperativa.

Seguindo a referência de Damásio (2010), os mesmos autores comentam:

Vale observar que embora a educação formal possa ter apresentado impacto diminuto sobre a geração de renda para o catador, **a participação em cursos de formação específica**, como triagem de materiais, **cooperativismo ou gestão de empreendimentos**, **é frequentemente apontada como fundamental para o sucesso das associações ou cooperativas de catadores**. (FREITAS; FONSECA, 2011, p.14, grifo nosso)

Ressalta-se que o sucesso das cooperativas não significa um aumento expressivo na renda dos catadores, a não ser que essa qualificação venha acompanhada de grandes investimentos em equipamentos de alta tecnologia como já ocorre em países que empregam mais capital na coleta seletiva e reinserção dos excrementos do consumo na produção de mercadorias. Isto, aliás, significaria a eliminação de postos de emprego, outro elemento que já levantamos anteriormente, principalmente na implementação das “megacentrais” na cidade de São Paulo. Portanto, a chamada profissionalização desses trabalhadores aparece como determinante do sucesso ou do “fracasso empresarial”, mas, ao mesmo tempo, o incremento da formação profissional significa a execução de um trabalho mais complexo (dado pelo uso de equipamentos mais sofisticados como as esteiras mecanizadas¹⁷⁹, por exemplo) e, nesse sentido, a eliminação de postos de trabalho torna-se uma tendência que determinada pela imanência da concorrência obriga os participantes do processo a desenvolverem suas forças produtivas. Nota-se, também, na passagem citada, que o cooperativismo torna-se idêntico ao empreendedorismo, o que possibilita ainda mais o questionamento dessa atividade.

Freitas e Fonseca insistem na proposição de que a soma de altos investimentos e escolarização, culminando em aumento de produtividade, trarão ganhos expressivos aos catadores cooperados:

As eficiências físicas das cooperativas e associações de catadores serão alteradas somente através da execução de investimentos destinados a aumentar as suas produtividades. Todavia, **a desejável alteração nas produtividades físicas de todas as unidades é substancialmente dispendiosa – dado o volume de capitalização necessário** – e necessita de alguns anos para a sua completa e adequada implementação. Assim, somente a médio e longo prazos será possível esperar significativos ganhos em eficiências físicas para a maioria das unidades de catadores, supondo que um

¹⁷⁹ Segundo a Sra. Cris, a instalação de uma esteira na cooperativa “é um sonho!”. A naturalização do desenvolvimento das forças produtivas e a atuação dele enquanto consciência de progresso torna põe o problema da crise do trabalho em níveis ainda mais de precariedade.

conjunto de Políticas Públicas venham a incentivar aportes financeiros nesse sentido. (FREITAS; FONSECA, 2011, p.22, grifo nosso)

Assim, observamos que o caminho nada linear a ser percorrido pelos catadores organizados é incerto, um presente e um futuro baseado numa ficção real. Os especialistas da *cadeia de reciclagem*, afirmam que os catadores precisarão: seguir todos os critérios de formalização de uma cooperativa, esperar que o Estado disponibilize os investimentos de grande volume de capital, aderir aos programas de qualificação e o principal, enfrentar a concorrência com outros empresários que já estão buscando se inserir no mercado de coleta e reciclagem, investindo pesadamente em alta produtividade como é possível prever no caso das “megacentrais”. Na aparência, até lá, os médios e longos prazos, terão que conviver com a presença permanente, ou seja, com a simultaneidade da crise de valorização, em que um ramo que surge para reduzir custos só pode atuar deficitariamente. E tudo isso só aparentemente, pois o processo se apresenta como sucessivo, mas no âmbito da contradição e da crítica ao fetiche de desenvolvimento esses processos não são lineares e vão se constituindo a partir do desenvolvimento das forças produtivas determinado pela concorrência, esta já apontando o sentido da presença dos catadores no processo social: catadores desempregados. Surge, então, a salvaguarda da mediação jurídica para que os chamados excluídos sejam incorporados na circulação do dinheiro.

É importante pensar que a intervenção do Estado, como os programas e leis, dentro de um processo determinado por uma complexa reprodução crítica do capital em que a “matriz a priori da constituição fetichista” (KURZ, 2007), não de forma linear, repõe na totalidade em processo os pressupostos da sociabilidade capitalista. Força de trabalho, trabalho, renda, lucro, juros, preço, natureza, educação, entre outros termos, são continuamente revisitados seja pela Economia Política – que em seu interior se alastram certas ecologias, sociologias, filosofias, e geografias – ou pela teoria crítica, mas raramente questiona-se o conteúdo contraditório dessas categorias, quando muito, evidenciam-se os conflitos, mas que não apontam para o processo de constituição das formas de consciências que antecipam, e, por isso, também, reproduzem a realidade, apesar de crítica, mas não só. As diversas formas do patriarcado também aparecem nesse processo, ao que parece elas se revestem dos discursos e práticas da libertação plena das mulheres para o

empreendedorismo¹⁸⁰. A crise do trabalho, assim, aparece de muitas formas, menos como crise de valorização do capital. Geração de renda, serviços prestados à sociedade e à natureza compõem o empreendedorismo que camufla a necessidade de se gerir a crise do trabalho, reduzido à cidadania. Esta, por sua vez, estaria ligada diretamente ao “poder” que os “sujeitos jurídicos” (PACHUKANIS, 1988) teriam na circulação do dinheiro, mesmo sem tê-lo, ou seja, via endividamento ou programas de distribuição de renda.

Portanto, se as pessoas não tiverem as mínimas condições jurídicas para receberem empréstimos ou assistência do Estado, elas são consideradas excluídas. E para que elas sejam incluídas, devem possuir documentação pessoal e o cadastro¹⁸¹ junto ao Estado. A luta é essa, pela inclusão jurídica na forma social, pois sem ela a passagem do dinheiro pelas nossas mãos fica obstada.

Para que os catadores consigam atuar de um modo mais adequado à concorrência pela captação de recursos, a união em forma de cooperativismo ou associações é imprescindível:

A organização dos catadores também é importante na medida em que lhes propicia maior capacidade de mobilização para negociarem com o poder público e com outros setores da sociedade, na busca de parcerias e políticas governamentais para sua maior valorização enquanto categoria profissional e sujeitos detentores de direitos. (IPEA, 2013, p.19)

Assim, por mais que haja relações afetivas que não conseguimos compreender no interior das formas de sociabilidade, as razões e, possivelmente, as determinações do capital em crise vão dando praticamente o mesmo sentido para nossas vidas, o do trabalho. Ora parecendo como identidade plena e ora como um

¹⁸⁰ Ainda que tenhamos poucos elementos para expor sobre a análise das formas de reprodução de práticas do patriarcado e que vemos com algum cuidado a tal “liberdade” das mulheres para o empreendedorismo, não podemos cair na armadilha de que esse processo não seja contraditório e que, portanto, pensar as liberdades conquistadas pelas mulheres não significa pensar nos limites do reacionarismo machista diante de tais conquistas, mas que a afirmação feminina diante de situações como a que nos deparamos na cooperativa em Pindamonhangaba, composta basicamente de mulheres, traz algumas inquietações que não temos ainda condições de expor.

¹⁸¹ “O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Suas informações podem ser utilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais para obter diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, para desta forma, possibilitar a análise das suas principais necessidades.”

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/beneficiario/cadunico-inclusao>>

fardo, ou ainda, o fardo aparecendo como identidade, a exemplo de certa consciência que naturaliza até as condições extremas de trabalho, em que este aparece como penalização pela falta de formação profissional, aperfeiçoamento, etc¹⁸².

Burgos (2008) analisa de forma interessante os vínculos entre o capital comercial, capital considerado produtivo¹⁸³ e o trabalho dos catadores. Ela identifica o movimento de consolidação da “base da indústria de reciclagem¹⁸⁴” e as implicações da indústria sobre o trabalho dos catadores. A relação entre centro e periferia é reposta pela autora em sua análise, identificando o processo de trabalho dos catadores com o “circuito inferior da economia” e a estrutura industrial com o “circuito superior”. Ainda que seja possível fazer uma reflexão mais profunda sobre essa análise no âmbito da crítica da Economia Política, pensamos que a exposição da autora nos trouxe elementos significativos, embora apenas tangenciando a análise do capital em seu conjunto. Nessa análise ela identifica a concretização de uma trama de relações que vão servir de base para a reprodução ampliada do capital. O papel do Estado, das ONG’s e das formas de consciência que aderem a esse movimento (Sustentabilidade, Verdismo, etc.) são fundamentais para tal consolidação. Os empresários da reciclagem se apropriam em todos esses elementos e tentam organizar sua rede de captação, triagem e comércio dos materiais recicláveis, contando com uma logística para lá de intrigante.

Para os competentes representantes das indústrias que se encontram aparentemente no centro de todo o processo de reciclagem, a lata de alumínio, por exemplo, é um “sucesso” porque há uma espécie de imanência em sua

¹⁸² Sobre este aspecto é importante deixar registrado que apareceu uma questão fundamental a nosso ver: a educação, o ensino enquanto prática contraditória e que, portanto, deve ser pensada constantemente no âmbito da tensão entre o desenvolvimento das faculdades cognitivas dos indivíduos e, simultaneamente, a sua formação para o trabalho que derivará, possivelmente, desse desenvolvimento seja na fase da infância ou adulta como no caso dos catadores. A nossa sensação foi de que nas conversas mais informais com os catadores, a escolarização é uma espécie de *tabu*, em que ao se tocar no assunto, o constrangimento torna-se mais evidente.

¹⁸³ Nunca é demais insistir que a consideração de que o “chão de qualquer indústria” e as possíveis determinações desta, já não podem ser problematizadas fora da relação de necessidade que há entre o capital fictício e os demais momentos da reprodução social. Portanto, o apelo da Ciência moderna em “provar” a validade de suas teorias limita nossa capacidade de encontrar outras mediações no processo de reprodução social. Isso vale tanto para a busca dessa autora em vincular o “chão da fábrica” com o “chão dos catadores” (BURGOS, 2008), quanto para nós mesmos, que também insistimos em verificar de alguma forma as determinações do capital fictício.

¹⁸⁴ Pensamos que a “base” não esteja mais atrelada a concretude do trabalho, mas aquilo que estaria determinando, o capital financeiro, que carece de mediações para circular, mas não de qualquer forma, que tenham o potencial de reduzir o tempo de rotação desse capital.

materialidade que possibilita sua mobilidade física, desde a produção e o envase seja com refrigerante, cerveja, entre outros, passando por sua disposição no comércio, no consumo e, por fim, quando “encontra as mãos” de um catador ou pessoas que a separe e repasse para um sucateiro. Nesta última atividade a lata pode chegar a perder cerca de 20 vezes o seu tamanho original, ou seja, um “ganho” no ordenamento físico/material que para o representante da ABAL isso se chama “eficiência logística”. Porém, não contente com o palavrório da gestão e administração de coisas e pessoas (que também se constituem como coisas)¹⁸⁵, aquele que fala por todas as indústrias ligadas a produção de alumínio no Brasil, ou seja, que personifica a lógica redutora do capital, aponta outro fator de sucesso da reciclagem de latinhas o Brasil:

O Brasil está preparado para reciclar 100% do alumínio que ele gerar [...], você tem sucesso na reciclagem no momento em que [...] tiver demanda para essa reciclagem e **a demanda do alumínio é constante, ela é linear**, isso faz com que toda cadeia **acredite** que ao coletar esse alumínio ele será reciclado e terá mercado para toda cadeia. A cadeia é remunerada no seu total, **os catadores levam a maior porção desse valor [!!!]**, mas toda cadeia é remunerada, não tem exceção [...]. (ABAL, 2012a, grifo nosso)

O que impressiona, de certa forma, é a necessidade de expor que o lado brilhante da *cadeia de reciclagem* do alumínio é o fato de toda ela ser remunerada, inclusive, os catadores como maiores beneficiados. Os catadores passam pelo processo mais violento nos limites de sua reprodução enquanto trabalhadores e o discurso tagarela dos fantoches do capital é o de que eles “levam a maior porção desse valor”. Segundo Freitas e Fonseca¹⁸⁶:

Cabe aos catadores apenas a parcela de recursos que são capazes de obter através da comercialização de recicláveis, em um mercado que opera em estrutura de oligopsônio, em elevado grau de informalidade e presença de atravessadores e ainda bastante volátil. Neste contexto a eficiência dos catadores na triagem de resíduos ganha ainda mais relevo. (2011, p.18)

¹⁸⁵ Os cursos de Administração, que estão na constituição ou são constituídos explicitamente pela forma de consciência que vela a contradição elementar da dessubstancialização do capital, ou seja, da negatividade do trabalho, apregoam, como Papas da gestão da crise, que tanto a gestão dos negócios quanto de pessoas individualmente (o que já há um problema em tal separação) devem seguir o lema do “sucesso”, determinados pela concorrência. Deriva daí que a materialidade dos objetos e do trabalho, tomado por concreto, esconde a abstração que a mobiliza, tal fetichismo se realiza como coisificação, em que cada indivíduo proferido como totalidade é “o senhor do seu próprio destino”, a mônada que se realiza a partir do dinheiro e do consumo, mas não sem antes chafurdar no cotidiano da abstração do trabalho e do endividamento.

¹⁸⁶ Esses autores realizaram um diagnóstico encomendado pelo IPEA sobre os catadores no Brasil, a versão que tivemos contato é apenas preliminar.

Assim, como se observa na exposição acima, as regras de mercado, que tanto os representantes da reciclagem de latinhas de alumínio defendem, passam pela centralização de capitais que as empresas detentoras do monopólio desse ramo detêm. Nesse sentido, essa centralização, que não se resume aos meios de produção, mas, principalmente, ao capital financeiro que ela é capaz de mobilizar, aparece como o fundamento da formação dos preços, pois na prática é a indústria que vai adquirir o produto para transformação e determinar os preços, porém há que se lembrar que o alumínio é uma mercadoria internacional.

Além disso, o esforço exaustivo desses representantes¹⁸⁷ em imputar a lata de alumínio como uma mercadoria de sucesso e demonstrar seu aspecto de eficiência vem camuflando a fragilidade de todo processo, não só do ponto de vista da reciclagem em si, mas, principalmente, da circulação do capital como um todo. Ninguém guarda latinhas em casa ou sai catando pelas ruas porque vai ficar rico¹⁸⁸ ou porque se considera um fiel representante e defensor da natureza. Os sucateiros – como observamos na conversa que tivemos com uma pessoa que está investindo nesse “ramo” em Pindamonhangaba-SP – não conseguem uma parte do preço desse material sem antes investirem o que tem e o que não tem em meios de produção que os capacitem pesar, prensar, armazenar, vender em grandes quantidades e financiar todo esse processo a partir de créditos bancários. As cooperativas, por sua vez, atuam como um dos elos mais abrangentes dessa *cadeia*, pois realizam desde a coleta até a comercialização dos materiais com grandes atravessadores ou diretamente com as indústrias, portanto, sua função, nesse processo, engloba os dois *sujeitos* citados anteriormente. E, por último, se assim podemos dizer, a própria empresa que transforma as latinhas ou qualquer outro material, também, não atua de forma “constante e linear” como propaganda o representante da ABAL. Como tentamos demonstrar no capítulo anterior, a reprodução da indústria como o centro, ou melhor, como centralizadora de capital se efetiva mediante a circulação do capital em seu conjunto, que, por sua vez, mobiliza todos os demais momentos desse complexo movimento. Para tanto, tal

¹⁸⁷ Representantes, também, porque atuam como personas do capital dito produtivo em crise.

¹⁸⁸ Ainda que possa existir perspectivas que vem nesse ramo uma oportunidade de empreender algum capital e obter uma renda. Na conversa que tivemos com um (ex) funcionário de um empreendimento de coleta de latinhas de alumínio, foi possível inferir a intenção dos proprietários, pela fala desse funcionário, pois ele comentou que é um ramo dificilmente não possa se expandir, pois o consumo de latas é grande.

centralização de capital, “justificada” pela concentração de meios de produção com enorme potencial de mobilização de muitos capitais (investidores, acionistas, etc.), só torna possível porque a promessa ou a crença numa futura ampliação desse mesmo capital é posta, aí sim, como uma constante, também, porque, no caso do alumínio, a materialidade do processo faz “[...] com que toda cadeia **acredite** que ao coletar esse alumínio ele será reciclado e terá mercado para toda cadeia”. (ABAL, 2012a) Cria-se o ciclo *ficcioso*, determinado pela necessidade de circulação do dinheiro que está cada vez mais ocioso.

Toda essa crença, que se efetiva também enquanto concretude, constitui a forma de consciência que antecipa a reposição categorial do capital em crise. Nesse sentido, quando observamos uma indústria do porte da Novelis, entre outras, parece evidente aos nossos olhos que uma transnacional deste porte só pode estar operando de forma a ampliar seu capital produtivamente. Tendo esse dado como inquestionável, só nos restaria o lamento da extrema exploração do trabalho dos catadores¹⁸⁹ de latinhas e outros materiais. Entretanto, o próprio capital é quem se nega nesse processo e isso não é por uma falha de operação ou de planejamento, mas sua lógica é negativa. Não só esvazia os conteúdos sociais das relações cotidianas, mas tem como pressuposto o próprio esvaziamento de seu conteúdo, sua dessubstancialização.

O desenvolvimento das forças produtivas, impelido pela lógica concorrencial, visto como estrita positividade, ou seja, como desenvolvimento técnico, progresso e expansão produtiva, não revela sua face contrária, a negação da produção de valor. Pelo contrário, quanto mais nos deparamos com a dita territorialização do capital, mais nossos olhos e demais sentidos se curvam diante de tamanho poder de expansão.

Voltemos a falar da relação de trabalho entre catadores, cooperativas, atravessadores e indústrias...

Burgos (2008), salienta que no interior da complexa logística que se estabelece na “base da indústria da reciclagem” compreendem-se formas de trabalho extremamente precárias, realizadas por pessoas que não encontram outra

¹⁸⁹ Dos três depoimentos colhidos de funcionários, sendo que um deles não trabalha mais na Novelis, todos foram taxativos ao dizer que a empresa é um bom lugar para se trabalhar, tanto do ponto de vista de sua organização quanto de seu plano salarial. Para a ex-funcionária sua vontade era de voltar a trabalhar na empresa. Para outro, há mais de 15 anos na empresa, seu salário chega aos seis mil reais.

maneira de serem mobilizadas pelo capital a não ser mexendo, separando e carregando parte do lixo gerado por esta sociedade da produção descabida¹⁹⁰. Portanto, sem nenhum romantismo a autora destaca a precarização do trabalho e a lógica de reposição da própria condição de “trabalhador sobranter” dessas pessoas, ou seja, um ciclo vicioso, que para indústria e outros defensores do trabalho se estrutura como virtuoso – “trabalhadores sobranter” nunca faltarão! Apesar disso, esse ciclo não se explica só pela exploração *total* do trabalho dos catadores pelas indústrias.

Num processo conturbado e concretamente de negatividade, os indivíduos são obrigados, ou melhor, “mobilizados” (GAUDEMAR, 1977) pelo capital fictício para atuar como seus personagens reais, a fim de manterem em funcionamento o “ciclo de vida” do moribundo capital.

Ricardo Antunes, que substancia teoricamente parte significativa da concepção do trabalho concreto enquanto “atividade vital, [...] fonte criadora de valores de uso socialmente necessários e [...] protoforma da atividade humana” (2003, p.113), faz crítica a Robert Kurz porque este não reconhece em Marx e na própria realidade que o trabalho é algo inerente à existência humana. “A classe que cria valores”, o proletariado, estaria metamorfoseada, mas ainda continua criando valores. Não nos limitando a uma mera defesa do argumento de Kurz (1996), mas em qualificar o diálogo de ambos os autores, pois Kurz analisa a sociedade moderna a partir de movimento totalizante e totalitário do capital, representado pela forma dinheiro. Disso decorrem, a nosso ver, pelo menos dois significativos problemas na leitura de método de Antunes (2003). Logicamente falando, parece plausível a constatação de Kurz (1995; 1996) de que, dados os níveis de investimento em capital constante, o processo de extração da mais-valia estaria periclitando, já que tal exploração não estaria remunerando esses investimentos a níveis de reprodução ampliada. Alfredo, de acordo com a perspectiva de Kurz, expõe:

Tem-se, entretanto, uma independência do dinheiro e do crédito em relação ao processo produtivo, efetivando os sentidos que deu Marx

¹⁹⁰ O “espetáculo” do consumo só pode estar relacionado e antecipando outros ciclos da produção monstruosa de mercadorias. Além disso, não fazemos um apelo para o controle ou planejamento da produção, já que esta “passa as costas dos sujeitos sociais” (MARX), onde os valores de uso não estão simplesmente subordinados ao valor de troca, mas entendemos que o valor de uso e o de troca são pares identitários que só se realizam mediante nossa forma de consciência que possibilita a reposição dos pressupostos do movimento contraditório do capital.

(1988, vol. III) à noção de capital fictício. Para Marx, esta forma de ser do capital ficcionaliza a sua relação substancial, isto é, a produção de valor. Para tal, expande a base monetária e creditícia para além daquilo que a valorização do valor teria condições de remunerar. (ALFREDO, 2011, p.54)

Assim, criando uma forte dependência do setor produtivo em relação ao capital financeiro e fictício. Portanto, para se qualificar a reprodução capitalista hoje deve passar, necessariamente, pela leitura do movimento global do capital e não restrito apenas aos rendimentos apresentados pelas empresas em nível individual, mas o nexos que o endividamento desses empreendimentos tem com as reservas ociosas de capital. Nesse sentido, a determinação do dinheiro, enquanto capital fictício teria significativa presença na constituição da reposição das categorias do capital, ou seja, na reprodução social. O outro possível problema na análise de Antunes (2003) estaria ligado a esse primeiro, um desdobramento dele, pois se a reprodução categorial está sendo determinada pelo capital fictício, significa que os indivíduos que compõem as várias figuras da sociedade estariam direta ou indiretamente determinados por tal ficção. Resulta daí o que estamos considerando ficcionalização do real, pois como reflete Alfredo:

A reposição das relações sociais de produção atingem o limite de se o fazerem ao mesmo tempo em que estas mesmas relações são uma razão que ficcionaliza a condição categorial. Ao explicitar a noção de capital fictício, aliás, Marx (1983, Liv. III, Vol. IV)¹⁹¹ não só explana que a circulação de dinheiro, em suas diferentes assinaturas, está deslocada da produção de valor, de modo que este crédito é uma ficção de valor e não mais mera promessa de trabalho, mas que a condição fictícia de capital é uma figuração, **forma de consciência necessária para que a reprodução se ponha**, ainda que sem sua substância medida como tempo de trabalho. Assim, o capital fictício traz em si a possibilidade de se ficcionalizar **na medida em que a ficcionalização é, ao mesmo tempo e necessariamente, uma relação sujeito objeto**. A condição fictícia do capital só tem efetividade na medida em que há uma consciência que ficcionaliza as categorias do capital como momento necessário para que se tenha a sua efetividade. Nesta contradita fundamentação **o Real é ficcional, ou ainda, a ficção é Real**. (2011, p.30, grifo nosso)

Poderíamos inferir, então, que a condição de um trabalhador, de uma empresa constituída por um capital, significativamente dependente do capital fictício, estaria estritamente ligada a essa reposição ficcionalizada? Por mais que seja explorado do ponto de vista objetivo, tal exploração se dá como uma complexa

¹⁹¹ Conferir em nossas Referências, Marx (1988, Livro III, Vol. IV).

reposição crítica dos pressupostos do capital, já que não se repõem produtivamente em níveis superiores aos dos investimentos na “composição orgânica do capital” (MARX).

Resulta que há uma ficcionalização da relação categorial que só em sua determinação ilusória tem possibilidade de pôr o processo de circulação de capital. Tal circulação, enquanto circulação geral do capital, isto é, o capital enquanto capital circulante, se o faz sem se pôr em sua figuração de capital produtivo e é a forma fetichista de ser do capital que se faz como potência de sua própria reposição, ainda que crítica. (ALFREDO, 2010a, p.54)

Se não entendemos esse processo é devido à presença física do dinheiro capaz de ofuscar nossos olhos¹⁹². Tal objetividade, que é capaz de mover um *circuito* empresarial em sua totalidade, aparece como que um capital em plena condição de explorar infinitamente mais trabalho (concreto), sendo que o pressuposto do capital é expelir seu próprio fundamento, constituindo esta a própria essência do capital. Logo, caberia aos críticos da exploração do trabalho e aos adeptos do *marxismo ecológico* mobilizar um esforço de análise que abrangesse o desenvolvimento categorial do capital e sua reposição face ao que o próprio Marx demonstrou em suas análises em “O Capital”. O fetiche enquanto uma categoria inseparável da produção de mercadorias não seria o mero estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, mas um pressuposto para realização da sociedade produtora de mercadorias como um todo.

Como tentamos expor no início de nossas reflexões, a constituição do fetiche não se dá sem a contradição entre forma relativa e forma equivalente, esta se desenvolvendo como dinheiro. Porém, mesmo a forma equivalente sendo aquela que esconde a abstração determinante da constituição da forma mercadoria, a forma relativa, enquanto forma sensível, não revela seu valor. Portanto, o próprio trabalho concreto que deu origem a tal mercadoria não revelaria seu valor. Nesse sentido, observar no trabalho seja do operário da fábrica de reciclagem ou do catador dos materiais recicláveis, a condição de extração de mais-valia, a qual estaria possibilitando a lucratividade dos empresários, é mais dedutivo do que possa parecer, em comparação com nossa análise aparentemente sem nexo com a

¹⁹² Lembrando a metáfora de Marx (1988, Livro I, Vol.I) sobre a propriedade do ouro de brilhar, ofuscando nossa visão.

concretude das relações sociais¹⁹³. Atribuímos isso ao fato de que há o problema da ontologização do trabalho, já verificado pelo próprio Kurz (1996, 2007). Assim, como vimos no segundo capítulo dessa pesquisa, a objetividade do trabalho, ou seja, a realização de qualquer atividade com dispêndio de cérebro, músculos e nervos, oculta a determinação lógico-concreta da abstração tempo de trabalho. E o que isso pode significar ou nos ajudar a entender?

A crise do trabalho pode não representar o fim do trabalho, pelo contrário, ela repõe contraditoriamente toda espécie de atividade em todos os âmbitos de nossas vidas: fazemos a própria separação do lixo, dividindo entre seco e orgânico (ou não reciclável), seguindo toda uma cartilha ecologicamente correta, pautada em discursos extremamente moralistas e, porque não, fascistas! Portanto, o tempo dedicado à atividade laboral não se limita ao chão de qualquer coisa: da fábrica, dos catadores, da escola, etc. A dominação do tempo de trabalho segue uma tendência universalizante. Os *surtos fenomênicos* da crise do trabalho tendem a aparecer como a falta de sentido, de se trabalhar alienadamente, de trabalhar muito e, no caso dos catadores: os novos “agentes ambientais” (DIAS, 2002) –, aparece como falta de trabalho, dentre outras formas.

No momento em que se emergem as ditas questões sócio-ambientais, a necessidade de resgate da forma sujeito – “instância mediadora entre a forma de pensar e a forma de agir” (KURZ, 2007) – torna-se premente. Aos nossos olhos, viciados na imediatividade, parece adequado que a forma refletida dos automatismos dos processos sociais apareça como indivíduo ecologicamente correto, que se insere no contexto de uma ideologia da responsabilidade sócio-ambiental.

O interessante é que a irracionalidade é tão gritante que o “bizarro” da forma sujeito no âmbito do ecologicamente correto carece da seriedade para se tornar efetivo, real. Tal seriedade constitui-se pelas ideologias que se formam sob o domínio do movimento contraditório da realidade, no que Kurz (2007) chama de “tratamento das contradições”. A Ciência é um fundamental “componente” desse processo de tratamento das contradições.

Hoje, a marcha para a *Sustentabilidade* mobiliza consideravelmente o trabalho daqueles que estão incumbidos, na divisão social do trabalho, de fazer

¹⁹³ Ainda que esse imbróglio não se resolva, pensamos que manter o diálogo em aberto seja a melhor forma de se conduzir as reflexões.

Ciência. E as análises que tentam expor a relação contraditória desse processo são consideradas inadequadas e pessimistas, pois não atendem a uma demanda real e imediata que é a suposta “preservação do planeta”. Nesse sentido, podemos sugerir que a forma sujeito atua periclitantemente, ou seja, sua tendência ao esboroamento é permanente, principalmente em um momento de reposição crítica. As personas do capital carecem de um “suporte”, digamos assim, de um aparente fundamento em sua práxis prática e em sua práxis teórica, ou seja, precisam de se constituir como um “elo” que tenha significado no contexto social. Empresários, trabalhadores e desempregados, todos nós nos encontramos nesse processo caracterizados nessa forma sujeito. Mas quais são essas caracterizações?

Não cabe em nossa análise um pensamento definidor de cada persona (Capitalista, trabalhador, gerente, etc.), mas de deixar aberta a reflexão sobre as nossas necessidades enquanto personas, caracterizando a cidadania moderna com a suposta responsabilidade sócio-ambiental.

Os representantes da empresa monopolista assumem o papel de detentores da verdade sobre o processo de reciclagem e, assim, constituem (ou pelo menos querem constituir) um fundamento empírico e técnico sobre esse *circuito*. Os catadores de recicláveis aparecem como prestadores de serviço, agentes ambientais, ao mesmo tempo em que figura sua imagem de lixeiro, pobre, mendigo, analfabeto e da precariedade de seu trabalho¹⁹⁴. Fuçar o lixo, bagunçar a ordem das coisas no espaço urbano espalhando restos pelas ruas e calçadas, aparecem como características de indivíduos que não se identificam com o todo orgânico da cidade, ou seja, *o ser cidadão*.

Em meio às manifestações de violência contra moradores de rua ou pessoas que circulam em determinados horários pelas ruas, os “não-rentáveis” (KURZ, 2003), - aqueles que, para o capital no conjunto, não possuem, no momento, condições de realizar imediatamente a sua produção e circulação – ou lutam para se manter no interior de uma dada centralidade da coabitação citadina via legalidade, sendo incorporados na suposta rentabilidade do capital enquanto “empresários do lixo”; ou, quando não mais dispõem de meios (saúde física e mental, instrução escolar) para se tornarem *sujeitos* da circulação fictícia, sofrem as

¹⁹⁴ Aqui essa “imagem” merece o devido cuidado, pois não estamos rejeitando o fato dessas pessoas realizarem um trabalho que beira o limite daquilo que nossos olhos conseguem suportar. Entretanto, como exposto anteriormente, a crítica que se baseia limitadamente nessa precariedade pode não reconhecer os fundamentos que a determinam.

mais diversas penúrias que a grande parte das cidades já conhecem: violência física realizada por grupos de extermínio (não legalizados), pelo poder estatal e pelos, considerados, “cidadãos de bem” que personificam uma dada forma de consciência que visa a *limpeza urbana* e o bom andamento do fluxo de “objetos”. Ou seja, Estado, cidadãos, representantes da legalidade, poderes paralelos, chamadas de “justiceiros”, unem-se aparentemente em prol da cidade, do urbano, outros nem tanto, pois atuam mesmo como os foras da lei, as milícias, por exemplo, que não deixam de espoliar trabalhadores sobranes e não sobranes.

De acordo com Alfredo (2011, p.32), “a severidade do clamar pela pena de morte, da extrema punição de crimes [...] obscurece enfim o esboroamento daquilo que punha a distinção, fetichista, entre o legal e o ilegal.” Assim:

A mudança, em sua forma crítica é que o totalitarismo econômico - a reprodução social ou é na forma valor ou não se efetiva - é a posição generalizada de milícias individuais ou coletivas. Desde as consideradas foras da lei, até as aceitas ou mesmo legalizadas como a segurança particular pessoal, de quarteirões ou de condomínios de alto, médio e baixo padrão de consumo. No extremo, tem-se **o miliciar do indivíduo para consigo mesmo** no enclausuramento de si no forte doméstico do que se chama lar. Cada um é o exército de si, o que põe o próprio indivíduo como uma consciência que se faz para além do Estado enquanto Estado e não Estado através do Estado. (Idem, p.33)

Em nosso entendimento, os despossuídos dos meios de produção já não se inserem na sociabilidade por meio da possibilidade de fazerem parte na concorrência no mercado de trabalho, mas são necessariamente mobilizados pela “demanda” da circulação do dinheiro em seu momento fictício. Para tanto, há que se fundamentar essa sujeição ao tempo de trabalho social enquanto parte da evolução/desenvolvimento da inclusão social da “parcela pobre da população”. Nas palavras de Neri¹⁹⁵ (2010, p.11):

O tamanho do bolo brasileiro está crescendo mais rápido e com mais fermento entre os mais pobres. O Brasil está prestes a atingir o seu menor índice de desigualdade de renda desde os registros iniciados em 1960. Na verdade, a desigualdade no Brasil permanece entre as dez maiores do mundo e **levaria 30 anos no atual ritmo de crescimento para atingir níveis dos Estados Unidos**; porém, isso significa que existem consideráveis **reservas de crescimento pró-pobres**, que só começaram a ser exploradas na década passada. (2010, p.11, grifo nosso)

¹⁹⁵ Presidente do IPEA.

Destaca-se que a tendência de eliminação da miséria, como vem sendo propalada pelos meios de comunicação e pelo próprio poder público, está dada pelo incremento de renda das pessoas que se encontram na chamada vulnerabilidade social, onde se incluem quase a totalidade dos catadores. Tal acréscimo nos rendimentos é calculado por meio da possibilidade de consumo a partir da disponibilidade de crédito pessoal e não, fundamentalmente, a partir do rendimento efetivo que teria sua base na venda da força de trabalho.

Apesar disso, este processo não se apresenta de forma evidente, ao contrário, revela-se como parte do desenvolvimento da chamada inclusão social (um dos pilares do discurso de defesa do trabalho dos catadores), em que o acesso à igualdade de direitos, via dinheiro, complica-se. Na sociedade do trabalho, sem trabalho, o meio necessário para que se efetive a mobilidade plena das pessoas à lógica do trabalho é a ficcionalização dos momentos da reprodução social. As pessoas tornam-se, em si mesmas, a mediação, a força de trabalho, o empresariamento que se manifesta como uma forma positiva através da competência de cada um. Nesse sentido, a exposição de Alfredo (2011, p.33) nos ajuda a pensar que tanto a violência da forma econômica quanto a não-econômica é internalizada nos indivíduos, no colapso, enquanto forma necessária e universal das relações:

A contradição entre desigualdade e igualdade fetichizada na vontade geral, o fetichismo próprio do Estado Civil que é o pôr da forma valor e de suas contradições, se desloca para o fetichismo de que cada um em si mesmo não é a objetividade do valor subjetivada no indivíduo, forma de consciência, mas que **cada um é**, independente do outro – *contradictio in subjecto* – **a normalidade positiva civil**. A capacidade pessoal e sua eficácia em se auto-ajudar repõe no indivíduo uma noção de totalidade totalitária em que a prescindibilidade do outro é a generalidade. (grifo nosso)

A simultaneidade entre a violência econômica e não-econômica, ou seja, aquilo que aparecia como extra-econômico - na adequação dos indivíduos ao trabalho no período da *A assim chamada acumulação primitiva*¹⁹⁶, exposta por Marx – e a necessidade de se trabalhar para sobreviver é assumida fetichistamente no indivíduo. Assim, se “sua eficácia em se auto-ajudar” não alcançar patamares que o permita “rolar” dívidas, provavelmente, o Estado cumprirá as “medidas legais” que irá mobilizá-lo a dispor de sua própria vida para o *bem da circulação financeira* e,

¹⁹⁶ “O Capital”, Livro I, Vol. II, 1988.

em última instância, os próprios indivíduos, em sua formalidade, darão cabo às “medidas legais” para justificar e efetivar a eliminação do outro¹⁹⁷.

Dessa forma, o capital fictício aparece como uma alavanca, também, para realização da individualidade das pessoas, um surto que se apresenta como algo sem limites, pois ficcionaliza quase todos os momentos da vida moderna.

A própria concorrência, enquanto categoria que permeia as relações sociais constitui um fundamento importante da crise de valorização, não só pelo fato de sua natureza de eliminação do outro, mas também, como um apagamento daqueles que nós, enquanto personificação do capital em crise, fetichistamente elegemos como “inimigos da cidade”, ou seja, como não cidadãos.

Com o intuito não de concluir, mas de encaminhar para o debate os questionamentos que nos ficaram, podemos considerar que o empreendedorismo aparece e se constitui enquanto a *forma* que vai “propor” no âmbito da crise da reprodução do capital o tratamento das contradições mais agudas no se refere ao problema do trabalho, principalmente porque estamos nos referindo à pessoas que vão se constituindo como sujeitos com uma enorme necessidade de elevar seu grau de produtividade na atividade de coleta e separação do lixo reciclável, portanto, desenvolver suas forças produtivas já no âmbito de um negócio deficitário. Assim, sem esse desenvolvimento, o que aparece aos olhos de outros especialistas é que temporalmente esse aumento da produtividade virá, dependendo, é claro, da possibilidade do Estado fazer circular um montante de capital ocioso via *fundo*

¹⁹⁷ Não é tão complicado pensar nesse processo de uma forma menos abstrata, pois a internalização do indivíduo moderno que constitui o colapso dessa sociabilidade pode ser ponderada na fala da integrante da cooperativa que tivemos contato. Em nossas conversas, ela expôs que uma das lideranças do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), em um encontro que tiveram, a questionou se ela era de fato catadora. Ela respondeu que sim. Perguntamos para ela ‘o que seria de fato um catador’; ela nos disse: “que o catador precisa ter identidade com aquilo que faz, com o grupo que trabalha e pensar no coletivo” (Sra Cris). Questionamos o porquê desse fato tê-la incomodado, ela comentou que só queria fazer aquela cooperativa dar certo. Ao questionarmos ela sobre a visão que tem de transformação social e o que o cooperativismo representava nesse sentido, nossa interlocução ficou travada, e em meio as nossas tentativas de elucidar tal questão ela apenas disse que cada um fazendo sua parte as coisas vão melhorar. Em seu relato, a Sra. Cris comenta que após algum tempo de dedicação à cooperativa, ela reencontrou a tal liderança do MNCR, disse que foi mais bem recebida já que havia “provado” que seu trabalho em prol do grupo estava se desenvolvendo. É importante refletirmos que tal identidade de coletivo passa necessariamente por constrangimentos, pois quem não se identifica com o *ser catador* é colocado “contra a parede”. No limite, é a reprodução do totalitarismo, camuflada, muitas vezes, de cultura etc., que se liga aos demais grupos por meio de ideologias (inclusão social, serviços ambientais) e da forma jurídica que nos dá a aparência indeterminada de cidadãos. Tudo isso visando uma sobrevivência que deve passar pela assombrosa quantificação do Estado, por isso, a necessidade de arregimentar mais Catadores (com “c” maiúsculo, pois são aqueles que estão dispostos a mostrar a sua eficácia) para justificar perante o poder público mais investimentos.

perdido. Nesse sentido, as diversas formas de personificação do capital tendem à atuar principalmente como sujeitos da circulação do capital financeiro, mobilizando diversos níveis da sociedade para o trabalho seja na administração empresarial, na estatal ou na coleta e separação imediata de lixo reciclável.

Considerações finais

Em termos de conclusão, poderíamos dizer que – fazendo uma analogia ao modo de exposição da física – o “centro de gravidade” do fetichismo do mundo moderno se constitui, fundamentalmente, pela objetificação e pela estrita materialidade do real, mas não só. Às vezes, parece que a estrutura formal do capital se assenta precisamente em uma espécie de *calcanhar de Aquiles* do social, a saber, a objetividade. Esta, muitas vezes, parece um invólucro intransponível, pois muito do que se põe como sociabilidade é mediado por tal relação objetiva, e quanto mais ilusória a reposição das categorias maior a necessidade de se fixar na objetividade.

“Então o argumento da pesquisa é rejeitar a reciclagem enquanto forma objetificada?”, questão que nos foi posta em algumas conversas. A princípio, respondemos que não, pois se estamos abordando, ainda que negativamente, a reciclagem, significa que não a rejeitamos, mas que tal fenômeno não revela muitos nexos que o capital, em seu conjunto, estabelece com ela. Não sabemos em que medida a rejeição da reciclagem, ou seja, não praticá-la, possa trazer consequências ao conjunto da sociedade, mas o fato é que afirmá-la como um conceito que se liga a *sustentabilidade* parece que é ceder à “força gravitacional” da objetividade do capital. Pintar o capitalismo com os diversos matizes de verde seria a necessidade de ludibriar nossos olhos tão treinados a tal perspectiva imediata.

No processo de finalização desse texto ficamos coma reflexão de que, assim como os pares contraditórios não podem ser tensionados unilateralmente, a prática teórica não pode ser considerada como algo *trans-histórico*, que pode superar a contradição entre teoria e prática. Aliás, ficamos com a sensação de que munidos apenas da linguagem moderna para refletirmos as contradições, mesmo com o grande esforço de expor a realidade em sua forma de ser contraditória, a lógica da exposição tende a obscurecer o conteúdo das mediações, portanto, a teorização torna-se necessariamente parte da reposição categorial.

Na impossibilidade de uma definição do que seria a *reciclagem*, posto que qualquer definição recairia positivamente em uma estrutura formal da relação sujeito-objeto, pensamos que essa recente ideologia – mas uma forma de consciência já exposta por Marx no final do século XIX enquanto reinserção de excrementos da produção –, no que Kurz chama de “tratamento da contradição”,

repõe as categorias, ainda que negativamente, da reprodução capitalista. Tal reposição se apresenta como “solução”, ou melhor, enquanto uma positividade do pensamento e da prática, ideologizando todo processo crítico de autonomização do dinheiro de sua substância que é o trabalho, não revelando uma das contradições fundantes da sociedade moderna que é entre abstração e matéria. Dessa forma, todos os elementos que se articulam no processo de reprodução do capital, através da reciclagem, aparecem como que da natureza ou enquanto uma ontologia que, assim, não se critica. A materialidade, portanto, é uma das formas sociais que fundamenta toda uma “cadeia” de processos sociais, os quais se efetivam mediante o redobrar do fetiche da mercadoria, dado o momento de generalização da crise de reprodução.

Com isso se levanta o problema da *ideologização*. Pode-se entender ideologia fundamentalmente como forma reflexiva de *tratamento afirmativo da contradição* na luta pela interpretação real do capitalismo; de certo modo, como pretensão paradoxal de “mestre-de-obras”, mas no estatuto não-suplantado e não questionado de “abelha”, em que é mantida cegamente a inversão na relação entre o agir pré-formado e o pensar (subordinado e, por isso, separado estruturalmente) que por sua vez é pré-formado pelo primeiro. (KURZ, 2007)

Nesse sentido, qualquer afirmação da reciclagem numa acepção moral, ética, ou seja, cidadã, também já inclui o momento da reposição e da conservação da lógica da indiferenciação do capital, já que parte-se de um princípio ilusório de igualdade em uma sociedade que não se fundamenta em tal preceito, a não ser enquanto necessidade desta ilusão. Por meio da reciclagem postula-se justificativas economicistas¹⁹⁸, ambientalistas (preservação dos recursos)¹⁹⁹, sociais (geração de

¹⁹⁸ “[...] não reciclar significa perder bilhões [em dinheiro] [...]” (CADELRONI, 2003, p.26)

¹⁹⁹ Foster (2011, p.237), em sua sede por justificar a ecologia como princípio ontológico da sociedade afirma que a reutilização do refugo desperdiçado na produção (o que pode se entender como reciclagem) era uma preocupação da crítica ao capital: “Marx estava ciente do enorme desperdício gerado na indústria e salientava a necessidade da ‘redução’ e ‘reutilização’ do refugo [...]” O entendimento de Foster está diretamente imbricado à ideologia dos 3 R’s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), enquanto que a perspectiva de Marx, como já mencionamos, analisa negativamente o processo de reinserção do refugo, ou seja, pela redução de custos com a matéria-prima e, simultaneamente, pelo desenvolvimento das forças produtivas em que cada ramo industrial se vê obrigado a incorporar os resíduos por meio do desenvolvimento de novas formas de produção ou reduzindo o desperdício através do aperfeiçoamento técnico na produção sem, necessariamente, criar novas formas. Assim, não há uma relação necessária entre reciclagem e a própria superação do capital como sugere Foster. Em nosso entendimento a preocupação de Marx é entender como o capital se repõe apesar de suas contradições, e que mesmo realizando essa reprodução não se supera as categorias modernas.

emprego em todos os níveis) que dão conteúdo e medeiam a forma social. Como expõe Kurz:

Talvez se pudesse dizer que a ideologia é composta de *conteúdos de pensamento* reflexivos afirmativos ‘na’ forma de pensar pré-estabelecida. Tais conteúdos só são ‘conceptuais’ enquanto **reações destrutivas à contradição vivenciada, mas não relativamente à relação social subjacente**. Esta reflexão afirmativa é formada a partir do tratamento da contradição nos diferentes campos da práxis social, **inclusive na teórica**. Precisamente porque, ao contrário do caso das abelhas autênticas, não são automáticas, essas realizações também sempre contêm momentos de reflexão, “imagens do mundo”, modos de imaginação, padrões de explicação etc. As pessoas precisam sempre de encontrar explicações para aquilo que fazem socialmente. (KURZ, 2007, grifo nosso)

Todos esses níveis do pensamento e da práxis prática articulam-se repondo – não modo linear, mas contraditório – o trabalho como forma inalienável da constituição das sociedades. Ainda que haja argumentos que fazem a distinção entre trabalho concreto e abstrato, voltamos a argumentar que afirmar o polo concreto, enquanto o momento fundamental da existência humana já parte de um pressuposto ontológico que não observa que o concreto é que faz parte do duplo caráter da forma mercadoria e que, portanto, coisifica as relações que são determinadas pela abstração capital. Assim, no âmbito da reciclagem, do lixo do capital constitui-se o dinheiro que circula pelo lixo. Através do consumo já se é possível antecipar que o processo de reprodução, ainda que fetichistamente, vai se configurando nos termos da reciclagem D-M-L-D’, em que ‘L’ é o lixo dispensado no consumo e que retorna ao processo fabricação de produtos. Cabe ressaltar que o dinheiro do lixo é em grande medida determinado pelo processo D-D’, e na crise de valorização fazer circular o dinheiro em suas diversas formas, inclusive na reciclagem, é a forma pela qual a sociedade moderna efetiva “o tratamento das contradições”, mas não só pela mera circulação, mas através de processos concretos e singulares da práxis social.

Convive-se com a reciclagem e sua respectiva base ideológica (econômica, ambiental e social) no interior das residências em que parte do tempo da vida doméstica é destinada a separação do lixo (seco e orgânico). A disposição dos tipos lixo em dias específicos também é uma realidade que se generaliza, posto que o ecologicamente correto vai sendo incorporado pela forma jurídica mediada pela

ética cidadã e, nesse sentido, aqueles indivíduos que não atuam segundo o que determina a lei sofrerá sanções e o mais gritante: aquelas pessoas que sobrevivem dos resíduos do consumo encontram mais dificuldades em se reproduzir pois o lixo que é colocado em frentes as casas ou nos pontos de coleta (PEV's)²⁰⁰ já está juridicamente sob a posse seja de alguma empresa privada ou de alguma cooperativa. Assim, a violência intrínseca a forma mercadoria se realiza por meio da forma jurídica como radicalmente assinalou Pachukanis²⁰¹ (1988) e que Fujicava (2013) aponta como ponto de inflexão de sua pesquisa sobre a “violência necessária na franja pioneira paulista (1930 - 1960)”.

O não cumprimento do contrato refere-se, portanto, à contestação da posição de sujeito de direito e provido de vontade. Na medida em que o ato de troca constitui o palco em que o sujeito manifesta-se em sua “liberdade formal de autodeterminação”, se revelando como senhor sobre a coisa, a contestação desta sua liberdade se coloca como revés da mediação amistosa da troca de mercadorias, portanto, como o arbitrário em contraposição à ordem mercantil que se fundamenta na comunhão das vontades dos proprietários de mercadorias, na qual **a fluidez do dinheiro é o que permite a realização destas vontades e, portanto, da liberdade destes sujeitos.** (FUJICAVA, 2013, p.117, grifo nosso)

Não é raro saber de notícias sobre a luta concorrencial no âmbito do que se constitui como reciclagem. Seja entre catadores individuais, entre estes e cooperativas, entre estas e os chamados sucateiros (ou intermediários), entre indústrias (Novelis e Aleris Latasa, por exemplo) e os demais e, mais recentemente, entre empresas de coleta de lixo e cooperativas, fato que poderá ser consumado na cidade de São Paulo.

Aos nossos olhos, a coleta de lixo parece algo banal, mas quando se trata especificamente de material reciclável e de locais onde a demanda por eles é crescente estamos lidando diretamente com uma matéria-prima e que, portanto,

²⁰⁰ PEV é sigla para “ponto de entrega voluntária”, que são locais criados para receber o lixo reciclável. Em algumas cidades esses pontos também recebem pequenas quantidades de entulho. Na cidade de São José dos Campos - SP esses pontos de entrega de materiais recicláveis são administrados por uma cooperativa de catadores que recebe um repasse de verba da prefeitura para realização de tal serviço, de acordo com o comentário da Catadora 1 que conversamos em fevereiro de 2014.

²⁰¹ A obra de Pachukanis que aqui referenciamos *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, publicada em 1924 na antiga União Soviética, contribui significativamente para o entendimento da relação entre a forma mercadoria e a forma jurídica pela qual se realizam as trocas de equivalentes, mas não só, ele evidencia que o sujeito jurídico, portador de mercadorias, é a mediação necessária à realização da forma valor e que quando este sujeito é contestado rompe-se o acordo entre as partes e a violência intrínseca a forma revela-se enquanto negatividade. (FUJICAVA, 2013)

participa do processo de constituição de novos produtos²⁰². A fluidez do dinheiro, nesse âmbito, está cada vez mais impondo aos participantes do processo que se aumente a velocidade de sua rotação, a fim de que “os bilhões perdidos no lixo” sejam, de alguma forma, incorporados ao processo de reprodução global do capital. Entretanto, ao contrário do que querem os economistas políticos planejadores, o movimento determinante do capital aponta para o sentido de que as empresas particulares que se sobressaem no processo de concorrência são aquelas que a capacidade de mobilizar um montante de capital cada vez maior. Assim, as empresas mais capitalizadas é que terão a maior possibilidade na luta concorrencial, como comentamos no caso das “megacentrais” (de propriedade das empresas de coleta de lixo da cidade de São Paulo) de coleta e triagem de materiais recicláveis e dos próprios conglomerados dos quais a Novelis faz parte.

A Sra. Cris, afirmou que os planos da cooperativa é enviar um projeto de implantação dos PEV's na cidade de Pindamonhangaba, pelo menos em áreas de maior concentração de material reciclável. Isso significa que a consciência da concorrência pelo refugo já está posta positivamente e que vai caber ao poder público local investir na estruturação da formalização da coleta. Segundo a cooperada, esse é um dos principais objetivos do grupo, pois essa medida alavancaria a participação da cooperativa na reciclagem no âmbito municipal. Tal formalização significa, como no caso do município de São José dos Campos-SP, a posse dos materiais pela cooperativa e, em sendo assim, os catadores individuais estariam, além do ponto de vista econômico, juridicamente impedidos de coletar nas áreas em que os moradores “voluntariamente²⁰³” colocariam o material reciclável nos pontos de entrega (PEV's). A criminalização é um dos passos para que essas pessoas sejam coagidas e mais uma vez violentadas pelo processo de valorização e sua crise.

²⁰² Há que se mencionar que a coleta do lixo comum, do orgânico, entre outros que não sejam convertidos em novos materiais no processo de reciclagem, também envolve um série de relações que extrapolam nossa reflexão nessa pesquisa, mas nem por isso aquilo que parece banal não esteja repleto de mediações que podem ser discutidas no âmbito da crítica a reprodução crítica do capital. Só para ficarmos com exemplos, os aterros sanitários hoje são uma grande fonte de renda para municípios e empresas que aterram o lixo de outras localidades, sem contar o forte apelo à produção de energia proveniente do gás metano resultado da decomposição do lixo orgânico. Nestes casos, os investimentos em tecnologia são necessários, o que nos faz pensar que esses ramos empresariais, consequência do desenvolvimento sócio-ambiental, já operem com a necessidade de grandes investimentos a fim de atender uma grande circulação de dinheiro.

²⁰³ Hoje esse ponto de entrega é voluntário, mas ao que tudo indica a única alternativa para os moradores será dispor seu lixo nesses pontos e, quando muito, observar a luta pelo lixo do capital e pelo dinheiro do lixo e se vendo como mediação desse processo.

Para Lima (2007, p.21), “a indústria de base do sistema da lata - entendido como sua cadeia produtiva -, é a indústria do alumínio”, por outro lado, a base da indústria da reciclagem para Burgos (2008) é o “chão dos catadores”. Em nossa pesquisa procuramos não tomar como absoluto este ou aquele polo da transformação dos materiais, mas de alguma maneira buscamos os “elos” nas relações entre esses momentos da reciclagem, entendendo que a forma de consciência que mistifica todo processo seja como ambiental, social, economicamente fundamental, ou ainda enquanto determinação do capital produtivo industrial carece ser mais bem problematizado no âmbito da reprodução crítica das relações sociais. Será que o capital tem todo esse poder de expansão quantitativa e qualitativa por estar se valorizando? Ou a interpretação ontológica de que o valor é o vilão dos valores de uso mistifica o processo fetichista de reposição categorial?

Talvez a ideia de colapso (*zusammenbruch gesetzt*) trazida do alemão possa ajuda entender a reciclagem como aquilo que surge como aparência de redução de custos, mas enquanto o próprio capital figura no interior da dialética do desenvolvimento das forças produtivas em que a redução de custos já surge como custo e, assim, deve se desenvolver a fim de eliminar custos e intensificar a produtividade, a reciclagem enquanto fetiche de produtividade já aparece como deficitária de todos os pontos de vista, seja do ponto de vista da grande indústria, dos pequenos empresários sucateiros e recicladores de menor porte, ou das cooperativas que aparecem como alternativa para catadores que necessitam da reunião nessa forma jurídica para tentar estabelecer níveis de produtividade que, ao menos, fetichizem o trabalho por meio de sua antecipação, via financiamento e fundo perdido.

Vimos que em alguns setores da reciclagem há monopólios que asseguram às tais empresas a possibilidade de captar e circular um quantum gigantesco de capital ocioso, mas isso sem necessariamente repô-lo em níveis de valorização, mas que se o fazem mediante a rolagem de dívidas e inserindo-se, também, no mercado de ações. Nesse sentido, outra inquietação que fica dessa pesquisa é que toda a mobilização de capitais em grandes volumes repõe, nos diversos níveis da reprodução social, as personas e suas práticas no mundo moderno, mas não só. Esse processo se constitui com conteúdos e mediações dos mais diversos, desde a enorme presença feminina em cooperativas e suas relações não-formais que substanciam a reprodução do trabalho, até um grande monopólio como a Novelis

que, de acordo com seu endividamento, atua de forma ficcional, ou seja, determinada por capitais que se reproduzem na esfera financeira (D-D') como *árvore que produz dinheiro*.

Por fim, é importante por em relevo não a estrutura que construímos para expor nossa pesquisa, mas que todos os elementos evidenciados em cada capítulo nos possibilitou o entendimento daquilo que nos propomos investigar que era a reciclagem enquanto uma prática banal, legal, econômica, social e ambiental e ilusoriamente necessária. E o porquê dessa necessidade? Pensamos que a crítica da materialidade enquanto uma externalidade em si, do fetichismo da mercadoria, a exposição sobre a incapacidade do capital de se valorizar sem que isso seja sua imediata destruição, permeado pela crítica do trabalho, traz possibilidades de uma compreensão mais radical do que seja o capital em crise e a nossa situação na relação sujeito-objeto. A suposta vontade de pesquisar foi mobilizada, também, pela angústia de viver na sociedade de trabalho sem trabalho o que não nos coloca em situação melhor ou pior que os sujeitos que estudamos; a reflexão negativa sobre a generalidade do domínio do tempo de trabalho e da concorrência, que a cada dia torna-se mais violenta foi um dos nossos objetivos. Também buscamos mostrar que a crise está oculta e a reciclagem, pelo que expusemos, é uma das expressões fenomênicas dela, em que o desenvolvimento das forças produtivas aparece como expansão/acumulação do capital escondendo as impossibilidades da valorização. Expusemos também a relação que se tem entre a forma de consciência/fetichismo no âmbito da reciclagem e reprodução crítica do capital em seu conjunto dado o aumento colossal da massa de capitais creditícios na massa de investimentos de empresas ou grupos empresariais, em que se naturaliza o processo de endividamento possibilitando que a sociabilidade capitalista se realize, apesar da intensificação das contradições. Esta pesquisa nos deixa um significativo questionamento: a reciclagem de materiais ajudaria a constituir a sensação da possibilidade de reciclagem do capital? Ao longo de nossa exposição tentamos evidenciar que a resposta positiva a essa questão é o que torna necessária a problematização da atividade de *reciclagem* como um todo, pois a ficção posta em prática pelo capital não deve ser entendida como algo que é dado para todo sempre. Por isso, trazer a *reciclagem* e o trabalho dos catadores para o debate sobre a crise categorial ajuda-nos a apontar alguns limites do processo de reprodução capitalista em um momento crítico, não pensando numa solução

possível, mas que o pensamento solucionador já carrega em si a própria determinação positiva do capital em crise. Desse modo, deixamos em aberto a problematização sobre a constituição do empreendedorismo como forma da universalização da crise generalizada da produtividade do capital. Isto em todos os âmbitos aqui expostos: na grande empresa e entre os catadores cooperados. Os catadores individuais, ao que parece, vão sobrevivendo nos poros da não institucionalização e, ao mesmo tempo, atuando como empresários do lixo quase impossibilitados de concorrerem por migalhas de dinheiro em um nível de produtividade cada vez mais elevado.

Referências

ABAL. **Coletiva de imprensa – Índice de Reciclagem de latas de alumínio para bebidas**, 2012. Disponível em: <http://www.abal.org.br/noticias/lista_noticia.asp?id=1026>. Acesso em: 17/03/2013

_____. Relatório de sustentabilidade da indústria de alumínio. São Paulo: **Associação brasileira de alumínio**, 2012a. Disponível em: <http://www.abal.org.br/servicos/biblioteca/rel_sustentabilidade.asp>, Acesso em: 20/01/2013.

AJARA, Cesar. A Abordagem Geográfica: suas possibilidades no tratamento da Questão Ambiental. In: **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993. p. 9-12.

ALFREDO, A. Modernização e reprodução crítica: agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação, pp. 63-108 **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, 2008.

_____. **Crítica à Economia Política do Desenvolvimento e do Espaço**. Mimeo. 2008a. 444p.

_____. Negatividade e a crítica à Crítica crítica: Sobre Espaço, Tempo e Modernização. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 6, p. 381-414, 2010.

_____. Crise imanente, abstração espacial. Fetichismo do capital e sociabilidade crítica. São Paulo: **Terra Livre**, Ano 26, V.1, n. 34, p. 37-62, Jan-Jun, 2010a.

_____. **Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil na crise da modernização**. 2011, Mimeo.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/Editora UNICAMP, 2003.

BAHIA NEGÓCIOS. **Alto custo da energia prejudica investimentos no Brasil**, Salvador, maio/2011. Disponível em: <<http://www.bahianegocios.com.br/>>.

BENVINDO, Aldo Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa**: O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo**. Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado. 2008.

BOSI, A. de P. Catadores de recicláveis no Brasil: a organização capitalista do trabalho “informal”. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 29 de maio a 1º de junho de 2007, UFPE, Recife (PE). Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT21%20Sindicato,%20Trabalho%20e%20A%C3%A7%C3%B5es%20Coletivas/Texto_completo_SBS_-_Ant%C3%B4nio_Bosi.pdf> Acesso em: 20/05/2009.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, J. G. R. et al. Insumos Básicos. A indústria do alumínio: estrutura e tendências. **BNDES Setorial** 33, p. 43-88. Março/2011. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Industria/201103_02.html>, Acesso em: 25/09/2012.

CEMPRE, **Compromisso Empresarial para Reciclagem**. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>>. Acesso em: 13/03/2012.

CNC. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Endividamento e inadimplência do consumidor. Divisão Econômica. Rio de Janeiro, Abril, 2014. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/>>.

DANTAS, T. **Prefeitura autoriza construção de centrais de triagem mecanizadas**. O Estado de São Paulo, 20 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,prefeitura-autoriza-construcao-de-centrais-de-triagem-mecanizadas,1033826,0.htm>>. Acesso em: 24/09/2013.

DIAS, S. M. **Lixo e Cidadania**: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE,

XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. novembro, 2002. Disponível em: <http://www.observatorioderesiduos.com.br/obsr3df/banco_arquivos/c46a95edd33a31eb2dfb4f5bbd26e7fd.pdf>. Acesso em: 22/07/2009.

DUPUY, J. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EXIT. Crise e crítica da sociedade das mercadorias. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>, acesso em: 23/01/2011.

FIGUEIREDO, Fábio. A contribuição da reciclagem de latas de alumínio para o meio ambiente brasileiro. **Ar@cne. Revista electrónica de recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea. Acceso libre]. Barcelona: Universidad de Barcelona, nº 127, 1 de diciembre de 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/aracne/aracne-127.htm>>. Acesso em 10/05/2011.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 12. p. 105 – 117. São Paulo: Boitempo, 2001.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3. ed. 2011.

FORGE, Revista. **Novelis vai duplicar sua capacidade de reciclagem: Empresa transformadora de alumínio anuncia investimentos de US\$ 32 milhões no Brasil, o que a tornará menos dependente do alumínio primário**. Disponível em: <<http://www.revistaforge.com.br/noticia/novelis-vai-duplicar-sua-capacidade-de-reciclagem/>>, acesso em: 25/09/12.

FREITAS, L. F. S; FONSECA, I. F. Caderno de diagnósticos: Catadores. IPEA, Agosto/2011.

FUJICAVA, Renato. **Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná**: A violência necessária na franja pioneira paulista (1930 - 1960). São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação de Mestrado. 2013.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIOSA, J. R. **A moeda de lata**. São Paulo: Técnica Comunicação Industrial, 2010.

GODOY, Tatiane Marina Pinto de. A prática sócio-espacial dos catadores de materiais recicláveis e a (re)produção do espaço urbano. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 25, p. 69 - 88, 2009.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. Presidente Prudente: FCT, UNESP. 307 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

IDS, **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <WWW.ibge.gov.br>.

IPEA. Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relato_rio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 24/04/2013.

_____. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/tTVr>>. Acesso em: 24/04/2013.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **A Ascensão do Dinheiro aos Céus**. Revista Krisis, números 16/17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: 20/04/2011.

_____. **Uma vida humana? Só sem mercado, estado e trabalho**. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz54.htm>>. 1999. Acesso em: 10/02/2013.

_____. **Não-rentáveis, uni-vos!** Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz134.htm>>. 2003. Acesso em: 20/04/2011.

_____. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial, in: Serviço Pastoral dos Migrantes (Org.) **Travessias na desordem global** - Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria:** O problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm>>. 2007. Acesso em: 13/09/2010.

_____. Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz86.htm>>. 1993.

LACERDA, L. M. de. **Elementos geográficos no trabalho dos catadores de recicláveis do centro de Londrina.** Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, 2009.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: <http://www.semebrusque.com.br/bibliovirtual/material/ea/ea_pdf0005.pdf>, Acesso em: 14/04/2013.

LEAL, A.C; THOMAZ JR, A; GONÇALVES, M. A. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem, **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p.177-190, 2002

LEGASPE, R. L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo.** Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, 1996.

LIMA, D. R. de. **O fenômeno da reciclagem de lata de alumínio no Brasil:** inovação tecnológica, oligopólios e catadores. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília: Universidade de Brasília. 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. II, III, IV e V.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.**, 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I.

_____. Introdução de 1857. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____. **Teorías sobre la plusvalía**. Ediciones Quinto Sol, Mexico, 1969.

MENEZES, Luis Guilherme Almeida Bandeira de. Discurso da natureza e natureza do discurso ambiental. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 113-126, jan./jul. 2011.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Cadernos ensaio, Vol. 5, 1989.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis. **Mecanização da coleta seletiva chega a São Paulo e coloca catadores em alerta**. 24/05/2013. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_2/blogsudeste/mecanizacao-da-coleta-seletiva-chega-a-sao-paulo-e-coloca-catadores-em-alerta. Acesso em: 22/07/2013.

MOREIRA, R. Bioenergia, Sentido e Significado. **Revista da ANPEGE**. v. 3, p. 43 - 56, 2007.

_____. Geografia, Ecologia, Ideologia: A “totalidade homem-meio” hoje (espaço e processo do trabalho). In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres**. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010.

NOVELIS. <<http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/Home.aspx>>, acesso em: 13/02/13.

_____. **Reciclagem do consumidor**. Fonte: <http://www.novelis.com/pt-br/Paginas/Consumer-Recycling.aspx>. Acesso em 08/02/13.

ORTLIEB, Claus Peter. **Objetividade inconsciente: Aspectos de uma crítica das ciências matemáticas da natureza.** 1998. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 13/09/2012.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAULANI, Leda. Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo. **Economia**, Brasília(DF), v.12, n.1, p.49–70, jan/abr 2011.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, (tradução de Lílina Lagana Fernandes).

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1998. (versão digital), disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=34623>. Acesso em:13/09/2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

UOL, Notícias. **Cidade de São Paulo terá sistema de coleta de lixo mecanizado.** 07/02/2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/07/cidade-de-sao-paulo-tera-coleta-mecanizada-de-lixo.htm>>, Acesso em: 10/02/2014.

APÊNDICE A

No primeiro semestre do ano de 2013 conversamos com um sócio-proprietário de duas empresas, uma de reciclagem de embalagens plásticas em São José dos Campos – SP e outra de receptação e separação (triagem) desse material na cidade de Caçapava – SP. Nessa ocasião o senhor Sérgio comentou que fundou a empresa no ano de 2008 e por ocasião de dificuldades de entendimento com os demais sócios na administração do negócio ele deixou a empresa em 2012.

Este senhor de 65 anos é um funcionário aposentado do CEASA (Centrais Estaduais de Abastecimento S/A) da cidade de São Paulo. Ele comentou que quando trabalhava, nos idos da década de 1970, não existiam sacolas plásticas e as embalagens comercializadas eram de papelão. Logo que ele tomou conhecimento da existência das sacolas de plástico ele incentivou um colega que tinha uma “barraca” no CEASA a comercializar tal embalagem. Ele comenta que foi um sucesso de vendas e via surgir muitas fábricas de fundo de quintal que produziam essas sacolas na cidade de São Paulo.

Depois que ele aposentou e voltou para cidade de Caçapava resolveu investir em reciclagem, já que ainda tinha certo conhecimento sobre a produção e contatos para comercialização de sacolas. A princípio ele e mais um colega investiram em uma central de separação de sacolas descartadas nessa mesma cidade. Eles compravam o plástico de sucateiros da própria cidade ou das cidades vizinhas, guardavam em casa e, como foi funcionário comissionado da prefeitura desse município e trabalhava no mercado municipal, conseguia recolher algum plástico que os comerciantes descartavam. Depois, com a armazenagem de grandes quantidades do plástico eles abriram uma indústria de transformação de embalagens plásticas. Nessa indústria há pelo menos três processos: Fusão das embalagens, que se constitui no derretimento e na trituração do plástico para transformá-lo em uma espécie de farelo; depois desse processo o farelo vai ser “extrusado”, onde há um novo derretimento, mas dessa vez em uma temperatura muito maior em que o material derretido passará por um local onde ele é esticado transformando-se em uma espécie de “macarrão” que passa por um local onde é resfriado numa “banheira de água para ficar rígido e ser enviado para outra máquina que fará a trituração, dando uma nova forma, agora de grãos de plástico; os grãos seguem para a máquina que fará uma nova extrusão, mas dessa vez os grãos são

transformados em sacos e, por fim, vão para uma máquina onde os sacos são cortados em tamanhos específicos. Todo o processo conta com cerca de 40 funcionários que se dividem em 3 turnos. Na ocasião que visitamos a fábrica não conseguimos conversar com os funcionários pois estavam todos em pleno trabalho. Mas conseguimos observar que, ainda que haja equipamentos de proteção, a temperatura do local é elevada e algumas fases da produção exigem grande esforço braçal, principalmente no primeiro momento e no último, o qual é considerado até pelo proprietário o mais extenuante. Ele disse que é comum alguns funcionários terem algumas lesões quando trabalham no corte das sacolas e que a ideia era providenciar outra máquina, que não exigiria esforço braçal, seria automatizada, portanto, dispensaria pelo menos 6 funcionários que revezavam nessas máquinas “improvisadas”.

Aliás, o motivo principal da saída dele da sociedade foi “a falta de planejamento, má administração por parte dos demais sócios”, principalmente, no que se refere aos investimentos em automatização. A ideia do senhor Sérgio era investir em máquinas que dispensassem o máximo de trabalhadores, pois estes eram os mais custosos para empresa, segundo ele. Além disso, ele comenta que os funcionários não cumpriam sempre com as obrigações, tiravam muitas licenças médicas e alguns chegavam embriagados no trabalho.

Os investimentos em maquinários na indústria já ultrapassavam os 250 mil reais, sem contar com os veículos de transporte de carga, aluguel do local, ente outros. Grande parte desse montante é financiada nos bancos. Como ele tinha contato com alguns gerentes de bancos em Caçapava, ele disse que foi fácil obter crédito, além, é claro, da facilidade quase que “natural” dos bancos emprestarem, principalmente se não tiverem o “nome sujo na praça”. Ao todo ele disse que a empresa deve a ele cerca de 290 mil reais. E comenta que nunca recebeu um salário sequer no período que trabalhou com os demais sócios: “às vezes eles depositavam quinhentos, mil, ou pouco mais do que isso na minha conta”, mas nunca houve uma regularidade. Para ele, o grande fracasso do negócio foi porque não houve planejamento e a busca por crédito, por parte de um dos sócios foi desmedida, levando a empresa a um nível de endividamento enorme em relação ao próprio montante de capital que ela era capaz de circular.

APÊNDICE B

Conversa com um trabalhador de uma empresa de coleta de sucata de latinhas de alumínio de Pindamonhangaba-SP

Tivemos a oportunidade de conversar no início do ano de 2014 com um rapaz envolvido na atividade de receptação de sucata de alumínio em Pindamonhangaba-SP. Seus parentes são os proprietários do negócio e ele trabalha esporadicamente para eles; o trabalho dele consiste basicamente em viajar com o dono do negócio de caminhão até a cidade de Ubatuba, litoral norte do estado de São Paulo, nos períodos de alta temporada (estação quente – verão) e ajudar a pesar, fazer o pagamento aos catadores que vendem as latinhas, colocar nos *bags* (sacolas com grande capacidade usadas para acumular os materiais) e colocar estes no caminhão.

Segundo este rapaz, o negócio baseia-se na captação de grandes quantidades de latinhas de alumínio, prensagem – formação de fardos, exigência feita pelas indústrias, além de reduzir o volume do material, o que confere maior capacidade de transporte e armazenamento – e a venda para indústrias ou grandes intermediários, dependendo da variação do preço e do custo do transporte. O proprietário do negócio, segundo ele, foi um dos que tomou a iniciativa de se inserir nesse ramo, pois como operário de uma grande indústria que faz (re) fusão de alumínio em Pindamonhangaba ele começou a pensar na possibilidade de participar desse “circuito”, por meio de seus conhecimentos sobre a composição da reciclagem de latinhas de alumínio. Junto com mais uma parente, eles resolveram iniciar o negócio em 2011, compraram uma prensa, uma balança e utilizaram um terreno próprio para servir de local de armazenagem dos *bags* e dos fardos em Pindamonhangaba, transportavam o material em uma Combi. No entanto, ao que parece, a receptação de latinhas na capital da reciclagem de alumínio (Pindamonhangaba-SP) não teve o fluxo esperado e certamente a rentabilidade não contribuía para que o ânimo desses empreendedores aumentasse. Eles tiveram a ideia de ir até Ubatuba-SP, onde tem um apartamento de outro parente onde se hospedam, que dista de Pindamonhangaba cerca de 115 quilômetros pela Rodovia Oswaldo Cruz ou BR-383; esta rodovia é uma das principais vias de acesso ao litoral norte de São Paulo, considerada por muitos motoristas uma via muito

perigosa, com trechos de serra bem sinuosos com altos índices de acidentes. Nas incursões feitas pelo nosso interlocutor e o proprietário do negócio, ele comentou que percebe o perigo que é fazer esta viagem com o caminhão cheio de materiais (cerca de 700 quilos).

Nesta ocasião, como dito acima, os “sócios” do negócio já tinham adquirido um pequeno caminhão. Com este eles percorrem os 115 Km (somente ida) de estrada, encostam o caminhão na rua da Praia Grande, umas das mais movimentadas praias da cidade de Ubatuba, e ficam a espera dos catadores de latinhas. Estes trazem as sacolas cheias de latinhas de bebida vazias, a grande parte de cerveja. Um deles tem a função de pesar e fazer o pagamento aos catadores enquanto o outro coloca as latas nas grandes sacolas que ficam no caminhão. De acordo com o rapaz, um dos diferenciais deles nessa atividade é que são os únicos a levar uma balança digital ao local de receptação, o que além de facilitar o trabalho – pois senão eles teriam que contar as latas, já que a cada 67 latinhas equivale a aproximadamente um quilo – também atrai mais catadores que temem ser enganados pelos outros sucateiros que também compram latinhas e utilizam balanças convencionais, as quais, segundo nosso interlocutor, os catadores se queixam de não estarem pesando corretamente, trazendo vantagens aos intermediários. Nesse sentido, a balança digital não traz dúvidas aos catadores o que inspira certa confiança, de acordo o rapaz.

Ele comenta que na alta temporada, período de maior receptação de material em um intervalo de tempo mais reduzido, o fluxo de latinhas é impressionante e que já presenciou pelos menos uns trinta catadores diferentes que vendiam as latinhas coletadas na praia para eles, incluindo muitos dependentes químicos. Hoje, porém, é mais comum eles comprarem os materiais quase que exclusivamente de uns seis catadores. Ele os chama de “clientes”, pois já existe certa “fidelidade” com estes catadores, dos quais alguns já possuem um celular e ligam para eles buscarem quando já armazenaram uma grande quantidade de latas em casa. Nosso interlocutor observa que já tem dois catadores que ganham cerca de dois mil reais (R\$ 2.000,00) por mês na alta temporada. Os catadores utilizam bicicletas que puxam carrinhos ou alguns com sua própria força puxam diretamente esses meios de transporte para lavar os materiais em casa onde armazenam as latinhas. A residência desses catadores normalmente não é próxima a praia o que dificulta o transporte e quando eles acumulam certa quantidade eles ligam para o responsável

pelo negócio e ele combina o dia que vai “descer” para o litoral para buscar o material, isso fora da alta temporada, pois nos períodos de férias, feriados prolongados e de temperaturas mais elevadas é regra eles irem todo final de semana para comprar latinhas na rua da praia.

Com relação ao preço do quilograma das latinhas, os catadores preferem negociar com eles, pois estes receptadores conseguem praticar um preço acima dos concorrentes que são da cidade fazendo que os catadores que mais coletam na Praia Grande vendam para eles. “Enquanto os outros sucateiros pagam R\$ 2,20 aproximadamente, nós compramos por R\$ 2,30 a 2,40 o quilo do material, o que atrai mais catadores”. Outro relato dele foi que o dono do negócio foi hostilizado por alguns de seus concorrentes, recebendo ameaças e “abordagens estranhas” de pessoas que perguntavam sobre sua atividade naquele local. No entanto, ele diz que o proprietário não se sente amedrontado.

Os catadores segundo o interlocutor, iniciam seu trabalho já no período da manhã em que os banhistas já começam a chegar em grande quantidade na praia. Eles carregam grandes sacolas de plástico e vão coletando o material nas latas de lixo, sobre as mesas e embaixo dos guarda-sóis, na areia, onde as pessoas deixam as latas de bebidas vazias. Ele disse que quando as sacolas enchem os catadores levam as latas para eles no caminhão, lá eles pesam e pagam os catadores pelo material, estes, por sua vez, voltam à coleta, pois nos períodos de grande fluxo de turistas o consumo de bebidas em latinhas aumenta gerando grandes quantidades de material.

Ao fazermos um breve cálculo sobre o trabalho desses catadores, pegando como exemplo as duas pessoas que atingiram uma renda de R\$ 2.000,00 por mês, observamos que: para somar um quilo de latinha é preciso coletar 67 unidades o que em dinheiro equivale a R\$ 2,30. Se levarmos em consideração que esses catadores trabalham todos os dias da semana para atingir essa renda no período de alta temporada temos que em um mês eles precisam coletar 869,5 quilos de latas, o mesmo que 58256 unidades ou aproximadamente 2000 latinhas vazias por dia. Segundo o nosso entrevistado, esses dois catadores não são a regra, mas para ele o fato de chegarem a ganhar dois mil reais “limpos”, ou seja, líquido, é significativo de que esse ramo pode render.

Esse material comprado dos catadores normalmente segue para as indústrias que utilizam o alumínio como matéria-prima e em grande parte este material irá para a maior recicladora do país a qual já comentamos anteriormente²⁰⁴.

Esse aparente ciclo fechado dá a sensação de que está tudo em pleno processo de valorização, ou seja, pessoas consomem, outras coletam, sucateiros compram e revendem às indústrias e estas, por sua vez, refundem e convertem em chapas que vão ser transformadas em outras embalagens de bebidas que serão novamente comercializadas, fechando o que os epígonos da reciclagem chamam de “cadeia da reciclagem”. Na visão desses religiosos do dinheiro basta a mera presença física dos recicláveis nesse ciclo para que a realidade se justifique enquanto racional, com uma estrutura própria, quase que absolutamente autonomizada dos processos sociais abstratos da sociedade moderna.

Foi importante notar que para esses sucateiros atuarem também foi necessário captar recursos financeiros via empréstimos tanto para comprar a balança quanto caminhão. “Um negócio que gera certa renda, mas que vai demorar para dar retorno dos investimentos” (trabalhador da empresa).

²⁰⁴ “Principal recicladora de latas de alumínio do Brasil, a Novelis reciclou mais de 70% dessas embalagens coletadas no Brasil em 2012, o que corresponde a 13,9 bilhões de latinhas.”